SÉRIE Desenvolvimento Regional em Perspectiva

ORGANIZAÇÕES, EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

www.unifacef.com.br

PÓS Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

GEDE
GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

Uni-FACEF
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

Franca/SP - 2017

Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

Série Desenvolvimento Regional em Perspectiva

ORGANIZAÇÕES, EDUCAÇÃO, POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO

Silvio Carvalho Neto
Bárbara Fadel
Paulo de Tarso Oliveira
(Organizadores)

ISBN 978-85-5453-004-4

UNI-FACEF

FRANCA-SP

2017

© 2017 dos autores
Direitos de Publicação Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
www.unifacef.com.br

Capa: Silvio Carvalho Neto / Valdemar Lespinasse Júnior

O CONTEÚDO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE LIVRO É DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES DO RESPECTIVO ARTIGO

Comissão Científica

Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Profª Drª Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Profª Drª Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profª Drª Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Profª Drª Maria Zita Figueiredo Gera (Uni-FACEF)
Profª Drª Patricia do Espirito Santo (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Fernando C. de Almeida (FEA/USP)
Profª Drª Marta L. Pomim Valentim (UNESP)
Profª Drª Helena Carvalho de Lorenzo (UNIARA)
Prof. Dr. Célio Bertelli (Uni-FACEF)

B169s Carvalho Neto, Silvio (Org.)
Organizações, Educação, Políticas e Desenvolvimento. / Silvio Carvalho Neto, Bárbara Fadel, Paulo de Tarso Oliveira; (orgs.).Franca (SP): Uni-FACEF, 2017.
119p.; il.
Série - Desenvolvimento Regional em Perspectiva.

ISBN: 978-85-5453-004-4

1.Desenvolvimento Econômico. 2.Desenvolvimento humano - social. 3.Políticas públicas. 4.Educação. 5.Tecnologia. 7.Pesquisa. I.T.

CDD 338.98161

Apresentação

A série Desenvolvimento Regional em Perspectiva em 2017 apresenta artigos de trabalhos de pesquisas, projetos, ensaios e relatos de casos em torno da temática do Desenvolvimento Regional, com foco nos estudos de organizações, trabalhos voltados para a educação e políticas públicas.

Os trabalhos publicados na série Desenvolvimento Regional em Perspectiva têm suas origens nas apresentações do Encontro de Pesquisadores do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, um evento tradicional e aberto a toda a comunidade científica regional e nacional com apresentação de comunicações e projetos de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento. As temáticas abordadas procuram atender às necessidades da interdisciplinaridade e têm como objetivo a reflexão e a interação de pesquisadores em torno de suas apresentações. O objetivo das obras desta série é estabelecer diálogos e a construção de sentido, responsabilidade e atuação de pesquisadores.

Por meio da publicação dos livros eletrônicos da série Desenvolvimento Regional em Perspectiva, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca e o Grupo de Estudos em Desenvolvimento - GEDE buscam promover e ampliar as oportunidades de disseminação como forma de tornar transparentes as atividades de pesquisas e de estudos avançados do seu corpo docente e discente, e dos pesquisadores provenientes de outras instituições e programas de pós-graduação.

Boa leitura.

Prof. Dr Silvio Carvalho Neto
Profª. Drª Bárbara Fadel
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

Uni-FACEF - Centro Universitário de Franca - Corpo Diretivo 2017

Corpo Diretivo

REITOR
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra

VICE-REITOR
Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Profa. Dra. Melissa Franchini Cavalcanti Bandos

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Profa. Dra. Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTOCOMUNITÁRIO
Profa. Dnd.Thalisa Maria Jati Gilberto

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO-SENSU*
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira

COORDENADOR JURÍDICO
Prof. Ms. Paulo Sérgio Moreira Guedine

COORDENADORA PEDAGÓGICA
Profa. Ms. Regina Helena de Almeida Durigan

COORDENADOR DE MARKETING
Prof. Ms. Clésio Antônio Dourado

ASSESSORA DE DIFUSÃO CULTURAL
Profa. Ms. Alba Valéria Penteado Orsolini

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Eng. Guilherme Bertelli

Chefes de Departamentos

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Ms. Francismar Monteiro

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Prof. Ms. Orivaldo Donzelli

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Profª. Ms. Ana Tereza Jacinto Teixeira

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Prof. Ms. Paulo Anderson Cinti

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Prof Ms. June Tabah

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL
Prof Dr. João B. Comparini

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LETRAS
Profa. Dra. Ana Lúcia F. Campos-Toscano

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA
Profa. Dra. Sílvia Regina Viel

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Profa.Dra. Maria Cherubina de Lima Alves

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPUTAÇÃO
Prof. Dr. Daniel Facciolo Pires

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE MEDICINA
Prof. Dr. Frederico Alonso Sabino de Freitas

Sumário

CONSUMO E ECONOMIA REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE O CONSUMO E A ECONOMIA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO.....6

A CRISE ECONÔMICA NO SETOR CALÇADISTA E SEUS IMPACTOS NOS VALORES DA EMPRESA.....21

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS DA GESTÃO DE PESSOAS FRENTE À CULTURA ORGANIZACIONAL....31

CULTURA ORGANIZACIONAL: ESPECIFICIDADES NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 42

AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E DESENVOLVIMENTO REGIONAL 52

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ABORDAGEM DA SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL 63

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO ESCOLAR: EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO SIGNIFICATIVA EM DETRIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO SUPERFICIAL. 71

O ENSINO SUPERIOR PARA O INGRESSO NO MERCADO PROFISSIONAL: ESTUDO EM ANDAMENTO NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP 80

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROMOTORA DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DE ALUNOS DE ENSINO MÉDIO EM PROJETO DE ENRIQUECIMENTO E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM FRANCA-SP 88

DESENVOLVIMENTOS HUMANO E SOCIAL: INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE COMO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS IMPRESCINDÍVEIS 96

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO: AS SENHORAS DO MAGISTÉRIO – RECATADAS, RELIGIOSAS, ESPOSAS E MÃES 106

CONSUMO E ECONOMIA REGIONAL: UM ESTUDO SOBRE O CONSUMO E A ECONOMIA DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSUMPTION AND REGIONAL ECONOMICS: A STUDY ON CONSUMPTION AND AN ECONOMY OF THE ADMINISTRATIVE REGIONS OF THE STATE OF SÃO PAULO.

BRAGA FILHO, Hélio
Uni-FACEF
Doutor em Serviço Social pela Unesp
hb@facef.br

POUSA, JONATAN
Uni-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Uni-FACEF
pousa.jonatan@gmail.com.br

ANDRADE, Leonardo H.Cardoso
UNESP
Doutorando em Serviço Social pela Unesp
leo.hca@gmail.com

LESSA, Márcio B.
Uni-FACEF
Mestre em Gestão Empresarial pelo Uni-FACEF
marcio_lessa@facef.br

Resumo

O ciclo de crescimento da economia brasileira baseado no consumo das famílias, disseminou-se por diferentes gradientes de intensidade entre os grandes setores de atividades econômica, como também, entre os subsetores da indústria de transformação. O objetivo do artigo foi verificar o efeito da expansão do consumo das famílias no PIB e na indústria de transformação entre as Regiões Administrativas do estado paulista entre os anos 2002 e 2008 e 2008 e 2014. Como se comportaram as taxas de crescimento do PIB e do Valor Adicionado da indústria das RA naqueles dois períodos? Este questionamento constitui o problema de pesquisa. O método de pesquisa adotado baseou-se na pesquisa bibliográfica complementada através de indicadores econômicos de fontes secundárias de produção estatísticas. Em caráter provisório, constatou-se que nos dois períodos observados as regiões apresentaram taxas de crescimento do PIB e do Valor Adicionado da Indústria bem distintas.

Palavras-chave: consumo das famílias, PIB, Valor Adicionado da Indústria e Regiões Administrativas.

Abstract

The cycle of growth of the Brazilian economy based on the consumption of the families, was spread by different intensity gradients between the great sectors of economic activities, as well as among the subsectors of the transformation industry. The objective of the article was to verify the effect of the expansion of household consumption on GDP and manufacturing industry between the Administrative Regions of the State of São Paulo between 2002 and 2008 and 2008 and 2014. How did GDP growth and GDP growth rates behave? Added value of the RA industry in those two periods? This questioning constitutes the research problem. The research method adopted was based on bibliographical research complemented by economic indicators of secondary sources of statistical production.
On a provisional basis, it was found that in the two periods observed, the regions showed very different rates of growth of GDP and the Value Added of Industry.

Keywords: household consumption, GDP, Added Value of Industry and Administrative Regions.

1 INTRODUÇÃO

No período em que as commodities agrícolas e minerais experimentaram acentuado movimento de alta dos preços e da demanda chinesa, a economia brasileira cresceu, as exportações brasileiras de produtos básicos aumentaram significativamente, assim como simultaneamente declinaram as taxas de juros (Selic) e de inflação. A combinação destes elementos com as políticas sociais de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, de aumento do grau de formalização do mercado de trabalho e, de expansão do crédito, acabaram formando um considerável mercado doméstico de consumo de massa. A expansão do consumo, por sua vez, difundiu-se de forma diferenciada entre os grandes setores de atividade econômica, como também entre os diferentes subsetores da indústria de transformação.

O objetivo do artigo foi verificar o efeito da expansão do consumo das famílias no PIB e na indústria de transformação entre as Regiões Administrativas do estado paulista entre os anos de 2002 e 2008 e 2008 e 2014.

Como se comportaram as taxas de crescimento do PIB e do Valor Adicionado da Indústria das RA naqueles dois períodos? Esta indagação constitui o problema de pesquisa.

O método de pesquisa adotado baseou-se na pesquisa bibliográfica acompanhada de evidências estatísticas sustentadas através de indicadores econômicos.

O recorte territorial abrangeu as quinze Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, para as quais, nos dois intervalos de tempo mencionados, foram calculadas as taxas de crescimento médio anual nominal do PIB e do Valor Adicionado da Indústria.

Na primeira seção do artigo encontra-se alguns fundamentos teóricos relacionados ao consumo e, evidências pertinentes à economia brasileira. Na seção subsequente discute-se os procedimentos metodológicos e, em seguida os resultados da pesquisa. A última seção apresenta as considerações finais.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EVIDÊNCIAS

O crescimento do produto total da economia, pode tanto ocorrer em virtude da expansão da oferta, como também pode ser alimentado pela expansão da demanda agregada. A demanda agregada, por sua vez, é definida

> [...] como o nível de demanda total da economia em um certo nível de preços, somando consumo, investimento e dispêndio governamental – além das exportações menos importações em uma economia aberta. (SACHS; LARRAIN, 2000, p.381)

Podemos expressar a demanda agregada (DA) segundo a seguinte equação:

DA= C+I+G+(X-M)

Onde C é o consumo das famílias, I o investimento, G corresponde aos gastos de governo, X as exportações e M as importações.

Em se tratando do consumo das famílias, em caráter mais específicos.

> [...], Keynes estava certo ao afirmar que havia uma forte relação entre renda atual e consumo atual. Se as famílias não têm acesso a empréstimos, seus hábitos de consumo podem na realidade estar mais relacionados com a renda atual do que com a futura. Dizemos que as famílias que não podem tomar empréstimos e que não têm um estoque de ativos financeiros sofrem ”restrições de liquidez”, pois o máximo que podem gastar é a renda que obtiveram no período atual. (SACHS; LARRAIN, 2000, p.110-111).

Ora, não seria enfadonho assinalar, que no caso das famílias de renda média baixa e, que sofrem de restrições de liquidez, uma das alternativas para ampliar o consumo destas mesmas famílias, seria aumentar suas respectivas rendas, caso contrário, seria facilitar-lhes o acesso ao crédito e/ou empréstimos.

Por seu turno, é oportuno ressalvar que existe uma estreita relação entre os gastos com consumo e renda.

> Os economistas constantemente afirmam que o gasto em consumo depende do nível de renda na nossa economia. [...] A função consumo descreve a relação entre o gasto em consumo e a renda.
> Podemos escrever a função consumo simplificado como
> C=Ca+By
> onde o gasto em consumo C, é dividido em duas partes. A primeira parte Ca, é uma constante, sendo assim independente da renda. Por exemplo, a despeito da sua renda corrente, todos os consumidores têm de comprar alguma comida. Os economistas chamam este componente de **consumo autônomo**. O segundo componente da função consumo representa a parte do consumo que depende da renda. Ele é o produto de uma fração b, chamada de **propensão marginal a consumir (PMC)**, e o nível de renda y. (O’SULLIVAN SHEFFRIN, 1998, p.362)

Recorrendo à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE), embora a última realizada tenha sido em 2008, notadamente o que se relaciona à distribuição da despesa monetária média mensal familiar como porcentagem da despesa total, verificamos que na classe de rendimento monetário mensal familiar de mais de R$ 830,00 a R$ 1.245,00 as despesas com alimentação, energia elétrica, aluguel, água e esgoto, transporte urbano, gás doméstico, higiene e cuidados pessoais e assistência à saúde, respondiam por 55,6% do total das despesas mensais das famílias. Este mesmo grupo de despesas, para as famílias com rendimento monetário mensal acima de R$ 10.735,00, representava apenas 20,1% das despesas totais.

O consumo dos indivíduos e/ou das famílias, varia de conformidade com a renda, bem como, em virtude de outros fatores, tais como os preços dos bens e serviços, os tributos, a taxa de juros e até mesmo fatores de ordem psicológica como a expectativa e a confiança dos consumidores.

> Os economistas notaram que um aumento no grau de confiança do consumidor aumentará o consumo autônomo. As previsões sobre o futuro da economia levam

> em conta um índice do grau de confiança do consumidor que se apóia em entrevistas feitas com as famílias e reportadas regularmente pela imprensa financeira. (O'SULLIVAN SHEFFRIN, 1998, p.363)

Acrescenta-se ainda, o fato de que, além das expectativas sobre o futuro da economia e da confiança dos consumidores, o comportamento do nível geral de preços medido pela inflação, como o nível de emprego, são fatores de grande relevância a serem considerados pelos indivíduos e/ou famílias em relação às suas decisões de consumo.

> A relação entre a renda de uma comunidade é o que se pode esperar que ela gaste em consumo, designado por D1, dependerá das características psicológicas da comunidade, a que chamaremos de sua propensão a consumir. Isso quer dizer que o consumo depende do montante da renda agregada e, por tanto, do volume de emprego N, exceto quando houver alguma mudança na propensão a consumir (KEYNES, 1992, p.40)

Em relação ao crescimento da economia no Brasil, o consumo das famílias – embora percentualmente mais elevado nos anos de 1970 e 1980 -, ainda responde em média, por pouco mais de 60% do total de demanda agregada, demonstrando desta forma o peso que este componente representa para o crescimento econômico do país. Basta observar que no período compreendido entre 2002 a 2014, a participação do consumo das famílias na demanda total da economia do país oscilou entre a mínima de 60% e a máxima de 62%.(IPEADATA)

Neste mesmo período, a política social de transferência de renda iniciada no governo de FHC e, depois unificada no governo Lula, acrescida da política de valorização do salário mínimo foram decisivas para ampliar o consumo das famílias. Do mesmo modo, o movimento descendente da inflação (INPC), juntamente com a queda contínua da taxa de desemprego – taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total das Regiões Metropolitanas – foram fundamentais, tanto para ampliar a massa de salários como para garantir o poder real de compra dos consumidores.

Nos últimos doze anos (2002-2014), o consumo das famílias descreveu uma trajetória marcada por dois movimentos distintos: o primeiro ocorreu entre 2002 a 2008, quando então, a sua expansão foi contínua, já o segundo movimento, de 2008 a 2014, exceto o ano de 2010, foi no sentido descendente, chegando inclusive a registrar em 2014, taxa de crescimento negativa na ordem de -1,4%.

Além do mais, convém acrescentar que o ciclo de crescimento da economia brasileira sustentado pelo consumo, fora também alimentado pelo movimento descendente da taxa de juros (Selic). Entretanto, antes mesmo da taxa de juros iniciar novo ciclo de alta, o consumo das famílias já havia emitido sinal de desaceleração.

Destaca-se também outro importante ingrediente, cuja contribuição para o crescimento da economia e para a expansão do consumo, foi sem dúvida muito importante, trata-se do crédito. As operações de crédito com recursos livres (saldo da carteira) destinadas à aquisição de veículos, aumentaram de R$ 66.976 milhões em março de 2007, para R$ 192.796 milhões em março de 2013, enquanto para a aquisição de outros bens, passaram de R$ 10.676 para R$ 10.432 milhões, respectivamente. (BACEN). Como porcentagem do PIB, a participação do crédito aumentou de 25,4% em 2002, para 49,2% em 2012.

A expansão do consumo e, por conseguinte o crescimento da economia, difundiu-se de forma diferenciada entre os grandes setores de atividade econômica.

Entre 2002 a 2004,em média, a indústria de transformação alcançou taxa anual de crescimento de 2,7% a agropecuária 3,8% e os serviços de 3,7%. A expansão do consumo (2003 a 2010), fora em larga medida promovida pelas políticas sociais de transferência de renda e de valorização do salário mínimo, pela inclusão de milhares de pessoas no mercado formal de trabalho que resultou em progressiva redução da taxa de

desemprego, pela queda da inflação, além da redução da taxa de juros e da expansão do crédito. A redução da taxa de desemprego, contribuiu positivamente para a expansão da massa salarial.

O efeito combinado de expansão da massa salarial ampliada e das operações de crédito, foram também fundamentais para acelerar o consumo das famílias.

Cumpre também destacar que o ciclo de crescimento da economia brasileira fomentado pelo consumo contou ainda com a contribuição decisiva da política fiscal, sobressaindo o gasto com seguridade social.

> O gasto com seguridade social tornou-se impulsionador da demanda agregada ao ativar diretamente o consumo das famílias. A elevada magnitude desse gasto e o seu direcionamento da forma de renda monetária para uma população com alta propensão a consumir [...] transformou-o no mais importante componente autônomo da demanda agregada a influenciar o ritmo da expansão econômica nos últimos dez anos, por intermédio da criação de um mercado interno de consumo de massa (GENTIL; ARAÚJO, 2013, p.197)

Embora o consumo das famílias tivesse experimentado notável expansão, convém observar que a mesma difundiu-se com intensidade variada, tanto entre os grandes setores de atividades econômica, como entre as diferentes categorias de bens de consumo.

> As evidencias indicam que a composição da cesta de consumo familiar nos períodos considerados, em âmbito nacional e regional, varia de acordo com a renda disponível familiar per capita. Além disso, a correlação se mostra negativa entre renda e consumo de bens não-duráveis; e positiva entre renda e gastos com bens duráveis e serviços. (Boletim Regional do Bacen, p.97, 2013)

Cabe aqui assinalar que as evidências acima citadas basearam-se nas Pesquisas de Orçamentos Familiares/IBGE anteriores ao ano de 2010.

Outro aspecto também importante sobre a relação entre renda e consumo, foi assinalado por Furtado (2000) ao abordar a industrialização a partir da elasticidade-renda do crescimento da produção industrial, achado feito por Chenery (1960), tendo em vista que

> [...] ele deduziu duas elasticidades: uma com relação ao crescimento da renda per capita (Y), e outra com respeito ao aumento da dimensão do país (N). A primeira seria a elasticidade-renda do crescimento da produção industrial, e a segunda seria a elasticidade-dimensão do mercado. Fazendo-se o valor adicionado na produção igual a Vi , temos no primeiro caso:
>
> **Y/Vi ΔVi/ΔY**
> E no segundo:
> **N/Vi ΔVi/ΔN**

Se nossa interpretação estiver correta, baseado nos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN/IBGE) a preços constantes, calculamos para o período compreendido entre os anos de 2002 e 2014, a relação entre o PIB per capita e o Valor Adicionado da indústria (total), da indústria de transformação, dos serviços, como também do ramo de fabricação de alimentos e bebidas, couros e calçados. Desta maneira, obtivemos os seguintes coeficientes:

Indústria (total)	Indústria de Transformação	Serviços	Fabr. De Alimentos e Bebidas	Couros e Calçados
1,052	0,821	1,252	1,568	0,692

Entre outras causas, admitimos que, em alguma medida, modificações que ocorrem na estrutura industrial, obedecem a um padrão, tendo em vista que,

> [...] a estrutura industrial dos distintos países segue ao longo de seu processo de desenvolvimento um padrão relativamente uniforme, em que primeiro se desenvolvem as indústrias alimentícia, têxtil, de produtos de couro e de móveis,

> definidas como indústrias de bens de consumo; e posteriormente se desenvolvem mais rápido as indústrias metalúrgica, automobilística, mecânica e química, chamadas de indústrias de bens de capital (CARVALHO, 2008, p.33)

Assim sendo, a industrialização leve e a industrialização pesada, seguiria um curso no qual o processo de industrialização ocorreria em quatro etapas.

> Na primeira delas, a relação entre o valor adicionado do setor de bens de consumo e o do setor de bens de capital teria valor igual a 5 (±1), caracterizando um amplo predomínio das indústrias de bens de consumo. Na segunda etapa, essa relação já assumiria um valor menor, de 2,5 (±1), com importância crescente do setor de bens de capital. (...). Finalmente, na quarta etapa, o valor da relação seria significativamente menor que 1, indicando claro predomínio da indústria de bens de capital no valor adicionado do total (CARVALHO 2008, p.47)

Isto posto, porém não seguindo a mesma orientação, calculamos a relação entre o VTI do grupo composto pelos gêneros industriais têxtil, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, bebidas e fumo e o VTI do conjunto formado pela metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação e material de transporte, em diferentes períodos, assim, enquanto o primeiro grupo denominamos indústria leve (IL), o segundo nominamos de indústria pesada (IP).

Tabela 1: Relação entre o VTI da IL e da IP no Brasil – anos diversos

Ano	1939	1959	1970	1980	1990	1995	2001	2014
Relação VTI IL / IP	4,35	1,35	0,93	0,65	0,67	0,69	0,86	0,96

Fonte: IBGE – Estatísticas do Século XX para os anos de 1939 a 1995 (VTI) e Contas Nacionais para os anos de 2001 e 2014 (Valor Adicionado), Elaboração dos autores

De fato, conforme havia argumentado Carvalho (2008), a relação entre o VTI da IL e da IP, indica que a dominância da primeira sobre a segunda, perdurou até aproximadamente a década de 1940, sendo que, de 1950 em diante, enquanto a IL diminuía continuamente, em sentido oposto, a IP aumentava sua participação no valor da produção da indústria de transformação. Assim, a alteração dos valores desta mesma relação, denota nitidamente mudança na própria estrutura interna da indústria de transformação.

Ainda que modificações importantes tenham ocorrido na estrutura da indústria de transformação, convém ressaltar que a sua participação no PIB, vem diminuindo desde 1990.

Embora em países desenvolvidos e industrializados de Primeiro Mundo este fenômeno seja natural, no caso do Brasil, o mesmo ocorreu prematuramente em virtude de vários fatores como câmbio, juros e carga tributária, além do baixo nível de inovação tecnológica da indústria e de outros motivos.

Basta observar que de 2004 até por volta de 2012, a sobrevalorização da taxa de câmbio (R$/US$) desencadeou considerável movimento de expansão das importações (índice de quantum) de bens de consumo duráveis e não-duráveis.

Examinando a indústria de transformação como um todo, assim como outras atividades econômicas (CNAE) do segmento industrial, segundo a taxa de crescimento VTI nos períodos de 2002 a 2008 e de 2008 a 2014, constata-se um comportamento deveras interessante de diferentes gêneros da indústria de transformação, ou grupos de atividades (CNAE 2.0).

Após terem obtido taxas elevadas de crescimento do VTI entre 2002 a 2008, os segmentos de metalurgia básica siderurgia, fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos), fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários, de 2008 a 2014, sofreram quedas mais acentuadas. Entre os demais grupos de atividades econômicas – a exceção de fabricação de produtos alimentícios que se manteve estável – fabricação de bebidas, confecção de artigos do vestuário e acessórios, têxteis e fabricação de máquinas e equipamentos registraram perdas bem menores. Contudo, o segmento de fabricação de calçados, que entre 2002 a 2008 alcançou taxa média anual de crescimento do VTI abaixo de 6%, de 2008 a 2014 chegou a registrar taxa de crescimento de 9,0%, superior à média da indústria de transformação (6,7%).

Este movimento alternado de expansão do VTI confirma a evidência anteriormente mencionada – no Boletim Regional do Bacen – de correlação negativa entre renda e consumo de bens não – duráveis e positiva entre renda e consumo de bens duráveis, além do que

> [...] dados agregados para o país indicam que famílias detentoras de cartão de crédito ou cheque especial destinaram em 2009, parcela maior do orçamento ao consumo de bens duráveis e de serviços, em relação às famílias sem acesso a esses instrumentos financeiros. (Boletim Regional do Bacen, p.100, 2013)

Embora tal evidência seja delimitada a um ano especificamente, o fato corrobora o conceito keynesiano de restrições de liquidez.

Outro fato que também pode contribuir para explicar a taxa de crescimento do VTI do ramo de fabricação de calçados entre 2008 a 2014, muito provavelmente deve estar em alguma medida associado a alterações de preços. Entre outros indicadores, recorremos ao Índice de Preços ao Produtor (IPP)[1] de dois subsetores da indústria de transformação, quais sejam: fabricação de calçados e artigos de couro e fabricação de veículos automotores.

Comparando o IPP de 2014 com o de 2010, enquanto para veículos automotores o índice experimentou variação de 9,41% no subsetor de calçados e artigos de couro o índice registrou alteração de 43,49%.

3 METODOLOGIA

A pesquisa não teve o propósito de estabelecer uma relação de causalidade entre crescimento econômico e produção industrial, mas sim, procurar compreender de que maneira o consumo das famílias se difunde entre determinados segmentos da indústria de transformação e como esta difusão se propaga no espaço econômico.

Assim, a pesquisa teórica procurou na teoria econômica, encontrar suporte capaz de explicar determinados aspectos relacionados ao consumo, motivo pelo qual recorremos às contribuições do pensamento Keynesiano, como ainda, para entender o ciclo recente de crescimento da economia brasileira baseado no consumo, buscamos outras fontes de consulta e autores que pesquisaram este tema.

Acrescenta-se ainda a contribuição teórica de Furtado relacionada à industrialização baseada no conceito de elasticidade-renda de crescimento da produção industrial.

[1]*O Índice de Preços ao Produtor (IPP), mede, em empresas da indústria de transformação no Brasil, a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores, isento de impostos, tarifas e fretes.

A pesquisa empírica, cuja abrangência territorial foi recortada nas quinze Regiões Administrativas do estado de São Paulo, de viés quantitativo, teve como propósito, examinar a indústria de transformação sob a perspectiva do coeficiente de especialização do Valor Adicional Fiscal e, a taxa média anual de crescimento do PIB e do VA da indústria de transformação. O coeficiente de especialização do VAF, indicou-nos, segundo os percentuais mais expressivos, quais subsetores da indústria de transformação mais se destacam em cada uma das quinze RA do estado paulista. Poderíamos a partir desta indicação, calcular a taxa média anual de crescimento do VA de cada subsetor da IT, contudo como não dispomos desta informação, optamos por calcular aquela mesma taxa com base no Valor Adicionado total do setor de transformação industrial.

Para calcular a taxa média anual de crescimento do PIB nominal, do Valor Adicionado (VA) e do Valor da transformação Industrial (VTI) – ambos também em termos nominais, adotamos o seguinte método:

$$\left(\frac{PIBt}{PIBt-1}\right)^{1/t} - 1x100$$

Onde: t é o ano inicial, t-1 o ano final e, 1/t é o número de anos.

Assim, por se tratar de um estudo preliminar, ausentamo-nos de empregar maior rigor estatístico para o tratamento dos dados, por este motivo, apenas procuramos comparar as taxas de crescimento médio anual do VA da indústria de transformação entre as RA do estado paulista.

Os dois períodos examinados (2002 e 2008 e 2008 e 2014), foram assim selecionados, por retratarem dois momentos distintos do ciclo de crescimento econômico do país baseado no consumo das famílias, ou seja, o primeiro, que fora marcado pela expansão do consumo, e o segundo, caracterizado pela desaceleração do consumo das famílias.

4 RESULTADO DA PESQUISA

Em se tratando da composição do valor adicionado, constatamos que de um total de 15 Regiões Administrativas (RA), apenas 7 apresentaram percentuais significativos de participação da agropecuária em relação ao valor adicionado total de suas respectivas regiões, embora entre 2002 e 2014, em todas aquelas mesmas sete regiões observou-se redução. Na RA de Araçatuba, a participação da agropecuária recuou de 15,4% em 2002, para 7,7% em 2014; Barretos de 20,9% para 8,4%; na RA de Franca de 16,3% para 8,4%; Marília de 15,9% para 9,7%, na RA de Presidente Prudente de 10,8% para 8,4%; São José do Rio Preto de 12,9% para 7,2% e, finalmente na RA de Registro com maior intensidade, a participação da agropecuária despencou de 23,5% para 7,8%, respectivamente.

Assim sendo, podemos atestar que em sete das quinze regiões administrativas, embora tivesse ocorrido redução, a agropecuária ainda consegue conservar participação no valor adicionado que oscilou entre 7,2% e 9,7%. Nas outras oito regiões, a participação da agropecuária é deveras reduzida, razão pela qual, verificamos a predominância dos serviços, combinada com uma participação secundária da indústria. Ainda que a participação da agropecuária no valor adicionado total seja mais representativa nas regiões mencionadas, vale ressaltar, que as mesmas conformam participação majoritária dos serviços, seguida de uma proporção menor da indústria.

A exceção das regiões de Barretos e de Registro – sobretudo a RA de Registro que aumentou de forma surpreendente – que acusaram aumento, nas demais, constatamos redução da participação da indústria no total do Valor Adicionado[2]

Em relação aos percentuais de participação da indústria no total do valor adicionado, convém explicar que os mesmos representam uma média em relação à região, mesmo porque, em algumas cidades que integram cada RA, a proporção pode ser maior, até mesmo bem menor.

Cabe ainda acrescentar, que os percentuais de participação da indústria refletem mudanças de curto prazo – quer seja nas quantidades produzidas, quer seja nos preços -, logo, não definem uma tendência, pois, devemos considerar que entre 2002 a 2014, tanto a taxa de crescimento da economia oscilou, como a indústria também experimentou movimentos de expansão e de contração.

É oportuno salientar, que tanto nas fases de expansão da economia, como nas fases de retração/contração, - a não ser em casos excepcionais como de recessão mais profunda – os setores de atividade econômica como a agropecuária, a indústria, a construção civil, o comércio e os serviços em geral, crescem ou se retraem não de maneira uniforme. Não seria diferente, o comportamento dos diferentes gêneros que fazem parte do grande setor da indústria de transformação, isto é, crescem ou retraem, uns mais, outros menos.

Tabela 2: Regiões Administrativas de São Paulo segundo o Coeficiente de Especialização do Valor Adicionado Fiscal – 2011

Região administrativa	Gêneros da indústria de maior Coeficiente de Especialização do VAE
Araçatuba	combustíveis e produtos alimentícios
Barretos	combustíveis e produtos alimentícios
Campinas	máq.e equip.; mater.transporte; papel e celulose; prod.químicos; combustíveis e prod. alimentícios
Central	máq.e equip.; têxtil; vest.e acess.; prod.alimentícios
Franca	couros e calçados e prod.alimentícios
Marília	prod.metal, máq.equip.;prod.alimentício e bebidas
Pres.Prudente	combustíveis e produtos alimentícios
Registro	extrativa; prod.químicos e prod.alimentícios
Ribeirão Preto	máq.e equip.; combustíveis e prod.alimentícios
Santos	extrativa; prod.químicos e prod.alimentícios
RMSP	prod.metal, máq.equip.;mater.transporte;montadoras e auto peças;prod.químicos;prod.farmacêuticos;edição, impressão e gravação e prod.alimentícios
S.José Rio Preto	móveis; combustíveis e prod.alimentícios
S.José dos Campos	metal.básica; prod.de metal; mater.transporte; prod.químicos; prod.alimentícios e bebidas
Sorocaba	miner.ñ metálicos, máq.equip.; mater.transporte; prod.químicos e prod.alimentícios.

Fonte: FIESP, Elaboração dos autores

[2] Valor Adicionado na Indústria: valor que a atividade das empresas industriais agregam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo (SEADE).

Desta forma, é cabível admitir que em certa medida, a estrutura da indústria contribui de forma positiva, ou, em certos casos, de forma negativa, quer seja nos períodos de expansão, quer seja nas fases de contração da atividade econômica. De outra forma, na expansão, alguns gêneros podem crescer mais que outros, contudo na contração, uma estrutura industrial menos diversificada, ou seja, mais concentrada, por retrair-se ainda mais, sem que para isto, outros gêneros industriais possam exercer a função de amortecimento.

De acordo com os percentuais mais expressivos do coeficiente de especialização do valor adicionado fiscal – que mede a importância da atividade na economia da localidade -, constatamos que as RA de Araçatuba, Barretos, Franca e Presidente Prudente, conformam uma estrutura industrial altamente concentrada em apenas dois gêneros, denotando assim, acentuada especialização.

No caso da RA de Franca, a atividade de fabricação de calçados respondera por mais de 70% daquele coeficiente somente na cidade de Franca, que é um dos mais importantes pólos produtores de calçados do estado paulista e do país. Por sua vez, a atividade de fabricação de produtos alimentícios atingira reduzido coeficiente de especialização na cidade de Franca, contudo elevado percentual nos demais vinte e dois municípios que integram aquela mesma RA.

Independentemente disto, o que despertou nossa curiosidade, foi o fato da taxa de crescimento do PIB e do valor adicionado da indústria da Ra de Franca ter aumentado entre 2008 a 2014, quando no mesmo período, constatamos redução de ambas as taxas em outras regiões como nas RA de Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, Sorocaba e na RMSP. Entre os anos de 2002 a 2008, as maiores taxas de crescimento do PIB e do valor adicionado da indústria, foram registradas exatamente nas mesmas regiões cuja queda, sobretudo em relação ao valor adicionado da indústria fora mais acentuada no período de 2008 a 2014.

Tabela 3: Regiões Administrativas de São Paulo e taxas de crescimento do PIB e do VA da indústria: 2002, 2008 e 2014

Região	PIB		VA indústria	
Administrativa	2002-2008	2008-2014	2002-2008	2008-2014
Central	9,9	11,1	10,7	9,3
Araçatuba	10,0	11,6	8,9	10,5
Barretos	8,8	10,8	12,8	10,8
Bauru	12,8	10,9	15,9	7,9
Campinas	13,7	10,6	14,9	5,8
Franca	8,8	11,4	7,5	10,9
Marília	9,2	11,3	9,8	10,4
Pres. Prudente	10,5	11,1	9,3	9,0
Registro	9,5	23,8	14,2	40,9
Rib. Preto	12,3	10,9	12,8	6,8
Santos	10,9	8,6	8,8	-2,7
S.J.Rio Preto	10,3	11,7	8,5	10,4
S.J.Campos	12,5	8,4	13,3	4,6
Sorocaba	14,1	9,4	16,2	7,6
SP	12,3	9,7	10,7	5,9

Fonte: SEADE/IMP, Elaboração dos autores

De 2002 a 2008, a RA de Franca registrou a menor taxa de crescimento do valor adicionado da indústria, comparativamente às demais regiões, no entanto, de 2008 a 2014, a situação se inverteu, tendo em vista que, - exceto a região de Registro – a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria teria sido a maior entre as demais regiões.

Diante disso, ainda que, sem o devido aprofundamento, procuramos compreender o que poderia ter ocorrido com a inversão da taxa de crescimento do valor adicionado da indústria na RA de Franca.

Como não dispomos de informação a nível municipal e nem regional – no caso referimo-nos às Regiões Administrativas -, pertinentes ao Valor Adicionado por subsetores da indústria, recorremos à Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE) com o propósito de verificar, qual foi a taxa de crescimento do Valor da Transformação Industrial (VTI) de alguns gêneros da indústria de transformação do estado de São Paulo.

Tabela 4: Estado de São Paulo, gêneros selecionados da IT e taxas de crescimento do VTI: 2002-2008 e 2008-2017

Gêneros da Indústr. Transformação	Taxas de crescimento do VTI	
	2002/2008	2008/2014
Prod. Alimentícios e bebidas	6,3	10,8
Fabr. de bebidas	10,9	6,9
Art. Vestuário e Acessórios	17,6	6,0
Fabr. de Calçados	6,7	11,0
Eletrodomésticos	4,6	4,4
Automóveis, Caminhon.	14,7	3,5
Art. Mobiliário	6,1	12,7
Indústr. Transformação	11,1	5,1

Fonte: IBGE/PIA, Elaboração dos autores

Entre 2008 a 2008, a taxa média de crescimento do PIB e da indústria de transformação no Brasil – medida pela variação real anual -, foi de 4,6%, porém no período subsequente, 2008 a 2014, caiu para 3,4% e 0,4%, respectivamente. (IPEADATA).

É interessante notar que os gêneros industriais de fabricação de bebidas, artigos de vestuário e acessórios, fabricação de caminhonetas, automóveis e utilitários, alcançaram taxas de crescimento do VTI mais elevadas no período em que o PIB e a indústria de transformação mais cresceram. Em sentido oposto, quando o PIB e a IT cresceram menos, os gêneros de produtos alimentícios e bebidas, fabricação de calçados e artigos do mobiliário, acusaram taxas de crescimento do VTI mais altas.

O comportamento da taxa de crescimento do valor adicionado da indústria na escala territorial dos municípios, também serve para corroborar o caso de Franca.

Tabela 5: Municípios paulistas e taxas de crescimento do Valor Adicionado da Indústria: 2002, 2008 e 2014

Municípios	Taxas de crescimento do VA	
	2002/2008	2008/2014
Bauru	11,9	9,9
Franca	7,1	13,2
Jundiaí	16,1	9,3
Osasco	11,4	6,1
Piracicaba	17,9	7,9
Ribeirão Preto	9,8	5,5
Santo André	8,8	5,8
Santos	4,8	10,7
São Bernardo do Campo	16,6	-0,4
São Caetano do Sul	15,4	-5,0
São Carlos	11,9	9,7
São José do Rio Preto	7,5	12,9
São José dos Campos	11,9	-4,6
São Paulo	7,2	8,5

Fonte: SEADE/IMP, elaboração dos autores

De 2002 a 2008, os municípios de Franca, Santos, São José do Rio Preto e de São Paulo, foram aqueles que lograram as menores taxas de crescimento do valor adicionado da indústria. Entretanto, no período de 2008 a 2014, estes mesmos municípios obtiveram as maiores taxas de crescimento daquela mesma variável.

Analogamente a este acontecimento, verificamos comportamento semelhante, contudo entre os grandes setores de atividade econômica no estado de São Paulo.

Tabela 6: Estado de São Paulo e taxas de crescimento do Valor Adicionado em grandes setores da economia: 2002, 2008, 2014

Grandes	Taxas de crescimento do VTI	
Setores	2002/2008	2008/2014
Agropecuária	4,1	7,2
Ind. Transformação	15,3	3,5
Serviços	12,3	11,9

Fonte: SEADE/IMP, Elaboração dos autores

No período em que a indústria de transformação no estado de São Paulo, desfrutou de taxa mais elevada de crescimento do valor adicionado, os municípios de Franca, Santos, São José do Rio Preto e de São Paulo, obtiveram taxas menores de crescimento do valor adicionado industrial, contudo, quando a indústria de transformação amargou acentuada queda, naqueles municípios, o valor adicionado esboçou taxas de crescimento mais altas.

Em relação ao município de Franca, notadamente no que diz respeito ao ramo industrial de fabricação de calçados, outros dois indicadores contribuem para asseverar os argumentos até então apresentados, quais sejam: a produção brasileira de calçados total e a destinada ao mercado interno e, o consumo aparente de calçados.

Tabela 7: Brasil, produção total e destinada ao mercado interno e consumo aparente de calçados: 2004, 2008 e 2012.

ANO	Produção de Calçados (em milhões de pares)		Consumo Aparente (em milhões de pares)	Per Capita
	Total	MI		
2004	916,0	703,5	713	3,9
2008	816,0	650,2	689	3,5
2012	864,3	750,1	788	4,1

Fonte:DEPECON-Bradesco, Elaboração dos autores

A produção brasileira de calçados total, a parcela destinada ao mercado interno (MI), como também o consumo aparente, diminuem em 2008, comparativamente ao ano de 2004, revelando desta forma, movimento análogo àquele observado anteriormente do valor adicionado da indústria na RA e no município de Franca, como ainda em relação ao VTI do ramo de fabricação de calçados no estado de são Paulo.

O consumo das famílias, após ter alcançado em 2010 taxa de crescimento de 6,2%, iniciou a partir de então, trajetória contínua de queda, chegando até mesmo a sofrer contração de -1,4% em 2014 e, de -4,0% em 2015, em virtude do forte movimento recessivo em que ingressou a economia brasileira a partir de 2014.

> Outro vetor importante de demanda é a recuperação do consumo. A redução de nível de desemprego hoje no patamar intolerável de 12%, o retorno de uma política de reajuste real do salário mínimo, a redução das taxas de juros e dos spreads para patamares civilizados e condizentes com a prática internacional e a montagem de um novo ciclo de crédito são condições básicas para a reconstrução de um mercado de massa. A recuperação do consumo beneficiará os setores de bens de consumo duráveis e não – duráveis, com elevada contribuição no VAM e no nível de emprego, bem como terá encadeamentos sobre os insumos industriais. (SARTI; HIRATUKA, pág 34, 2017)

O ciclo de crescimento mais recente da economia brasileira baseado no consumo, difundiu-se com intensidade diferente entre os grandes setores de atividade econômica, como também, propagou-se com diferentes gradientes de intensidade entre os vários ramos da indústria de transformação. Da mesma forma, em termos espaciais, o crescimento da economia calcado no consumo, produziu diferenciadas taxas de crescimento do PIB e do valor adicionado da indústria entre as regiões administrativas do estado de São Paulo, como também entre municípios**.**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dois mandatos presidenciais de Lula (2003 a 2006 e 2007 a 2010), a economia brasileira ingressou num ciclo de crescimento econômico que fora basicamente alicerçado no consumo das famílias. A expansão do consumo, por seu turno, difundiu-se com intensidade diferenciada entre os grandes setores de atividade econômica, como também entre os subsetores da indústria de transformação.

Do mesmo modo, a taxa média anual de crescimento do PIB e do VA da indústria entre as Regiões Administrativas do estado de São Paulo, acusou expansão mais robusta em algumas regiões e menor em outras nos dois intervalos de tempo considerados, quais sejam: o primeiro compreendendo os anos de 2002 e 2008 e, o segundo os anos de 2008 e 2014.

No período de 2008 e 2014, constatamos em relação ao VA da indústria, quedas significativas da sua taxa de crescimento, sobretudo nas regiões de Campinas, Ribeiro Preto, Santo, São José dos Campos, Sorocaba e na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo). Nesse mesmo intervalo temporal registrou-se aumento da taxa média de crescimento do VA da indústria nas regiões da Araçatuba, Franca, Marília, Registro e São José do Rio Preto.

A priori, acreditamos que o consumo de bens duráveis por ser mais elástico em relação à renda e ao crédito, proporcionou crescimento mais expressivo da indústria produtora daquela categoria de bens, sobretudo na fase de ascensão mais robusta da economia. Já, no momento em que o consumo das famílias começou a emitir sinal de exaustão e iniciou trajetória de desaceleração, o consumo, assim como determinados ramos da indústria de bens de consumo não-duráveis, aparentemente podem ter sido mais beneficiados, como foi o caso dos gêneros de fabricação de alimentos e bebidas e fabricação de calçados. Contudo, vale relembrar que no ramo de fabricação de calçados, o IPP de 2014, comparativamente ao de 2010, sofrera majoração da ordem de 43,39%.

Enquanto conclusão, ainda que provisória, acreditamos que outras pesquisas com maior aprofundamento, poderiam em muito contribuir para melhor compreendermos a relação entre o consumo e a espacialidade da produção industrial.

REFERÊNCIAS

O'SSULIVAN, Arthur; SHEFFRIN, Steven M. Princípios de Economia. Tradução de Antonio José Alves Junior. – Rio de Janeiro: LTC, 2000.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz – São Paulo: Atlas, 1982.

IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/ Banco de Dados Macroeconômico.

BACEN: Banco Central do Brasil – Economia e Finanças/Sérias Temporais.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Indicadores/Contas Nacionais Trimestrais, Out/Dez.2016)

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe B. Macroeconomia. Tradução de Sara R. Gedanke. – São Paulo: MAKRON Books, 2000.

UNSTATS: United Nations Statistics Divisions National Accounts,
Análise da Composição da Cesta de Consumo Familiar com base na POF de 2003 a 2009 – BACEN: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Out. 2013. www.bcb.gov.br?BR201210B2P

GENTIL, Denise Lobato; ARAÚJO, Victor Leonardo de. Macroeconomia, indústria e seguridade social: perspectivas e constrangimentos. In: Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania: economia, distribuição de renda e mercado de trabalho. Ana Fonseca e Eduardo Fagnani (orgs.). – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. 10ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, Laura Barbosa de. Diversificação ou especialização: uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira nas últimas décadas. – Rio de Janeiro:UFRJ/IE, Dissertação de Mestrado, 2008.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas do Século XX e Pesquisa Industrial Anual/ PIA – Empresa.

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/Governo do Estado de São Paulo/IMP.
FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Atlas da Competitividade Industrial.

DEPEC: Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos/BRADESCO – Informações Setoriais: Calçados, Jun. 2017.http://www.economiaemdia.com.br/

SARTI, Fernando;HIRATUKA, Célio. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. – Campinas, SP: UNICAMP/IE, TD n.290, abr.2017.

A CRISE ECONÔMICA NO SETOR CALÇADISTA E SEUS IMPACTOS NOS VALORES DA EMPRESA

THE ECONOMIC CRISIS IN THE FOOTWEAR SECTOR AND ITS IMPACTS IN THE COMPANY'S VALUES

GOMES, Israel Dener Narciso
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
israelgomesrh@gmail.com

NETO, Alfredo José Machado
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
alfredo@facef.br

Resumo

Este artigo destaca a importância das pessoas na construção da cultura organizacional das empresas calçadistas de médio porte na cidade de Franca e as consequências geradas pelas demissões ocasionadas pela crise econômica e política enfrentada no Brasil e consequentemente na cidade de Franca. Para não correrem riscos iminentes de extinção, as empresas precisam se adaptar rápido, reduzir despesas e eliminar desperdícios. Há uma necessidade, por parte das empresas, em se adequar às quedas nas vendas e uma das maneiras mais utilizadas pelos empresários francanos é a demissão da mão de obra operária. Com isto, a rotatividade do setor aumenta significativamente. Dados retirados dos relatórios do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostram números assustadores, são funcionários especializados que saíram do mercado calçadista, estão desempregados ou migraram para outros ramos de atividade na cidade. Outro dado preocupante para a cidade de Franca são as migrações realizadas pelas empresas calçadistas para outras regiões, principalmente para as regiões do Estado do Nordeste Brasileiro. Todas estas mudanças nas organizações refletem diretamente na sua cultura organizacional e acaba por causar problemas na identidade das mesmas, uma vez que, com altas taxas de rotatividade, é improvável que as empresas consigam formar e solidificar seus princípios, suas crenças e seus valores organizacionais.

Palavras-chave: valores organizacionais. empresas calçadistas. crise econômica.

Abstract

This article highlights the importance of people in the construction of the organizational culture of the medium-sized footwear companies in the city of Franca and the consequences of the layoffs caused by the economic and political crisis faced in Brazil and consequently in the city of Franca. To avoid the imminent risks of extinction, companies need to adapt quickly, reduce costs and eliminate waste. There is a need, on the part of the companies, to adapt to the falls in the sales and one of the ways most used by the frank entrepreneurs is the dismissal of the labor of the workers. With this, the turnover of the sector increases significantly. Data taken from the CAGED reports show frightening numbers, are specialist employees who have left the footwear market, are unemployed or have migrated to other branches of activity in the city. Another worrying factor for the city of Franca are the migrations carried out by footwear companies to other regions, mainly to the regions of the Northeast Brazilian State. All these changes in organizations reflect directly in their organizational culture and end up causing problems in their identity, since, with high rates of turnover, companies are unlikely to be able to form and solidify their principles, beliefs and organizational values.

Keywords: organizational values. footwear companies. economic crisis.

1 INTRODUÇÃO

Nossa cidade e nosso país passam por grandes turbulências. Sejam elas econômicas, políticas ou sociais, tais transformações repercutem diretamente no dia a dia empresarial e obrigam as empresas a se adequarem a uma demanda de mercado em queda.

A indústria calçadista utiliza, ainda hoje, em seu processo de fabricação do calçado, uma mão de obra intensiva no parque industrial das empresas. Não se utilizam máquinas com grandes tecnologias que dispensam o trabalho de muitas pessoas, mas, pelo contrário, boa parte permanece artesanal, utilizando o conhecimento técnico dos trabalhadores para a fabricação do calçado masculino.

Fensterseifer (1995) afirma em seu livro:

> (...) a produção é realizada por um grande número de contingente de trabalhadores de baixo nível de qualificação(...)
> (...) na medida em que as condições tecnológicas predominantes fazem do trabalho humano um fator tão importante quanto as máquinas e equipamentos(...)
> FENSTERSEIFER, 1995, p. 61

Diante deste cenário de dependência da mão de obra no parque fabril das empresas calçadistas e com as constantes reduções de trabalhadores, as empresas não conseguem implantar e enraizar sua Cultura Organizacional, ocasionando, assim, uma falta de identificação do trabalhador com a empresa que ele atua.

Com isto, a rotatividade no setor é muito alta e os funcionários não criam uma identificação com a empresa que trabalham, já que trocam de emprego muito rapidamente, ocasionando a falta de identidade entre contratante e contratado.

O objetivo geral deste artigo é o levantamento dos impactos gerados pela crise financeira e pela rotatividade de pessoas dentro das empresas calçadistas de médio porte na cidade de Franca/SP, e qual o reflexo destas mudanças nos valores da empresa e, consequentemente, na cultura organizacional.

Os objetivos específicos, levantados para atingir a formulação do objetivo geral deste artigo, são os seguintes:

1) Investigar e entender o que são os valores dentro de uma empresa;
2) Contextualizar as mudanças organizacionais e quais seus impactos no dia a dia dos colaboradores da empresa;
3) Pesquisar os conceitos na formação de uma cultura organizacional
4) Analisar os impactos na cultura organizacional causados pela rotatividade de mão de obra.

A metodologia usada neste estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica exploratório-descritiva da literatura acerca do tema Cultura Organizacional. Esta pesquisa é importante para o entendimento dos conceitos usando como fonte, as literaturas científicas já publicadas, além de contribuir significativamente para a atualização pessoal e profissional.

2 VALORES ORGANIZACIONAIS

Os valores organizacionais de uma empresa são definidos pelos ideais, princípios, crenças, atitudes e comportamentos da empresa perante seus funcionários, mercado, clientes e fornecedores.

Segundo Fleury (1996) os fundadores das empresas exercem um papel fundamental na criação e manutenção dos valores organizacionais. Eles detêm a essência da criação da empresa como também o poder de estruturar e desenvolver os valores condizentes com a estrutura e formato da criação da organização.

Para descrever melhor os valores organizacionais, podemos usar como referência nossa vida pessoal. Quando nascemos e durante o nosso crescimento, nossos pais nos passam ensinamentos e orientações que vamos aprendendo e enraizando em nossas vidas, da mesma forma como na sociedade em que estamos inseridos, os aprendizados escolares, as interações sociais a qual participamos, tudo isto compõe nossos valores.

Através destes ensinamentos, vamos construindo nosso caráter, nossa forma de pensar e agir perante outras pessoas e os nossos valores assim construídos, nos guiam perante familiares, amigos e a sociedade como um todo.

Freitas (1991) nos coloca:

> Os valores compartilhados estão relacionados com os objetivos organizacionais. Em geral os objetivos de uma organização são vistos como mais importantes por aqueles que sentem que existe um alinhamento entre os seus valores e os da companhia. Essa compatibilidade pessoal-organizacional parece aumentar a ligação com os objetivos e metas de suas corporações. FREITAS,1991, p. 07

Os valores organizacionais norteiam a vida profissional de uma empresa. É através deles que os funcionários são imbuídos a passarem a agir dentro daquele espaço profissional.

Os valores são percebidos pelos funcionários como um guia para orientar seus caminhos, podendo, inclusive, ajudar a resolver conflitos internos evitando assim desgastes profissionais ou mesmo problemas entre setores que podem afetar a vida profissional e, consequentemente, a vida financeira da empresa.

Os setores de Recursos Humanos dentro das empresas exercem um papel fundamental na criação, manutenção e aplicação dos valores organizacionais, uma vez que são os guardiões dos valores organizacionais.

Fleury (1996) enfatiza que os setores de pessoas, ao intermediarem a relação entre trabalho e capital, desempenham um trabalho extremamente estratégico, pois é através da criação de políticas e processos dentro da empresa que são desvendados e interpretados os padrões culturais da instituição.

Tamayo (1996), diz que os valores têm o objetivo de resolver três problemas:

> - Avaliar e acertar as diferenças entre os interesses pessoais e as do grupo;
> - Definir normas e regras para as relações que organizam o trabalho dentro da empresa;
> - Definir os interesses que permeiam a relação entre a empresa e o meio social/natural em que ela se encontra. TAMAYO, 1996, p. 62

Para definir seus valores, a empresa, seus líderes, sócios e fundadores devem fazer uma reflexão sobre as convicções éticas e profissionais que envolvem a mesma. O que a empresa faz ou ajuda na construção de uma sociedade melhor, como seus funcionários devem agir para contribuírem na construção e manutenção destes valores, dentre outras.

3 MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO

As mudanças ocorridas na organização das empresas têm sido abordadas e discutidas com muito afinco nos últimos anos, estudadas por muitos teóricos e, inclusive, são temas de muitas obras acadêmicas que visam trazer um olhar diferenciado e sistematizado sobre o assunto.

O tema também é assunto recorrente dentro das organizações, uma das principais pautas adotadas dentro das reuniões e no dia a dia dos profissionais ou líderes dentro das empresas. Tornou-se tema fundamental para a continuidade das empresas, pois a necessidade de adaptação rápida e consistente define a sobrevivência ou a morte organizacional.

O ambiente externo, as crises financeiras, políticas e estruturais trazem impactos diretos no cotidiano profissional das empresas. Assim, a capacidade de adaptação destas empresas é fundamental para sua permanência dentro do cenário em que está inserida.

Muitos autores colocam o tema da mudança organizacional com vários significados. Diante disto, Bressan (2004) relaciona o tema sob as várias perspectivas acadêmicas, como as descritas no quadro 01:

Quadro 1 – Definições Teóricas sobre Mudança Organizacional

DEFINIÇÃO ENCONTRADA	AUTOR
É qualquer alteração, planejada ou não, ocorrida na organização, decorrente de fatores internos e/ou externos à organização que traz algum impacto nos resultados e/ou nas relações entre as pessoas no trabalho	Bruno-Faria (2000)
Qualquer transformação de natureza estrutural, estratégica, cultural, tecnológica, humana ou de outro componente, capaz de gerar impacto em partes ou no conjunto da organização.	Wood Jr (2000)
São atividades intencionais, pró-ativas e direcionadas para a obtenção das metas organizacionais.	Robbins (1999)
Resposta da organização às transformações que vigoram no ambiente, com o intuito de manter e congruência entre os componentes organizacionais (trabalho, pessoas, arranjos/estrutura e cultura). cols. (1995)	Nadler, Shaw, Walton e Cols (1995)
É um acontecimento temporal estritamente relacionado a uma lógica, ou ponto de vista individual, que possibilita às pessoas pensarem e falarem sobre a mudança que percebem.	Ford e Ford (1995)
Conjunto de teorias, valores, estratégias e técnicas cientificamente embasadas objetivando mudança planejada do ambiente de trabalho com o objetivo de elevar o desenvolvimento individual e o desempenho organizacional.	Porras e Robertson (1992)
Alteração significativa articulada, planejada e operacionalizada por pessoal interno ou externo à organização, que tenha o apoio e supervisão da administração superior, e atinja integradamente os componentes de cunho comportamental, estrutural, tecnológico e estratégico.	Araújo (1982)

Fonte: BRESSAN, 2004, p. 03

As mudanças devem ser encaradas como um processo contínuo. Como destaca Freitas (2000), trata-se de um refazer da sociedade, como o resultado do confronto entre a capacidade de inovar, reestruturar, romper, adaptar, criar, e dar respostas às novas desmanda sociais perante a interação do homem a das novas condições existentes.

É importante dentro do contexto da organização entender a real necessidade de mudanças, entender o porquê e o que precisa ser alterado. Isto é fundamental, pois trará mais confiança às pessoas envolvidas no processo.

Diante da perspectiva da real necessidade de mudança, faz-se necessário um planejamento estratégico que leve em conta o que precisa ser feito, qual o tempo para análise e implantação e quais seus impactos perante a comunidade interna, parceiros e clientes. Este é um grande desafio, pois como analisado anteriormente, a mudança gera desconforto no primeiro momento.

4 CULTURA ORGANIZACIONAL

Kissil (1998) coloca que o conceito de cultura organizacional é expresso pela forma como a empresa conduz seus negócios, seus comportamentos perante os clientes e a comunidade que a cerca, como trata seus colaboradores e qual a autonomia que eles têm dentro da organização.

A cultura organizacional é diferente de uma empresa para outra e é evidenciada através das atitudes de seus dirigentes, pela forma como os funcionários se comprometem e se envolvem nas ações dentro das empresas, através de suas práticas, hábitos, símbolos, valores e crenças e, consequentemente, ditam qual o caminho que a

organização deve tomar.

Schein (2009) define cultura da seguinte forma:

> […] é um fenômeno dinâmico que nos cerca em todas as horas, sendo constantemente desempenhada e criada por nossas interações com outros e moldada por comportamentos de liderança e por um conjunto de estruturas, rotinas, regras e normas que orientam e restringem o comportamento. SCHEIN, 2009 p. 01

Freitas (1991) coloca que cultura é identificada por elementos que fornecem as interpretações necessárias para que seus membros possam desenvolver ações ou valores aceitos pela organização. Geralmente os elementos mais presentes são:

> **Valores:** são as definições a respeito do que é importante para se atingir o sucesso, tais como a importância do consumidor, padrão de desempenho excelente, qualidade e inovação, importância da motivação intrínseca, entre outros.
> **Crenças e pressupostos:** são sinônimos para expressar aquilo que é tido como verdade na organização, ou seja, são as aceitações conscientes do que a empresa entende como correto.
> **Ritos, rituais e cerimônias:** são atitudes e encontros, planejados ou espontâneos, atividades que têm como consequências práticas e expressivas, tornando a cultura mais tangível e coesa; celebram ocasiões importantes e conquistas de desempenho nas organizações.
> **Estórias e mitos:** são os boatos, anedotas e histórias contadas e repetidas entre os membros sobre os eventos e incidentes na vida da organização. As estórias são narrativas de eventos ocorridos que informam sobre a organização, enquanto os mitos referem-se a estórias consistentes com os valores organizacionais, porém sem sustentação nos fatos.
> **Tabus:** são assuntos ou acontecimentos que demarcam as áreas de proibições, orientando o comportamento com ênfase no que não é permitido.
> **Heróis:** são personagens que incorporam os valores e condensam a força da organização, cujos feitos são reconhecidos com admiração entre os membros. É comum nas organizações com culturas fortes exibirem os seus heróis natos.
> **Normas:** são as regras que defendem o comportamento que é esperado, aceito e sancionado pelo grupo, podendo estar escritas ou não. É a forma como cada um, dependendo do seu trabalho e de sua posição hierárquica, deve agir.
> **Comunicação:** é o uso especial de linguagem e outras expressões não verbais, é muito importante, pois a troca de informações, seja por meio de conversas, seja através de canais formais ou por entrevistas e reuniões, comunicam temas importantes da vida organizacional. FREITAS, 1991 p.75

5 INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA

A indústria calçadista de Franca passa por um dos momentos mais delicados de sua história, vez que a crise econômica e política que assola o país resultou em uma das piores depressões no setor. As indústrias não conseguem manter seus quadros funcionais estáveis, a rotatividade é muito grande e, aliada a sazonalidade do setor, tem gerado uma grande falta de identidade nas empresas.

Os números extraídos do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mostram que a cidade passa por uma crise nunca vista antes. Nos últimos dois anos foram demitidos mais de 6.000 trabalhadores, e neste ano as empresas calçadistas de Franca fecharam cerca de 500 postos de trabalho.

QUADRO 2: EVOLUÇÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA/SP

ANO	TT DE ADMIS.	TT DE DESLIG.	SALDO	VARIAC. EMPR %
2014	27.721	30.219	-2.498	-7,12
2015	23.277	26.865	-3.588	-11,14
2016	19.740	20.117	-377	-1,32
1º. Sem. 2017	1.244	1.739	-495	-1,50

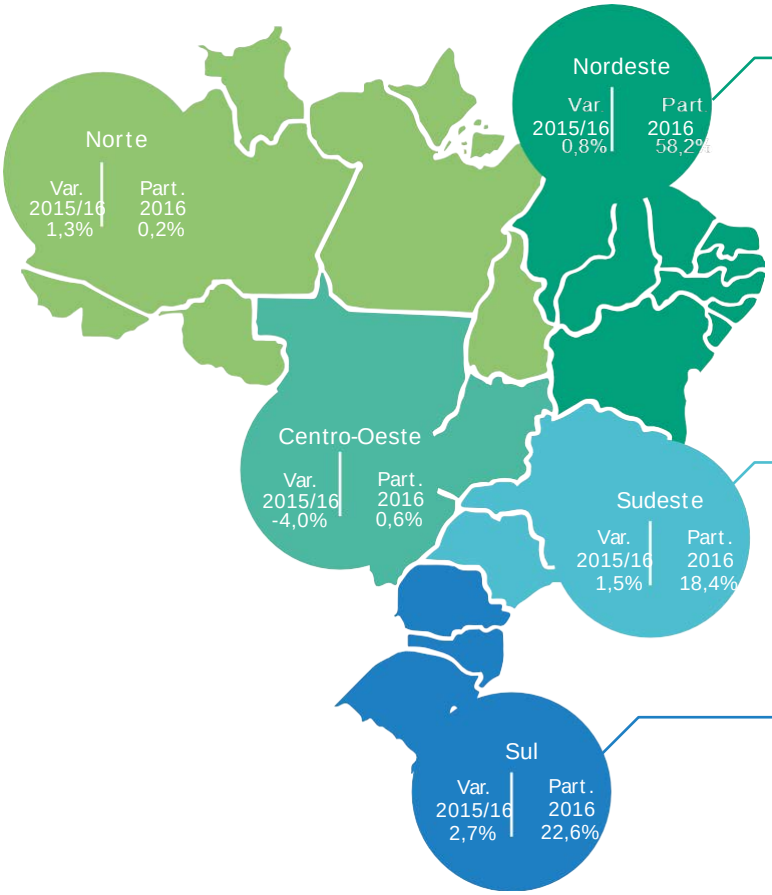
FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - LEI 4923/54

Este quadro mostra que são funcionários especializados que perderam seus empregos e não puderam voltar ao mercado de trabalho, pois em geral as indústrias calçadistas estão mais demitindo do que contratando. Como a cidade ainda depende muito do setor calçadista, a crise tem prejudicado inclusive outros setores da economia.

Para agravar ainda mais a situação, empresas que antes empregavam uma grande quantidade de mão de obra na cidade, começaram a migrar para outros Estados em busca de subsídios e incentivos fiscais.

Ao identificar a produção das regiões brasileiras, em 2016, o Nordeste destaca-se como o grande produtor de calçados no Brasil, com 58,2% da produção nacional. Entre os principais estados produtores de calçados desta região, destacam-se o Ceará e a Paraíba, os quais concentram 85% da produção de calçados do Nordeste. A segunda região mais importante, no Brasil é a região Sul, a qual representa 22,6% da produção nacional. No estado do Rio Grande do Sul, concentra-se 84% da produção da região. Não obstante à importância produtiva do Nordeste, entre 2015 e 2016, a produção, na região, cresceu apenas 0,8%, ou seja, abaixo do desempenho nacional. Por outro lado, a região Sul apresentou um crescimento de 2,7%, praticamente, o dobro do crescimento da produção brasileira. A diferença entre os desempenhos das regiões Nordeste e Sul está na recuperação mais consistente da produção de calçados de couro voltada às exportações (ABICALÇADOS, 2016, p.18).

Segmentação da produção brasileira de calçados por regiões e Unidades da Federação em 2016



Nordeste	Milhões de Pares	Participação
Ceará	268,0	28,1%
Paraíba	201,8	21,2%
Bahia	49,4	5,2%
Pernambuco	26,5	2,8%
Sergipe	11,5	1,2%

Sudeste	Milhões de Pares	Participação
Minas Gerais	90,8	9,5%
São Paulo	69,5	7,3%

Sul	Milhões de Pares	Participação
Rio Grande do Sul	181,0	19,0%
Santa Catarina	21,7	2,3%
Paraná	12,9	1,3%
Outros	21,3	2,2%
Brasil	954,2	100%

Fonte: Abicalçados

O levantamento, realizado pela ABICALÇADOS - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (2016) relata um cenário que corrobora para o quadro de extrema gravidade no setor calçadista na cidade de Franca.

O Estado de São Paulo representa hoje apenas 7,3% da produção Nacional de Calçados, A maior concentração de fabricantes de calçados atualmente se encontra na região Nordeste.

Grandes empresas da cidade de Franca fecharam suas portas e outras, para tentarem sobreviver à crise, transferiram uma grande parte da produção para outros Estados, como compravam os levantamentos da ABICALÇADOS, principalmente os Estados da Região Nordeste do Brasil.

Nestes Estados, a política de incentivos fiscais e municipais é muito grande, atrelado ao custo de mão de obra bem inferior ao que é praticado em Franca, tornando-se um grande atrativo para os empresários francanos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a fabricação do calçado em Franca ainda é uma atividade semi artesanal. Apesar de algumas melhorias tecnológicas implementadas no setor produtivo, este tipo de indústria ainda emprega muitas pessoas e o processo de produção depende muito do trabalho e das aptidões técnicas dos funcionários.

O mercado de calçados masculinos ainda é a atividade preponderante em Franca, e, ainda que outras indústrias tenham apresentado crescimentos significativos nos últimos anos, a dependência financeira do segmento do calçado é muito grande.

A exigência do mercado por produtos mais baratos e com qualidade está cada vez mais crescente, já que os clientes procuram conciliar moda, qualidade e, acima de tudo, custos mais baixos.

A produção de calçados no Brasil teve mudanças significativas, muitas empresas migraram sua base produtiva para Estados onde há uma mão de obra mais barata e onde os Municípios garantem incentivos fiscais atrativos, caso da Região Nordeste, onde atualmente são fabricados a metade de todos os calçados produzidos no país.

Diante deste cenário, cada vez mais a Indústria Calçadista de Franca vem perdendo sua identidade, as empresas não conseguem colocar em prática sua forma de trabalhar, agir ou pensar, os funcionários não estão tendo tempo de assimilar a cultura da empresa, ou seja, suas crenças, valores, normas, costumes e princípios.

A cultura organizacional tem um papel fundamental na existência de uma empresa, sem uma cultura forte, a empresa perde sua identidade, perde o porquê de sua existência e com isto, fica refém de um mar de incertezas que levam a empresa para um campo muito abstrato, ou seja, o campo das incertezas.

Assim, com base no referencial teórico analisado, pode-se entender que o caminho das demissões de funcionários, prática adotada de maneira ostensiva pelas empresas calçadistas de Franca, ferem diretamente sua cultura organizacional, causando estragos, talvez irreparáveis, uma vez que, como relatado no artigo, trata-se de uma indústria de mão de obra intensiva, com o predomínio de uma produção semi artesanal, em que o funcionário é peça chave para a qualidade do produto e, consequentemente, o sucesso da empresa.

REFERÊNCIAS

BRESSAN, C. L. Mudança Organizacional: uma visão gerencial Curitiba, 2004, p. 03

FENSTERSEIFER, J. E. O Complexo Calçadista em Perspectiva: Tecnologia e Competitividade. Porto Alegre: Ortiz, 1995, p. 61.

FREITAS, Maria Ester. Cultura Organizacional Grandes Temas em Debate, São Paulo, 1991, p.07.

FREITAS, Maria Ester. Cultura Organizacional: Evolução e Critica, São Paulo, 2000.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura e Poder nas Organizações. São Paulo: Editora Atlas.1996.

KISSIL, Marco; Gestão da Mudança Organizacional. Instituto para Desenvolvimento da Saúde/ Universidade Federal de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública e Cidadania, vol.04, São Paulo, 1998.

ABICALÇADOS, Relatório Setorial – Indústria de Calçados, 2016.
SCHEIN, Edgar H. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009, p.01

TAMAYO, A.; GONDIM, M. G. C. Escala de valores organizacionais. Revista de Administração, São Paulo, v.31, n.2, p.62, abr./jun.1996.

WOOD, Thomaz Jr. (Coordenador). Mudança organizacional: aprofundando temas atuais em administração de empresas. São Paulo: Atlas, 1995.

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA: DESAFIOS DA GESTÃO DE PESSOAS FRENTE À CULTURA ORGANIZACIONAL

TECHNOLOGICAL REVOLUTION: CHALLENGES OF THE MANAGEMENT OF PEOPLE AGAINST ORGANIZATIONAL CULTURE

REIS, Caio César
Uni-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional, bacharel em Direito (2012) e bacharel em Ciências Contábeis (2016)
caioc_reis@hotmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF
Doutora em Ciência da Informação pela UNESP- Marilia-SP (2013), profa. titular no Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
marinessmith@facef.br

Resumo

É notória a relevância da estabilidade de emprego na qualidade de vida do trabalhador e para a organização em que esse está inserido. Com o avanço das tecnologias e o anúncio da era “indústria 4.0” a capacitação tecnológica e informacional torna-se um elo relevante entre a estabilidade e a qualidade de vida do trabalhador. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a relação entre a gestão de recursos humanos e a gestão da cultura e da competência informacional como fator de fortalecimento do efetivo uso e inovação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Trata-se de uma revisão bibliográfica, na qual abordar-se-ão as TICs como impulsionador da necessidade de qualificação da mão de obra para redução da rotatividade de colaboradores no setor industrial com vistas aos reflexos desta relação no desenvolvimento econômico e social da região em que está inserido. Elencar-se-ão os elementos da cultura e competência informacional que podem ser gerenciados com enfoque no fortalecimento da eficiência da gestão de pessoas para adaptação, readaptação e continuidade na era da “Indústria 4.0”.

Palavras-chave: Cultura Organizacional,Gestão de Pessoas, Cultura Informacional.

Abstract

The relevance of job stability in the worker's quality of life and the organization in which it is inserted is well-known. The objective of this research is to demonstrate the relationship between human resources management and culture management and informational competence as a factor to strengthen the effective use and innovation of Information and Communication Technologies (ICTs) to qualify the workforce and reduce rotation of employees in the industrial sector with a view of reflecting this relationship in the economic and social development of the region in which it is inserted. Elements of culture

and informational competence that can be managed with a focus on strengthening the management effectiveness of people for adaptation and continuity in the "Industry 4.0" era will be listed.
Keywords: Organizational culture, People management, Informational Culture.

1 INTRODUÇÃO

Nota-se que nos dias atuais há uma alta rotatividade de colaboradores dentro das organizações, o chamado *turnover*, tal fato acarreta às organizações prejuízos diretos em seus resultados; a alta rotatividade gera gastos com treinamento, contratação, demissão, admissão, dentre outros. Não só as empresas são atingidas em razão desse *turnover*, os colaboradores ficam insatisfeitos, não se desenvolvem profissionalmente e não conseguem permanecer por longo período em um organização.

Em 2013, segundo o Dieese, a taxa de rotatividade líquida no mercado de trabalho brasileiro foi de 43% (valor mínimo entre o total de admissões e de desligamentos, excluídos os casos de falecimento, aposentadoria, transferência e desligamento a pedido do trabalhador). A taxa é cronicamente alta no Brasil: o tempo médio de permanência no emprego no país (5 anos) é menos da metade do que o de países como Alemanha, França e Itália (quase 12 anos) . Demonstrando a elevada rotatividade houve Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI, com pesquisa realizada em 2015, apresentando que 54% dos entrevistados saíram do emprego por vontade própria e 48% dos entrevistados informaram que os trabalhadores mudam de emprego mais do que deveriam.

Diante disso, a comunidade onde estão inseridos empresas e colaboradores não se desenvolve, por que a empresa enquanto um dos responsáveis pelo desenvolvimento regional não consegue proporcionar à comunidade emprego e segurança, enquanto os colaboradores, não têm a certeza de que desenvolverão uma função adequada para seu perfil e nem a certeza de permanência na empresa.

O desenvolvimento regional é uma consequência de resultados positivos obtidos pela empresa, e no contexto desta pesquisa demonstrar-se-á a importância da gestão de pessoas para sua consecução. O desenvolvimento regional é um tema amplo e complexo envolvendo não apenas o crescimento econômico, mas também atrelado ao crescimento social, cultural, político e ambiental (Cavalcanti; Ruwer, 2009). Nesta linha conceitual, a questão da empregabilidade mostra-se como fator de suma importância para organização, individuo e o crescimento social.

Ao se analisar o homem e o mundo socioeconômico em que está inserido, uma melhor gestão de pessoas contribui diretamente com o desenvolvimento regional e com os resultados da empresa. Será analisado o comportamento humano dentro das organizações de trabalho e organizações sociais em que está inserido, interfere ou é influenciado com o objetivo principal de demonstrar que a correta gestão de pessoas influencia diretamente no contexto econômico, social e cultural de onde a organização está inserida.

Caberá ao gestor de pessoas a correta correlação entre o indivíduo e a função a ser desempenhada, cujo processo se inicia no momento da contratação. Nota-se que a correta gestão de pessoas impactará diretamente nos resultados das organizações e estes resultados, positivos ou negativos, impactarão no meio em que as organizações estão inseridas.

Com o avanço das tecnologias e o anúncio da era “indústria 4.0” a capacitação tecnológica e informacional torna-se um elo relevante entre a estabilidade e a qualidade de vida do trabalhador.

Diante deste contexto, o objetivo do presente estudo é demonstrar a relação entre a gestão de recursos humanos e a gestão da cultura e da competência informacional como fator de fortalecimento do efetivo uso e inovação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Para tanto, torna-se relevante discutir o papel do setor industrial para o Desenvolvimento Regional em tempos de inovação tecnológica e da era “indústria 4.0”, analisar os diversos modelos de gestão de pessoas em busca da redução da rotatividade diante ao avanço das TICs, apresentar e discutir os elementos da cultura e da competência informacional que podem ser gerenciados para fortalecer a eficiência do processo de gestão de pessoas para enfrentamento da era “indústria 4.0”.

Este estudo, inicialmente, trata-se de uma revisão bibliográfica, todavia pretende-se dar continuidade, com um estudo de caso que será elaborado posteriormente para análise dos valores e atitudes de uma empresa de grande porte do setor calçadista da cidade de Franca, a ser selecionada pelo seu porte e representatividade no setor, bem como pela utilização de tecnologia no sistema produtivo. Isso, para averiguar o que está mobilizando para a gestão de seus recursos humanos, no intuito de alavancar a sua evolução intelectual e ao mesmo tempo sua estabilidade no mercado de trabalho e, por fim avaliar o impacto dos resultados apurados junto à empresa pesquisada na promoção do desenvolvimento econômico e social da cidade.

O presente estudo se justifica, pela evidente revolução tecnológica que a sociedade está enfrentando e, que está transformando as formas de trabalho, na qual a produção passa a ser centrada em sistemas avançados de tecnologia de ponta passando a exigir novas competências e valorizando o conhecimento em detrimento do mecanicismo. Exigências que refletem diretamente na questão da estabilidade e na percepção da qualidade de vida do trabalhador diante do enfrentamento de uma nova era. Devido aos impactos expressivos da digitalização tanto na produção quanto na criação de produtos e na forma de se fazer negócio, tais mudanças têm sido consideradas, por alguns autores, como a quarta revolução industrial, dando origem ao termo “indústria 4.0” como sinônimo à expressão “indústria avançada”.

2 INDÚSTRIA 4.0: REALIDADE OU ASPIRAÇÃO

Pode-se conceituar o termo “Indústria 4.0” como o uso de tecnologias de ponta nas organizações, como meio de automação e controle das atividades por máquinas, equipamentos, dispositivos de informática, robótica, dentre outros. Nesse sentido a CNI (2016, p.11) assim conceituou o termo:

> A incorporação da digitalização à atividade industrial resultou no conceito de Indústria 4.0, em referência ao que seria a 4ª revolução industrial, caracterizada pela integração e controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da fusão do mundo real com o virtual, criando os chamados sistemas ciberfísicos e viabilizando o emprego da inteligência artificial.

Para o CNI (2016, p.12) as principais tecnologias utilizadas são a “internet das coisas, o *big data*, a computação em nuvem, a robótica avançada, a inteligência artificial, novos materiais e as novas tecnologias de manufatura aditiva (impressão 3D) e manufatura híbrida.”

A indústria 4.0 não se resume à simples automação dos processos dentro de uma organização, envolve, também, "todas as diversas etapas da cadeia de valor: do desenvolvimento de novos produtos, como projeto, desenvolvimento, testes e até mesmo a simulação das condições de produção, até o pós-venda" (CNI 2016, p.12), ou seja, a tecnologia está presentes em todas as fases do processo produtivo.

A Indústria 4.0 trará resultados muito além da simples digitalização, trará um meio complexo de inovação fundado na utilização de diversas tecnologias dentro de uma organização, fazendo com que sejam revistos processos de produção, valor agregado aos produtos, desenvolvimento e inovação e inserção de novos produtos no mercado. Em suma será necessário que o empresário repense seu negócio globalmente e além de analisar todo o acima exposto, deverá ajustar suas ações de marketing, logística e distribuição (Coelho, 2016)

A indústria 4.0 trará inovações que englobarão toda a organização, através do uso de recente tecnologia. No que tange aos benefícios da adoção de tecnologias nos mais variados processos, os resultados serão muito mais amplos que o simples aumento de produção.

A 4ª revolução industrial será capaz de diminuir o lapso temporal para surgimento e lançamento de produtos inovadores para o mercado de consumo, maior gama de produtos que serão produzidos, melhoria de processos no tange à análise de volume de produção e utilização de recursos e ampliação das organizações industriais agregarem valor aos seus produtos (visando inserção no mercado), todas essas mudanças farão com que seja elaborada uma nova política industrial para o Brasil (CNI 2016).

O CNI (2016,p. 18) elenca como merecedoras de destaque as seguintes políticas industriais:

> i) a redução das vantagens comparativas espúrias, que tenderão a ser solapadas pelos ganhos de produtividade decorrentes da adoção das novas tecnologias, com a possibilidade de redefinir fatores determinantes de localização de investimentos produtivos;
> ii) a ampliação da cooperação entre agentes econômicos, cujas operações serão cada vez mais integradas;
> iii) o reforço da competitividade que se estabelece entre sistemas produtivos, que incluem empresas, fornecedores, clientes e ambiente;
> iv) o estabelecimento de novos modelos de negócios e de inserção nos mercados, com a possível redefinição de setores de atividade econômica;
> v) a ampliação da escala dos negócios; e
> vi) o surgimento de novas atividades e novas profissões, que demandarão adaptações no padrão de formação de recursos humanos.

Evidente que tal fenômeno trará inúmeros benefícios para a indústria global, porém sua adoção dependerá de inovação por parte das organizações, nesse sentido o CNI (2016, págs. 23 e 24) "busca desenvolver sete dimensões prioritárias para o desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil", sendo elas:

> i) aplicações nas cadeias produtivas e desenvolvimento de fornecedores;
> ii) mecanismos para induzir a adoção das novas tecnologias;
> iii) desenvolvimento tecnológico;
> iv) ampliação e melhoria da infraestrutura de banda larga;
> v) aspectos regulatórios;
> vi) formação de recursos humanos; e
> vii) articulação institucional.

Especialmente em relação aos recursos humanos, em consonância com o exposto em capítulos anteriores, as transformações que serão trazidas pela Indústria 4.0 exigirão

novos profissionais para os novos métodos produtivos, profissionais que deverão ter formações diferentes das já existentes. O conhecimento deverá ser integrado, ou seja, as várias áreas e fases do processo de produção deverão comunicar-se constantemente, as equipes deverão ser multidisciplinares e não será necessário somente elevado conhecimento técnico será necessário que os profissionais tenham a capacidade de interação com as mais diversas áreas de conhecimento (CNI, 2016).

Em razão das inovações, novos profissionais surgirão, haverá necessidade de readequação, aprimoramento e principalmente uma nova visão, de que o conhecimento deverá ser global e não mais específico.

Cada vez mais exigir-se-ão dos profissionais conhecimentos multidisciplinares devido à rapidez da inovação tecnológica e do fluxo de informações. Os profissionais não deverão ser formados como técnicos para funções ou áreas específicas, deverão sim ter conhecimentos técnico-científico, porém acima de tudo, deverão ter a plena capacidade de comunicação e interação com as mais diversas áreas do conhecimento e as áreas existentes dentro da organização em que está inserido.

Todavia, para acompanhar as mudanças tecnológicas, não bastam apenas os recursos financeiros para aquisição de novas tecnologias, a empresa tem que ter uma cultura organização com fortes elementos motivadores à adesão das mesmas. É preciso cultivar e fortalecer valores, crenças e pressupostos que possam promover e alavancar as habilidades e conhecimento, de toda a equipe, necessários à concretização da indústria 4.0, para tornar-se realidade e deixar de ser mera aspiração.

3 A CULTURA ORGANIZACIONALCOMO IMPOSIÇÃO DE DESAFIOS

Cultura Organizacional pode ser observada como um mecanismo de poder e controle dentro da organização, conforme destacado por Freitas (2000, p. 97). Nesse sentido, representa um conjunto de abstrações arquitetadas no âmbito organizacional, nas relações exprimidas como “valores, normas, significados e interpretações” conforme definido por Freitas (2000, p. 97) com fito de direcionar a organização, criando uma unidade, um conjunto de informações capazes de tornar a “organização fonte de identidade e de reconhecimento para seus membros”, Freitas(2000, p. 97). Nessa lógica, a cultura organizacional será responsável pela seleção dos elementos, valores, informações etc que serão transmitidos e o grau de importância que lhes será atribuído, sendo, por fim, um mecanismo de nortear condutas, criar identidades dentre outros.

Pode-se dizer que a cultura organizacional é mecanismo para nortear condutas, fazendo com que todos dentro da organização ajam de maneira uniforme, criando uma unidade de pensamento e impondo limites de comportamento, tudo em busca do objetivo da organização, seu crescimento. Trata-se do somatório de idéias, ideais, valores, princípios que são parte integrante de uma organização, que norteiam as condutas dos indivíduos que ali operam e que devem ser transmitidas a todos que dela façam parte.

Sobre a gestão de pessoas é mister que seja levada em consideração a cultura organizacional, que seria um mecanismo para nortear condutas, que seria alterado e transmitido a todos que integram ou passem a integrar a organização. Assim, Smith (2013, p. 114) destaca que

> Ao trazer o conceito de cultura, para o contexto das organizações buscam-se subsídios para conhecer os pressupostos sobre as diversas naturezas intrínsecas ao ambiente organizacional e para traçar estudos de relacionamento e de práticas no âmbito das organizações.

Schein (2009) define cultura organizacional como um conjunto de abstrações elementares partilhadas, que foi assimilada por um conjunto de indivíduos ao passo que sanava suas questões adaptativas relativas a outros grupos e questões pertinentes ao próprio grupo. Schein (2009) afirma que essa definição tem sido considerada pertinente pelos indivíduos do grupo e são passadas adiante aos novos membros como uma forma de se proceder, analisar, interpretar os problemas presentes e futuros.

Apresentados os conceitos de cultura organizacional, nota-se que em muito se assemelham. Justifica-se a inclusão do conceito de cultura organizacional como um instrumento de poder na medida em que a organização transmite tal cultura a seus membros, e estes devem seguir os padrões ditados, não significando tal afirmação que a cultura é algo estático e imutável.

Para se identificar a Cultura Organizacional ou mesmo para defini-la, é comum a utilização de seus elementos constitutivos para tal; é dizer que através da identificação e análise de tais elementos tem-se um melhor entendimento acerca do conceito, sua aplicação, transmissão, objetivos, dentre outros.

Neste diapasão adota-se a visão de Freitas (1991) que assim elenca os elementos componentes da Cultura Organizacional: valores; crenças e pressupostos; ritos, rituais e cerimônias; estórias e mitos; tabus; heróis; normas; processo de comunicação.

Para Freitas (1991) os valores são os elementos primordiais para consecução do sucesso organizacional; crenças e pressupostos são as referências dentro da organização, um *modus* esperado de ação; ritos, rituais e cerimônias são os fatores/elementos que são realizados e percebidos objetivamente; estórias e mitos representam, respectivamente fatos passados baseados em ocorrências reais e fatos passados baseados em abstrações relativas aos valores; tabus são utilizados como meio de coibir atitudes; os heróis são os representantes da organização são tidos como indivíduos que abraçam o espírito da organização; normas representam um conjunto de diretrizes formais ou não que direcionam e delimitam condutas; e, por fim, processo de comunicação consiste nas inter-relações dos indivíduos da organização.

Ao se analisar os elementos acima pode-se inferir que a Cultura Organizacional é modificada na medida em que a sociedade, o meio em que está inserida, o mercado e os indivíduos também se modificam; a organização deve adaptar-se. É um processo que envolve elementos ligados ao passado, que servem de escopo para certos conceitos, atos, práticas etc; elementos ligados ao presente que servirão de base para as adaptações que se sucedem e elementos ligados ao futuro, que seriam as metas, planos.

Ao analisar cultura e liderança, Schein (2009, p. 11) define cultura como “o resultado de um complexo processo de aprendizagem de grupo que é apenas parcialmente influenciado pelo comportamento do líder” e no tocante à liderança, afirma que há possibilidade dos elementos da cultura organizacional mostrarem-se desajustados ou equivocados caberá aos indivíduos detentores da liderança avaliar e tomar as medidas cabíveis e conclui que nesse diapasão é que os dois conceitos apresentados estão ligados.

4 CULTURA E COMPETÊNCIAINFORMACIONAL COMO DESAFIO OU APOIO À GESTÃO DE PESSOAS

Implantada a idéia de cultura organizacional na empresa, passa-se à análise das informações obtidas na organização e a sua utilização em práticas que visem torná-la competitiva.

Ao analisar cultura organizacional e cultura informacional pode-se concluir que a primeira expressão é mais ampla que a segunda. A cultura informacional é considerada mais restrita uma vez que "contempla tanto os elementos como os processos, as nuances e os propósitos voltados ao ciclo e comportamento informacional" e por essa razão é mister avaliar a cultura organizacional através das lentes da ciência da informação (WOIDA; VALENTIM, 2006, p. 9).

A cultura informacional atuará como um mecanismo para análise de informações e auxílio na tomada de decisões dentro da empresa serão estabelecidos padrões sempre nos moldes previstos na cultura organizacional. Os valores e crenças existentes na organização serão os responsáveis pela relevância, prioridade e nível das informações, seja no modo como são obtidas, analisadas ou aplicadas. Para Smith (2013, p. 137):

> Os valores são as crenças mais profundas sobre o papel e contribuição das informações para a organização, bem como os princípios que definem como a informação deve ser criada e usada. E, as normas são regras ou padrões socialmente aceitos que definem o comportamento informacional considerado normal ou esperado na organização. As normas podem ser implícitas e explicitas. As explícitas, geralmente, são codificadas como diretrizes e políticas que especificam a criação e uso da informação como parte de rotinas organizacionais. As normas implícitas não são escritas, mas são aparentes nas atividades informacionais do cotidiano.

Para Moura (2011, p. 53), a cultura informacional mostra-se através dá junção e qualidade de informações, requisições, trocas; não há mais a idéia de um indivíduo ser detentor do saber, as informações são trocadas e construídas de vários modos e com a utilização dos mais diversos meios os quais sirvam para o aprendizado.

Conclui-se que a cultura informacional consiste no grau de importância que é dado às informações, assim como nos procedimentos para sua obtenção e no modo como são tratadas e utilizadas pelos profissionais a que se destinam. Nesse sentido Smith (2013, p. 138):

> No âmbito da organização, deve-se ter em conta que a cultura organizacional se apresenta como alicerce de qualquer modelo de gestão que se pretenda aplicar e que esta pode nutrir atitudes que facilitam ou impedem o desencadeamento efetivo das várias fases do processo de gestão, por exemplo, da informação. Estas atitudes sejam facilitadoras ou não de como lidar com os vários processos da gestão da informação ao persistirem no cotidiano do comportamento organizacional caracterizam a cultura informacional de uma empresa

Analisando-se sob a ótica do sujeito a quem as informações são dirigidas, a cultura informacional para Moura (2011, p. 54), "deve ser entendida como o discernimento do usuário da informação em relação ao contexto, às ferramentas de mediação do acesso à informação, bem como às práticas socioculturais envolvidas". Isso significa que todos dentro da organização devem conhecer as informações e acima disso, utilizá-las do melhor modo.

Para a obtenção dessas informações, na era da "Indústria 4.0" - que tem como base o uso da tecnologia nas organizações – é imprescindível que sejam adotados mecanismos de tecnologia da informação para uma rápida e confiável obtenção de informações sejam elas dos mais variados setores dentro de uma empresa (produção, administração, pessoal etc.) e com base nas informações obtidas será possível uma melhor análise no processo decisório, o que trará bons resultados para a empresa.

Ainda sobre o tema preleciona Smith (2013, p. 138):

> Sob essa condição, as especificidades de cada aspecto - tecnologia, confiança na informação e confiança na estrutura orgânica - devem ser trabalhadas sob o enfoque sistêmico, considerando cada aspecto como parte fundamental da gestão integral da informação. Sem a compreensão dos elementos da cultura informacional refletida em cada um destes aspectos a gestão da informação será prejudicada, pois o valor de cada aspecto será minimizado lesando a efetividade da gestão da informação, ao contrário, se a cultura informacional for bem estruturada sob a abordagem sistêmica promoverá a gestão integral da informação, inserindo esta como uma prática cotidiana na organização, propiciando a síntese da cultura organizacional e informacional.

As informações obtidas deverão ser analisadas de modo a abranger todas as especificidades da organização para que a tomada de decisão seja a que mais coincida com os objetivos organizacionais. E novamente uma adequada gestão de pessoas permitirá que o encarregado de utilizar as informações obtidas tenha competência para lidar com elas, tomando a melhor decisão. A competência em informação será a gama de conceitos, conhecimentos, aptidões, atitudes inerentes ao indivíduo que o tornará capaz de usar as informações na medida necessária para o desenvolvimento das tarefas que sejam ligadas ao trabalho que deverá desenvolver.

Assim, conceitua-se o termo competência como “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo” (FLEURY, 2000, p. 21). Já a competência informacional pode ser conceituada como a capacidade do gestor em trabalhar com as informações, sua obtenção, análise e utilização no processo de tomada de decisão, tudo isso nos mais variados tipos de profissionais e ramo de atuação das organizações. Tal competência deve estar presente em toda a organização sem distinção de setores, em todas as áreas existentes, nos mais variados processos de produção, gestão, técnicos (MIRANDA, 2004).

Sobre a gestão de pessoas, Silva et al (2013), conceituam a expressão como um arcabouço de medidas, atitudes que buscam organizar os indivíduos de modo que se consiga alcançar os melhores resultados (para as organizações e para o indivíduo em si). Afirmam ainda, que o gerenciamento dos indivíduos influencia diretamente nas organizações, positiva ou negativamente.

Pode-se elencar como objetivo da gestão de pessoas evitar um elevado *turnover* que consiste nas admissões ou demissões de trabalhadores de uma organização, por qualquer que seja o motivo. Estabilidade no emprego significa segurança para o trabalhador e para organização importa em menor rotatividade, menos treinamentos, despesas com dispensas etc.

Para Gil (2007), a atual realidade das organizações é de grandes incertezas, no que tange às inovações, que estão, cada vez mais velozes e imperiosas no sentido de forçar as organizações a sempre inovar e renovar. É certo que as mudanças dependem de trabalhadores, competentes, qualificados e com capacidade de sempre renovar seus conhecimentos, ou seja, caberá à organização escolher o profissional com perfil mais adequado para integrar seu quadro de trabalhadores. Ao final cabe à organização proporcionar aos trabalhadores uma qualidade de vida no trabalho como bem afirma Gil (2007, p. 46) pela razão “que parte significativa da vida das pessoas é dedicada ao trabalho e que para muitas o trabalho constitui a maior fonte de identidade”.

Quando o colaborador é amplamente analisado e seu perfil comportamental se enquadra com a função a ser desempenhada, serão evitados problemas futuros. O colaborador desempenhará melhor suas funções, delegará, evitará conflitos e absenteísmo e principalmente a alta rotatividade. Para a empresa os benefícios serão

variados: colaboradores mais qualificados, que desenvolverão melhor suas funções (sejam elas administrativas, de produção, atendimento etc.), maior qualidade nos produtos e serviços, dentre outros que certamente contribuirão para que a empresa obtenha bons resultados.

Nesse sentido, tecnologia e informação sem sua correta gestão, intempestividade e falta de competência em seu tratamento, pouco serviriam no auxílio da gestão da organizacional. As tecnologias informacionais são ferramentas de suma importância para a obtenção eficiente das informações organizacionais que serão utilizadas para a tomada de decisão. Não somente a obtenção das informações é relevante para a organização, a competência em relação às informações e o modo de tratamento guardam igual valor.

Será incumbência da área de gestão de pessoas, através da delimitação e conhecimento da cultura da organização juntamente com a implantação de uma cultura informacional que seja eficiente, rápida e apoiada no uso de tecnologias, a busca constante pela redução do *turnover* que acarreta inúmeros prejuízos para a organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inevitável a chegada da era da “Indústria 4.0” para todas as indústrias, haja vista que algumas já vivem essa realidade, que atingirá todas as organizações e fará com que drásticas mudanças sejam implementadas sob pena das organizações que sejam relutantes no emprego das tecnologias sucumbam ante o poder das tecnologias cada vez maior nos dias atuais.

As organizações precisam preparar-se para implantação dessas tecnologias e com esse preparo vem a necessidade de conhecer a cultura que norteia a organização, isso não para simples conhecimento, mas para que haja um direcionamento, um conjunto de elementos que sejam característicos e conduza os indivíduos que ali participem

No que tange à cultura e competência informacional, cada vez mais o uso eficiente das informações auxiliará no processo de decisão e proporcionará uma prévia análise de situações problema e uma melhor busca por soluções.

Nesse sentido, toda a organização precisará aderir as novas tecnologias e adaptar-se. Caberá ao gestor de pessoas lidar com todos os elementos supracitados com objetivo primordial a redução ou eliminação de prejuízos para a organização, como por exemplo, um elevado *turnover.*

As novas tecnologias permitirão um maior fluxo de informações dentro da organização, fazendo com que todos os que ela integram possam tornar-se mais resilientes ante as inovações e as mudanças do mercado. Deve ser rotina o fluxo e uso das informações, sempre com competência, para que as ações daí decorrentes tragam os melhores resultados para a organização. Nesse sentido, devem as informações organizações proporcionar meios para uma gestão de pessoas mais elaboradas, através da análise de situações, resultados etc e com isso tornar o processo de tomada de decisões mais assertivo.

Pretende-se com esta pesquisa, ainda em andamento, analisar uma indústria do setor calçadista da cidade de Franca/SP e verificar como a cultura organizacional e informacional impactam na organização para adesão às novas tecnologias da Indústria 4.0. Entende-se que a questão financeira é muito relevante para a inovação tecnológica do setor produtivo, porém neste trabalhou mostrou-se o impacto da cultural organizacional nos direcionamentos, na implantação e nos usos efetivos de novas tecnologias.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (Orgs.). Redes de conhecimento e competência em informação: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

CAVALCANTI, Melissa Franchini; Ruwer, André. Pensando o desenvolvimento regional sustentável: a atuação do Banco do Brasil S/A. In: FADEL, Barbara (Org.). Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 155-170.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos: como incrementar talentos na empresa. 7. ed.Barueri: Manole, 2009.

COELHO, Pedro Miguel Nogueira. Rumo à Indústria 4.0. 2016. 65 f. Dissertação (Mestrado) – Engenharia e gestão industrial, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Retratos da Sociedade Brasileira: rotatividade no mercado de trabalho. Indicadores CNI ISSN 2317-7012 • Ano 5 • Número 30 • março de 2016. Disponível em <https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/64/ee/64ee41dc-e22a-47c7-8d57-8fbaac5f7ddb/retratosdasociedadebrasileira_30_rotatividade.pdf> acesso em 20 mar. 2017.

_____. Desafios para a indústria 4.0 no Brasil. Brasília: CNI, 2016. Disponível em <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/8/desafios-para-industria-40-no-brasil/> acesso em 12 set. 2017

DIEESE. Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro. Dieese: 2011. Disponível em <http://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf> acesso em 20 mar. 2017.

FADEL, Barbara; SMITH, Marinês Santana Justo. Cultura organizacional: alavanca ou entrave ao desenvolvimento regional. In: FADEL, Barbara (Org.). Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares. Marília: Fundepe; Franca: Uni-Facef; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 73-99.

FLEURY, A. FLEURY M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópio da indústria brasileira. São Paulo: Atlas, 2000

FREITAS, Ângela Cristina Basílio de. Cultura organizacional como avaliação na formação de profissionais e seu impacto no desenvolvimento regional. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Uni-FACEF, Franca, 2015.

FREITAS, Maria Ester de. Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.

HAMEL, G. Prahalad, C. K. Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu stor e criar os mercados de amanhã. 12. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

HUNGER, J. David. Gestão estratégica: princípios e práticas. 2. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso Editores, 2002.

MIRANDA, Silvania Vieira.Identificando competências informacionais. Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2004.

MOURA, Maria Aparecida (Org). Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

SCHEIN, Edgar H. Cultura Organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009.

SMITH, Marinês Santana Justo. A cultura informacional como alicerce de gestão contábil nas pequenas e médias empresas. 2013. 256f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2013.

VERGARA, S. C. Gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WOIDA, Luana Maia; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Cultura informacional voltada ao processo de inteligência competitiva organizacional: a relação entre as pessoas, a informação, e as 247 tecnologias de informação e comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. Anais... Marília: ENANCIB, 2006.

CULTURA ORGANIZACIONAL: ESPECIFICIDADES NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

ORGANIZATIONAL CULTURE: SPECIFICITIES AT MICRO AND SMALL ENTERPRISES

DIAS, Carlos Antônio
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
carlos.logicca@uol.com.br

SMITH, Marinês Santana Justo
Centro Universitário Municipal de Franca -Uni-FACEF
Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
marinessmith@facef.br

NETO, Alfredo José Machado
Centro Universitário Municipal de Franca -Uni-FACEF
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
alfredo@facef.br

Resumo

Algumas pessoas constituem seus pequenos negócios a partir de uma necessidade emergente de resolver um problema ou em busca de uma situação financeira estável. Como gestores, passam a dividir seu tempo entre operacional, comercial e financeiro, enfrentando cotidianamente dificuldades em estabelecer princípios administrativos que deveriam nortear seus negócios e que, muitas vezes, são negligenciados mediante outras prioridades. Ante esse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão: “Quais são os valores e pressupostos que os proprietários levam para dentro de suas micro e pequenas empresas, que influenciam em sua sustentabilidade?”. Destarte, o objetivo é discutir as especificidades da constituição das micro e pequenas sob a perspectiva da cultura organizacional, no tocante a aderência a valores e prioridades em relação ao seu fundador. Para tanto, através de uma pesquisa bibliográfica, foram resgatados discussões sobre as especificidades na constituição das pequenas empresas, as características de seus interlocutores empreendedores e empresários e, sobre cultura organizacional e os aspectos de sua formação. Para então, correlacionar a dinâmica do início de uma nova empresa e uma nova cultura a partir da figura de seu fundador. Pelas discussões conceituais, foi possível inferir que as organizações são fortemente influenciadas pelos valores e crenças de seus fundadores que, por sua vez constituídos através de experiências acumuladas ao longo do tempo. Todavia, podem ser trabalhados mediante o processo de revaloração qualitativa de sua cultura, os valores adjacentes para enfrentar inovações e adaptações requeridas em novos contextos econômicos e de mercados competitivos, para conservar as organizações e suas atividades.

Palavras-Chave: Cultura Organizacional, Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo.

Abstract

Some people establish their small businesses from an emerging need of solving a problem or in demand on a stable financial situation. As managers, they begin to divide their time between operational, commercial and financial, facing daily difficulties in establishing administrative principles that should guide their businesses and which are often neglected through other priorities. In view of this context, the present study seeks to answer the following question: "What are the values and assumptions that owners take within their micro and small enterprises, which influence their sustainability?". Thus, the objective is to discuss the specificities of the constitution of the micro and small from the perspective of the organizational culture, regarding the adherence to values and priorities in relation to its founder. In order to do so, through a bibliographical research, discussions about the specificities in the constitution of small companies, the characteristics of their entrepreneur and entrepreneurial interlocutors, and on organizational culture and the aspects of their formation were rescued. To then, correlate the question of the beginning of a new culture and a new company from the figure of its founder. Through the conceptual discussions, it was possible to infer that organizations are strongly influenced by the values and beliefs of their founders who are constituted of accumulated experiences over time. However, they can be developed through the process of qualitative revaluation of their culture, the adjacent values to face innovations and adaptations required in new economic contexts and competitive markets to maintain the organizations and their activities.

Keywords: Organizational Culture, Micro and Small Enterprises, Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

O brasileiro faz parte de uma sociedade considerada muito empreendedora. A Pesquisa GEM – Global Entrepreneurship Monitor 2016, realizada pelo SEBRAE e pelo IBPQ, mostra que 36% da PEA – População Economicamente Ativa, possui ou está abrindo um novo empreendimento. Isto significa que cerca de 48 milhões de pessoas, com idades que variam de 18 a 64 anos, têm um negócio ou estão envolvidos na criação de um (GEM 2016, SEBRAE e IBPQ).

Todavia,deve-se atentar que as pessoas empreendem por vocação, por oportunidade ou por necessidade.

O GEM mostra, ainda, que a maior parte (57,4%) dos novos empreendimentos que surgiram no Brasil no ano passado, foram por oportunidade. Os novos empreendedores abrem seus negócios, assumindo todo o risco, movidos pelo desejo de inovação, pela necessidade de realização e de ser reconhecido, para atender a uma necessidade do mercado ou para tornar a vida das pessoas mais agradável (GEM 2016, SEBRAE e IBPQ).

Boa parte das micro e pequenas empresas surgem, no entanto, a partir de uma necessidade emergente a resolver ou em busca de uma situação financeira estável. No Brasil, no ano passado, 42,6%, dos novos negócios foram abertos por necessidade (GEM 2016, SEBRAE e IBPQ).

Os empreendedores iniciantes, como gestores do novo negócio, passam a dividir seu tempo entre os setores operacional, comercial e financeiro, enfrentando cotidianamente dificuldades em estabelecer os princípios administrativos que devem nortear seus negócios.

Neste sentido, não são poucas as pessoas que enfrentam dificuldades em estabelecer princípios que norteiem seus negócios com o intuito de assegurar um bom desempenho na obtenção dos resultados propostos. Muitos empresários não conseguem manter a continuidade de seus negócios por muito tempo.

Diante dessa constatação, tem-se como questão de pesquisa: Quais são os valores e pressupostos que os proprietários levam para dentro de suas micro e pequenas empresas que influenciam em sua sustentabilidade?

Para trabalhar esta indagação, o objetivo é discutir as especificidades da constituição das micro e pequenas sob a perspectiva da cultura organizacional, no tocante a aderência a valores e prioridades em relação ao seu fundador.

Diante do objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram necessários no cumprimento da proposta central e na resolução do problema:

a) Relacionar as especificidades na constituição das pequenas empresas, as características de seus interlocutores empreendedores e empresários;

b) Apresentar a cultura organizacional e os aspectos de sua formação.

c) Correlacionar a dinâmica de uma nova empresa com a questão de uma nova cultura a partir da figura de seu fundador.

Quanto ao procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e descritiva. Na fundamentação teórica buscou-se discutir e diferenciar os conceitos de empreendedorismo e empresário, cultura organizacional e seus elementos.

A presente investigação busca contribuir com estudos pertinentes à cultura organizacional e pequenas empresas, assim como pode se constituir numa fonte de orientação para micro empreendedores, na concepção e solidificação de seus negócios, ao mostrar a necessidade da construção e gerenciamento da cultura organizacional e seu elo com os valores do fundador, visando promover maior sustentabilidade dos pequenos empreendimentos.

2 AS ESPECIFICIDADES NA CONSTITUIÇÃO DAS PEQUENAS EMPRESAS

Quando se discute a questão das micro e pequenas empresas é necessário, primeiramente caracterizá-las, a partir de algumas classificações existentes na literatura.

A Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, considera: como microempresa a que possua uma receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), no ano calendário; a empresa de pequeno porte é aquela que aufere uma receita bruta anual superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (redação dada pela Lei Complementar nº 155/2016).

O SEBRAE, além dessa classificação pelo faturamento, em que inclui, ainda, uma categoria de Microempreendedor Individual (renda bruta anual de até R$ 60.000,00), utiliza o critério de número de funcionários para classificação das micro e pequenas empresas. Assim considera: microempresa a que emprega até 19 pessoas, no caso da indústria e até 9 pessoas, no caso do comércio e serviços; pequena empresa a que possui de 20 a 99 pessoas ocupadas (indústria) e de 10 a 49 pessoas empregadas (comércio e serviços) (SEBRAE, 2016).

Apesar de recessões, falta de infraestrutura e incentivos governamentais, recursos financeiros escassos, dentre outros problemas, vários empreendimentos são formados de tempos em tempos.

Criar algo novo, dedicar tempo e esforço, assumir riscos, para receber as recompensas da satisfação e independência financeira e pessoal, muitas vezes surge a

partir de uma ruptura em um estilo de vida, que pode acontecer quando uma pessoa aposenta ou mesmo quando é demitida.

Para iniciar um empreendimento, o indivíduo decide por abandonar uma carreira, um estilo de vida que muitas vezes não é fácil, pois exige muita energia e coragem para mudar e fazer algo inovador. Assim "[...] o processo de decisão de empreender implica movimento, de algo para algo – um movimento que parte de um estilo de vida para formar uma nova empresa, [...]"(HISRICH e PETERS, 2004,p.30),e ainda "[...] A decisão de iniciar uma nova empresa ocorre quando um indivíduo percebe que isso é desejável e possível." (HISRICH e PETERS, 2004,p.31).

Nesse sentido, pode-se discutir o empreendedorismo como um processo dinâmico de criar riqueza por indivíduos que assumem os principais riscos em termos de patrimônio, tempo, comprometimento com a carreira ou que provêem valor para algum produto ou serviço. Estes podem ou não serem novos ou únicos, mas o valor deve de algum modo ser infundido pelo empreendedor ao receber e localizar as habilidades e os recursos necessários (HISRICH e PETERS, 2004, p.29).

O desejo pela formação de "uma nova empresa é resultado da cultura, da subcultura, da família, dos professores e dos colegas de uma pessoa." (HISRICH e PETERS, 2004,p.31), portanto, a quantidade e qualidade de empreendedores dependem das influências que receberam ou recebem resultando em uma maior ou menor qualidade.

De acordo com HISRICH e PETERS (2004), existem três tipos de empresas:

a) Empresa do tipo *estilo de vida:* um pequeno empreendimento que sustenta os proprietários e que geralmente não cresce; Geralmente seu crescimento é modesto devido à natureza do negócio, aos objetivos do empreendedor e à limitação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Estas empresas existem primordialmente para sustentar os proprietários e geralmente tem poucas oportunidades de crescimento e expansão.

b) Empresas de *fundação*: tipo de empresa fundada a partir de pesquisa e desenvolvimento e coloca as bases para uma nova área de negócios. Seu capital é fechado, em geral só atrai investidores particulares.

c) Empresa de *alto potencial*: empreendimento com alto potencial de crescimento que, portanto, atrai grande interesse de investidores. Embora a empresa possa iniciar como uma empresa de fundação, seu crescimento é muito rápido. Também são conhecidas como "gazelas" (empreendimentos de crescimento muito alto) e integram o desenvolvimento econômico de uma área.

Campinho (2008, p.12) conceitua *empresário* como sendo aquele que, habitualmente, exerce uma atividade com fins lucrativos, na produção e/ou circulação de bens e serviços.

Para COELHO (2010, p.11) e de acordo com o Código Civil, art 966, o Empresário é o sujeito de direito que exerce profissionalmente uma atividade econômica que articula os fatores de produção para produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Ainda sob a ótica de COELHO (2010) pode-se destacar alguns elementos que compõe a definição de *empresário*:

a) O exercíco profissional de certa atividade é associada a considerações de habitualidade (não pode ser considerado profissional quem realiza tarefas de modo esporádico), pessoalidade (o empresário deve contratar empregados para o exercício de suas tarefas) e o monopólio das informações que o empresário detém sobre o produto ou serviço objeto de sua empresa.

b) Se o empresário é quem exerce profissionalmente uma atividade econômica organizada, então empresa é uma atividade; a de produção ou circulação de bens e serviços.

c) A atividade empresarial tem o objetivo de lucro para quem a explora, sendo este o objetivo da produção ou circulação de bens ou serviços.

d) A empresa é atividade organizada quando nela se encontram articulados, pelo empresário, os fatores de produção: capital, mão de obra, insumos e tecnologia.

Existem dois tipos de empresários: o empresário pessoa física denomina-se *empresário individual* e o empresário pessoa jurídica denomina-se *sociedade* empresária(COELHO, 2010).

Para COELHO (2010, p. 20) "Os sócios da sociedade empresária são empreendedores ou investidores, de acordo com a colaboração dada à sociedade" e para CAMPINHO(2008, p.12) "o sócio não é empresário mas sim integrante de uma sociedade empresária". Desta forma, segundo os autores, o fundador da empresa poderá ser tanto empresário como empreendedor, isso dependerá de sua participação na empresa.

SILVA (2016) conceitua o empreendedor como sendo aquele que deixa de ser apenas um proprietário da firma para ser um agente inovador, capaz de melhorar produtos e processos, expandir mercados e modificar estruturas organizacionais. Desta forma "o empresário passa a ser empreendedor, tendo função diferente do que apenas organizar a produção de forma eficiente a partir de técnicas já existentes.(SILVA , 2016, p. 23 e 24).

Ainda seguindo conceitos schupterianos, SILVA (2016) destaca-se que o empreendedor, não necessariamente deverá ser o proprietário da empresa mas poderá ser um indivíduo que inova dentro da empresa e, neste caso, poderá ser tanto o empresário quanto um funcioário. Este é denomidado como *intraempreendedor* e possui as mesmas caracteristicas de um empreendedor, sendo diferenciado por não ser dono do seu próprio negócio e sim um funcionário da empresa.

Com base nos autores, conceitualiza-se o *empresário* como sendo aquele que exerce a atividade empresarial, já o *empreendedor* é aquele capaz de vislumbrar o imperceptível e utiliza-lo como algo inovador, tanto como propulsor de novos negócios, como para alavancar um processo existente. O *empresário* poderá ser o *empreendedor*assim como se tornar um, da mesma forma que um *empreendedor*, não necessariamente, poderá vir a ser ou se tornar um *empresário*.

3 CULTURA ORGANIZACIONAL E SEUS ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO

Cada empresa tem sua forma de trabalhar suas decisões, assim como o estabelecimento de prioridades é divergente de empresa para empresa. São muitos os fatores que provocam estas diferenças, entre eles com maior destaque, tem-se a cultura organizacional.

A cultura organizacional, segundo Fleury (1996, p.22),surge como um conjunto de valores e pressupostos expressos em elementos simbólicos para a construção da identidade organizacional que tanto agem como elemento de comunicação e consenso como ocultam e operacionalizem as relações de dominação.

Para FREITAS (1991, p.12) a cultura é conceitualizada pelos seus elementos que fornecem uma interpretação para os membros da organização e a transmissão de seus significados se dá como uma coisa aceita.

Em uma percepção empírica, resultante da experiencia profissional do pesquisador, o elemento da cultura que mais se destaca são os *valores*, as crenças, os

pressupostos e conceitos básicos de uma organização, formando o coração de sua cultura.

Os valores representam a essência da filosofia da organização, fornece um senso de direção para os membros e um guia de comportamento(Deal & Kennedy, 1982).

Pode-sedefinir valores como sendo os que as organizações definem como importantes para atingir seus objetivos e, em geral, os enfatizam constantemente (FREITAS, 1991, p.18). Porém algumas caracteristicas são comuns como: a importância do consumidor; padrão de desempenho; qualidade e inovação; motivação dos empregados; dentre outros.

> Quanto maior for a durabilidade dos valores, mais forte será seu poder de penetração e de reforço a partir de outros elementos culturais neles baseados. Diversos subprodutos são desenvolvidos no processo de cristalização dos valores, tais como a estória, mitos, rituais, cerimônias etc. (FREITAS, 1991, p.18).

SCHEIN (2009, p.23) afirma preferir o termo *suposições básicas,* que tendem a ser assumidas pelos membros do grupo como verdadeiras e são tratadas como inegociáveis. Aquele "que não as assume é visto como 'estrangeiro' ou 'louco' e é, automaticamente, rejeitado". Já os valores são discutidos e os membros podem concordar ou não.

Os níveis da cultura de uma organização para SCHEIN (2009, p.24-33) são:

a) *Artefatos* – são as estruturas e processos visíveis de uma organização: ambiente físico, linguagem, tecnologia, estilo de vestuário, manifestações emocionais, mitos e histórias, dentre outros;

b) *Crenças e valores assumidos* –estes por sua vez são reflexo das crenças e valores originais de uma pessoa. Para melhor entendimento, em uma circunstância em que um grupo enfrenta uma nova situação, a solução refletirá as suposições próprias de um dos membros sobre o que é certo ou errado, e se este indivíduo influenciar o grupo a adotar tais procedimentos para solucionar o problema, será identificado como líder ou fundador. Assim, se a solução funcionar e se o grupo tiver a percepção compartilhada, então estes valores e crenças que antes eram apenas do *líder* passa a ser um valor, uma crença e uma suposição compartilhada, caso as ações continuem a ser bem-sucedidas;

c) *Suposições fundamentais básicas* – é quando uma solução de um problema que funciona repetidamente passa a ser aceita em um grupo como verdadeira. As suposições básicas podem vir a ser fortemente assumida em um grupo e seus membros encontram comportamentos em premissas inconcebíveis; tendem a não serem confrontadas ou debatidas e por isso são difíceis de mudar. A essência da cultura está no padrão das suposições básicas que prevalecem em uma organização e seu entendimento facilita a entender os níveis superficiais e a lidar apropriadamente com eles.

SCHEIN (2009, p. 21) conclui que cultura e liderança são "dois lados da mesma moeda" pois, os líderes criam as culturas quando criam grupos e/ou organizações. Uma vez criadas as culturas determinam os critérios para definição da liderança. A liderança tem que ser capaz de identificar os elementosfuncionais e disfucionais da cultura e gerenciar sua evolução e mudanças para "que o grupo possa sobreviver em um ambiente mutante".

Em relação à constituição da cultura organizacional, Schein (2009, p.15) afirma que o fundador de uma organização (empreendimento ou grupo) possui suas visões, metas, crenças, valores e suposições que inicialmente imporá ao grupo. Este ato de imposição pode ser entendido como um ato de liderança mas isto não produz cultura, apenas confiança do grupo.

A cultura será produzida quando os membros do grupo, ao realizar sua tarefa, tiver um resultado satisfatório, as crenças e os valores do fundador serão confirmadas e serão

reconhecidas. O que antes era apenas uma visão individual do fundador, agora passa a integrar como uma visão do grupo.

No entanto se, ao realizar sua tarefa, o grupo não obtiver sucesso, as crenças e valores do fundador não terá sentido, fazendo com que o grupo seja desfeito ou procure outra liderança e a cultura seja desenvolvida a partir da nova liderança.

Desta forma, a *cultura*pode ser conceituadacomo sendo o aprendizado coletivo ou compartilhado, que uma unidade social ou qualquer grupo desenvolve enquanto sua capacidade para fazer face ao ambiente externo e lidar com suas questões internas (SCHEIN, 2009, p.16).

A cultura é formada por uma sequencia de processos, segundo Freitas (1991) a partir do reconhecimento de uma necessidade que requer a execução de determinada tarefa, sendo inicialmente funcional e, ao passar o tempo, a cultura torna-se uma entidade, independente das razões iniciais, tornando-se distinta do grupo à medida que é repassada sem questionamentos.

Durante a experiência profissional do pesquisador, foi constatada uma empresa que fora fundada por duas pessoas, a partir da perda do vínculo empregatício de ambas, onde um possuía experiência administrativa e outro, produtiva. Como, inicialmente o objetivo era a solidificação no mercado para geração do sustento dos sócios, os valores eram compartilhados de forma harmônica e as funções eram distribuídas de acordo com as experiências de cada sócio e estes aos seus respectivos colaboradores.

No entanto, após uma alavancagem dos negócios, foram necessárias alterações nos objetivos, contudo os valores não foram “negociados” e cada um passou a compartilhar sua visão de negócio que antes era coesa agora de forma desconexa, chegando a interferirem um na área gerencial do outro, resultando em conflitos de informações, falta de liderança e desmotivação da equipe.

Em um primeiro momento, a instabilidade gerencial da empresa gerou uma rotatividade de funcionários e uma redução da produtividade. Não tardou em iniciar o declínio das vendas e iniciar um período de instabilidade financeira, que agravou quando os elementos essenciais para a manutenção de uma sociedade foram mutilados e a solução apontada foi a permanência de apenas um dos sócios que assumiria a gestão geral da empresa.

Após a dissolução da sociedade, reformulados e compartilhados claramente os novos objetivos, foi constatado uma retomada da produtividade, coesão de informações e equilíbrio administrativo.

Os *valores* iniciais do fundador remanescente sofreram influências no decorrer de suas experiências na sociedade se analisadas as novas formas de execução de novos processos e comprometimento da equipe, construindo assim uma nova cultura organizacional.

Destaca-se que os fundadores possuem um papel fundamental no estabeleciemento da cultura pois são eles quem influênciam inicialmente o grupo que, com o tempo compartilham nova experiencias podendo ocorrer modificações nos valores iniciais. Porém o lider sempre exercerá uma influência maior no grupo quando este passar por uma nova experiência obtendo assim uma nova solução satisfatória ao problema.

4 A DINÂMICA DE UMA NOVA EMPRESA E DA FORMAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Com uma nova pequena empresa, surgem novos objetivos, procedimentos, estruturas organizacionais e tudo reflete a identidade de seu fundador.

Nesse sentido, Freitas (1991, p. 86) esclarece que, “O termo empreendedor é usado para denotar qualquer pessoa que primeiramente toma a responsabilidade de mobilizar pessoas e outros recursos, dar objetivos e direção, constituir e administrar uma nova organização.” Assim eles também não apenas contribuem com os aspectos de estrutura e tecnologia, mas como criadores dos componentes culturais da organização. Isto pode ser, para muitos, algo impulsionador no empreendimento pois tem a oportunidade, como fundador de poder “(...) criar uma cultura, fundir a sua imagem, os seus valores, as suas prioridades e a sua visão com a organização” (FREITAS, 1991, p.89).

Dessa forma, fica evidente que, inicialmente o fundador leva para empresa seu valores, crenças, objetivos e personalidades constituindo a base da organização. São eles que detem mais visivelmente e determinam a forma de como fazer as coisas e como tratar as pessoas, justificando assim, escolherem inicialmente seus colaboradores que em sua maioria, tedem a ser pessoas comos mesmos valores e crenças.

O empreendedor, fundador ou líder (administrador) não são os únicos a gerarem os valores compartilhados de uma organização mas há que se considerar a influência ativa de seus membros. São eles quem validaram o conteúdo compartilhado. Sendo assim, “(...) os entendimentos, valores e as normas de comportamento que constituem a cultura devem refletir a perspectiva pessoal do fundador apenas em pequena extensão.” (FREITAS, 1991, p.90).

Smith (2013) destaca que no ambiente das pequenas empresas, a questão da apreensão dos elementos da cultura, em relação às grandes empresas é muito mais difícil, em virtude da relevância do papel do empresário, que se apresenta como autoridade nos processos decisórios, assim como das relações interpessoais. A autora ainda apurou em seus estudos com as PMEs calçadistas da cidade de Franca, que grande parte dos gestores das PMEs é oriunda de alguma área especifica da organização, seja operacional ou administrativa, fato que tende a levá-los a ter uma “visão reducionista” e estabelecer valores, crenças e prioridades com base em sua experiência anterior, deixando de ter uma visão sistêmica da empresa.

Não obstante, MAURO (2015) destaca que maioria das micro e pequenas empresas na região de Jundiaí, pesquisadas pelo autor, apresentam elementos que as definem com uma cultura flexível e integradora e que valoriza o processo colaborativo. Todavia notou a ausência de cultura do tipo Inovação, deixando clara a premência de esforços para a gestão de mudanças organizacionais que possam fomentar o desenvolvimento de novos produtos e serviços, para garantir a perenidade destas empresas no mercado.

Diante do exposto, percebe-se que as micro e pequenas empresa são constituídas de especificidades introduzidas pela sua cultura organizacional que se manifesta através de atitudes e se torna responsável pelo direcionamento de suas atividades e decisões em busca da concretização do sonho do empreendedor em se tornar um empresário bem sucedido, com uma empresa sólida e permanente no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do conhecimento das especificidades na constituição das pequenas empresas, foi constatado que a maioria das micro e pequenas empresas são fundadas a partir de uma necessidade emergente de suprir a falta de emprego e não pelo desejo de criar algo novo a partir de uma ruptura em um estilo de vida fazendo algo inovador. Estas empresas são pequenos empreendimentos que sustentam os proprietários e que

geralmente não crescem ou seu crescimento é exíguo devido à natureza do negócio, aos objetivos do empreendedor e à limitação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, através da pesquisa bibliográfica, foi possível discutir as especificidades da constituição das micro e pequenas sob a perspectiva da cultura organizacional, no tocante a aderência a valores e prioridades em relação ao seu fundador.

Ao apresentar a cultura organizacional e seus aspectos de formação, observou que o elemento da cultura que mais se destaca nas micro e pequenas empresas são os *valores*, as crenças e os pressupostos básicos que os fundadores construíram em suas experiências anteriores e ao longo de suas vidas.

Ao constituir uma nova empresa, o fundador leva seus valores, crenças, e traços de sua personalidade, conjunto de elementos que passam a constituir a base da organização,caracterizando a cultura organizacional de seu novo empreendimento. Contudo há que se considerar a influência ativa de outros membros da organização, principalmente quando é uma cultura que valoriza a participação.

Assim, demonstra-se que as micros e pequenas empresas são constituídas de especificidades introduzidas pela sua cultura organizacional que se manifesta através de valores que estabelecem as atitudes e se torna responsável pelo direcionamento de suas atividades e decisões.

O resultado das diversas pesquisas demonstraram que os valores e pressupostos que os proprietários levam para dentro de suas micro e pequenas empresas influenciam suas decisões e, portanto no tempo de permanência no mercado, ou seja, em sua sustentabilidade.

Sendo que, esses valores e pressupostos de seus fundadores foram constituídos através de experiências e prioridades vivenciadas e adquiridas no ambiente a sua volta. Conquanto, podem ser trabalhados mediante o processo de revaloração qualitativa de sua cultura, a iniciar pelos valores adjacentes, para enfrentar inovações e adaptações requeridas em novos contextos econômicos e de mercados competitivos, para conservar as organizações e suas atividades.

Entende-se que, quando o empreendedor tem seus objetivos definidos e sua cultura constituída por um conjunto de valores e crenças bem compartilhados aos demais membros da organização, estes tendem a ascender mais facilmente seus objetivos pois a equipe com um bom direcionamento, pode se tornar mais motivada a alcançar maior produtividade e perceber qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Ao contrário, a equipe fica perdida e sem saber o que seguir e a cada dia inventar algo novo para fazer, o que incorre em erros e perda de produtividade. A não compreensão por parte da equipe do real objetivo e valores da empresa faz com que todos trabalhem por trabalhar sem uma grande causa, o que ainda provoca perda de integração entre as equipes.

Destarte, o empreendedor, fundador ou líder (administrador) devem estar abertos para novos valores compartilhados pela equipe para revaloração da cultura em direção a novos posicionamentos, mercados e atitudes.

Foi observado que, as micro e pequenas empresas, em sua maioria, são fundadas a partir de uma necessidade de suprir a falta de emprego, possuem as características das empresas do tipo *estilo de vida*. Geralmente possuem um tempo de vida que pode variar de acordo com a oferta de mão de obra do mercado que o *empreendedor* estava inserido e tendem não promover a sucessão de seu negócio.

E que, a estrutura organizacional dessas novas pequenas empresas, é embasada na cultura organizacional ora constituída a partir da vivência e experiências anteriores de

seus fundadores, esses levam seus valores, crenças e pressupostos para dentro de suas novas empresas, constituindo uma nova cultura organizacional com velhos elementos.

Diante do exposto o presente estudo alcançou o objetivo proposto e almeja contribuir com estudos pertinentes à cultura organizacional e pequenas empresas.

.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO ZEN, AURORA, FRACASSO, EDI MADALENA, QUEM É O EMPREENDEDOR? AS IMPLICAÇÕES DE TRÊS REVOLUÇÕES TECNOLÓGICAS NA CONSTRUÇÃO DO TERMO EMPREENDEDOR. RAM. Revista de Administração Mackenzie [en linea] 2008, 9 (Noviembre-Diciembre) : [Fecha de consulta: 11 de octubre de 2017] Disponible en:<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195416658008> ISSN 1518-6776

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial 22ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2010.

CAMPINHO, Sérgio. O Direito da Empresa à Luz do Novo Código Civil, 9ª edição revisada e atualizada de acordo com a Lei 11638/2007. - Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

DEAL, Terrence & KENNEDY, Alan. Corporate Culture: the Rites and Rituals of Corporate Life. Massachusets, Addison – Wealey, 1982.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Cultura e Poder nas Organizações.2ªed. - São Paulo:Atlas, 1996.

FREITAS, Maria Ester de. Cultura Organizacional - Formação, Tipoloias e Impactos.Makron Books, 1991.

HISRICH, Robert D. e PETERS, Empreendedorismo, trad. Lene Belon Ribeiro.- 5.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

MAURO, Rafael Herman. Cultura organizacional na região de Jundiaí: uma comparação entre micros, pequenas e grandes empresas.Campo Limpo Paulista, SP: FACCAMP, 2015, 96 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade Campo Limpo Paulista – FACCAMP, 2015.

SCHEIN, Edgar H., Cultura Organizacional e Liderança, - São Paulo: Atlas, 2009.

SEBRAE - http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154

SILVA, Rodolfo Nahirniak Bernardo da. Empreendedorismo e empresariado no Brasil: uma análise a partir da inovação. Cutitiba. UFPR, 2016. 99 f.il Disertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SMITH, Marinês S. J. A cultura informacional como alicerce de gestão contábil nas pequenas e médias empresas. Marília: Unesp, 2013, 256 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

AGRICULTURA FAMILIAR, PRONAF E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FAMILY FARMING, PRONAF AND REGIONAL DEVELOPMENT

SILVEIRA, Cássio
Unifacef
Mestrando
cassioeduardo@yahoo.com.br

BRAGA, Helio
Unifacef
Professor Doutor
hgp@com4.com.br

Resumo

O presente trabalho de pesquisa tem como principal objetivo verificar se o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), instrumento de Política Publica Social que disponibiliza recursos financeiros para investimento/aplicação na Agricultura Familiar indica contribuição para o Desenvolvimento Regional. A análise levou em consideração o ponto de vista econômico, comparando a evolução e a liberação anual de recursos do Programa,tendo em vista a contribuição da agricultura familiar para evolução do PIB municipal. O recorte territorial da pesquisa é o município de Claraval/MG, onde próximo de 80%, dos estabelecimentos rurais pertencem a pequenos produtores familiares. Levaremos em conta o período temporal compreendido entre os anos 2000 e 2012. A metodologia empregada caracteriza-se pela pesquisa exploratória de natureza quantitativa comparativa. A agricultura familiar tem fundamental importância na economia dos municípios rurais, além de garantir a segurança alimentar da sociedade, fixa e desenvolve os núcleos rurais, que são fundamentais para o equilíbrio econômico social. Finalizando a pesquisa chegamos à conclusão de que a liberação de financiamentos bancários via Pronaf, nas modalidades de Investimento e Custeio para fortalecimento da agricultura familiar, indicam uma contribuição positiva para a evolução do PIB municipal.

.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Pronaf, Desenvolvimento Regional.

Abstract

The main objective of this research is to verify if Pronaf (National Program for Strengthening Family Agriculture), an instrument of Public Social Policy that provides

financial resources for investment / application in Family Agriculture, contributes to Regional Development. The analysis took into account the economic point of view, comparing the evolution and the annual release of resources of the Program, considering the contribution of family agriculture to evolution of municipal GDP. The territorial breakdown of the research is the municipality of Claraval / MG, where 80% of rural establishments belong to small family farmers. We will take into account the time period between the years 2000 and 2012. The methodology used is characterized by exploratory research of comparative quantitative nature. Family farming has fundamental importance in the economy of rural municipalities, besides guaranteeing the food security of contemporary society, it establishes and develops the rural centers, which are fundamental for the social and economic balance. At the end of the research, we concluded that the release of bank financing through Pronaf, under the Investment and Costing modalities to strengthen family agriculture, indicates a positive contribution to the evolution of municipal GDP.

.

Keywords: Family farming, Pronaf and regional development.

.

1 INTRODUÇÃO

As práticas agrícolas estão presentes na historia humana desde os primórdios, o homem coletor que não se fixava a um local, foi substituído pelo homem agricultor, que aprendeu com a natureza e com o próprio intelecto os princípios de plantar e colher.Enriquecendo sua dieta alimentar o homem pode se lançar a novos desafios.

A agricultura familiar brasileira esta presente em nosso solo muito antes da chegada dos conquistadores lusitanos, os indígenas que aqui habitavam, tinham por prática o cultivo coletivo da terra e o respeito à biodiversidade das matas[3].

O pequeno produtor rural,além de ser o responsável por grande parte da alimentação presente no dia-a-dia da população brasileira, contribui decisivamente para geração de divisas, emprego e renda. Representa uma reserva de valores sociais e uma forma de relacionamento familiar muito importante para a constituição dos valores de socialização de nosso povo.

Apesar de representar um importante segmento econômico e social, o pequeno produtor rural ficou excluído da elaboração de políticas públicas econômicas e sociais. Após muitos anos de lutas sociais e reivindicações, a agricultura de pequeno porte, foi enfim reconhecida como sujeito de aplicação de recursos financeiros por parte do Governo Federal. Em 1996, através do Decreto nº 1946/96, é promulgada e sancionada a Lei que implanta o PRONAF, política publica social e econômica direcionada ao pequeno produtor rural.

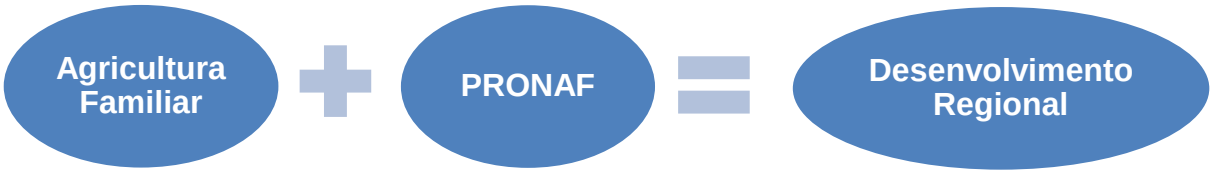
[3]Dentre os índios mundurukus, a matéria-prima e os produtos de cestaria eram exclusividade e propriedade dos homens, enquanto que o barro e artigos de olaria da mulher. Pela tradição, o trançado era um trabalho feito somente pelos homens e a louça pelas mulheres. Esta divisão do trabalho caracterizava-se pela interface mais tênue por ocasião do plantio, quando o homem abria a cova e a mulher plantava a maniva. Do preparo da área até este ponto, as tarefas eram dos homens. Daí até o “desmanche” do roçado as tarefas eram exclusivas das mulheres (FRIKEL, 1959)

Os objetivos do PRONAF (MDA)são: o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade rural, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares[4].

Segundo observa Altafin (2005) é necessária uma delimitação legal do conceito de agricultor familiar, combinando critérios como: o tamanho da propriedade, predominância familiar de mão de obra e renda, e gestão familiar da unidade produtiva. Assim sendo o Pronaf é uma forma de política publica social que disponibiliza recursos financeiros, com taxas de juros abaixo do mercado e prazos alongados para pagamento, tendo com publico alvo os pequenos agricultores familiares, que possuam um pequeno quinhão de terra, até seis módulos fiscais, e que a mão de obra utilizada na propriedade rural, seja efetivamente familiar[5].

De acordo com Kageyama (2004), a agricultura de uma forma geral, se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades, a indústria ocupou os espaços rurais e as diferenças culturais entre campo e cidades foram transformadas. Em decorrência dessas características, o rural deixou de ser somente sinônimo de agrícola, tornando-se pluriativo e multifuncional, surgindo, assim, diversas formas de agricultura familiar que incorporam uma diversidade de situações específicas e particulares, que variam desde o modo camponês de subsistência até as formas imbricadas de produção e comercialização mercantil. Desse modo, a noção de desenvolvimento rural, que incorpora a agricultura familiar como foco central de suas reflexões, ganhou legitimidade social, política e acadêmica no Brasil.

O município escolhido para nosso estudo de caso foi Claraval/MG, por uma série de peculiaridades que demonstram a força da agricultura familiar na base social e econômica do município. Esse tipo de agricultura é praticada na região desde muito antes da implementação do PRONAF, que ocorreu em 2001, quando foram contratadas as primeiras operações. Podemos verificar que a relação baseada na equação:



Tem legitimidade e suporte para promover e indicar aspectos ligados ao desenvolvimento regional, tendo em vista principalmente que, o município tem sua base econômica alicerçada na agropecuária e principalmente na cultura cafeeira. O desejo de

[4] Fonte: http://www.mda.gov.br

[5]QUEM PODE OBTER FINANCIAMENTO DO PRONAF? Podem obter financiamento as agricultoras e os agricultores familiares que atendam as seguintes condições: ➢ Produzam na terra, na condição de proprietário(a), posseiro(a), arrendatário(a), parceiro(a) ou assentados(as) do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário; ➢ Residam na propriedade ou em local próximo e tenham no trabalho familiar a base da produção; ➢ Possuam no máximo 4 módulos fiscais (ou 6 módulos, no caso de atividade pecuária); ➢ Tenham parte da renda gerada na propriedade familiar. Fonte: http://www.mda.gov.br

crescimento econômico e desenvolvimento são justificados pela sociedade de forma geral e pelo governo, pois traz aumento da receita com impostos, expansão de empregos e renda, aumento da demanda agregada por produtos e serviços, proporcionando a população uma sensação de melhoria na qualidade de vida.

O Estado, que na visão de Hirschman, é grande propulsor do crescimento econômico e do desenvolvimento, precisa também conduzir políticas que visem melhorar a distribuição de renda e aumentar a qualidade de vida da população, pois o sistema capitalista tende a homogeneizar o consumo e concentrar a renda. Nas palavras do autor "encareceu-se muitas vezes a urgência do Estado assumir a responsabilidade no domínio econômico, não para dar maior ímpeto ao desenvolvimento, através da elevação de todos os lucros, mas para incluir alguns dos custos sociais no cálculo econômico e, assim, moderar a implacabilidade e poder de destruição do desenvolvimento capitalista". (HIRSCHMAN, 1961 p. 93).

Dessa forma nossa proposta visa entender pontos de ligação entre a agricultura familiar municipal, contratações das operações de Pronaf, iniciando em 2001, e evolução do PIB regional até 2012.

Apesar de trazermos a discussão aspectos econômicos é importante salientar que a agricultura familiar é objeto de política publica social, o reflexo no campo econômico é um importante fator a se considerar, mas não é o único balizador do tema. O desenvolvimento social esta ligado ao exercício da cidadania, da democracia, da inclusão social, do respeito ao meio ambiente e de um desenvolvimento sustentável na economia. Colocando freios e contra pesos na acumulação natural do sistema capitalista, onde quem tem mais sempre será privilegiado.

A Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável faz um apelo para erradicar todas as formas de pobreza e expressa um consenso sobre a necessidade de avançar rumo a sociedades mais igualitárias, solidárias e coesas. Exorta e conclama em particular a "não deixar ninguém para trás", o que implica promover um modelo de desenvolvimento social e econômico sustentável, que inclua todos, sem discriminações de nenhum tipo, com especial atenção às discriminações de gênero, etnia, raça, idade e área de residência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo teve por base uma pesquisa exploratória, com natureza quantitativa, buscando analisar, mediante o estudo de caso de um município específico, o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no campo econômico e os reflexos no desenvolvimento local, tendo por base a evolução dos recursos financeiros aplicados pelo programa e a evolução dos números apresentados pelo PIB municipal.

A escolha do município de Claraval/MG para realização da pesquisa, não foi aleatória, a região tem características bastante peculiares, parque industrial reduzido e alta dependência da agricultura familiar.

O estudo de caso é considerado um instrumento apropriado para descrever analiticamente determinado fenômeno, bem como investigá-lo dentro de seu contexto real (YIN, 2005).

Godoy (2006, p. 121) destaca que o estudo de caso quantitativo é "adequado quando se quer focar em problemas práticos, decorrentes das intrincadas situações sociais presentes nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas".

Para Fonseca (2002) o estudo exploratório se propõe a obtenção de formas mais próximas do tema investigado, com foco na ampliação da visão e na comprovação científica dos fatos observados pelos pesquisadores envolvidos no experimento.

Os dados apresentados no artigo tiveram por base a investigação de índices públicos, disponibilizados através de sites oficiais de órgãos governamentais, nas diversas esferas, Federal, Estadual e Municipal, conjugados com números obtidos no IBGE, Emater/MG, Fundação João Pinheiro, Fundação Dom Cabral, FGV e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Além das pesquisas efetuadas nos orgãos acima referidos, procuramos o escritório regional da EMATER/MG na cidade de Claraval/MG. Recebeu-nos o responsável pela casa, e nos disponibilizou dados que não estão disponíveis publicamente nos sites oficiais. Nossa entrevista foi realizada no dia 02 de agosto de 2017.

Realizou-se ainda uma pesquisa bibliográfica e de referencial teórico com o intuito de proporcionar maior cientificidade à pesquisa. Foram consultados diversos artigos que tratam do assunto, em revistas, periódicos eletrônicos e fontes seguras que tratam do tema. E por fim, segundo Yin (2005), as limitações deste artigo/pesquisa são e representam aquelas inerentes aos estudos de caso.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Existem diversos documentos, tais como dados estatísticos apresentados pelo IBGE, MDA/INCRA, Fundação João Pinheiro, Emater/MG, dentre outros, que tratam da importância da agricultura familiar no contexto agropecuário brasileiro, atribuindo-lhe significativa participação na produção de alimentos, geração de empregos e renda, PIB e desenvolvimento, conforme observa (EVANGELISTA, 2000).

Quando se fala da situação econômica do país, é comum pensarmos na participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo assim, muitas vezes não conhecemos o fato de que a agricultura familiar, com áreas superiores a agricultura patronal, tem uma participação bastante significativa na produção agrícola do país, (NAZZARI, 2010).

Souza (2011) faz menção de que até meados dos 90 não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento específico das necessidades dos pequenos produtores familiares. Foram em resposta as antigas lutas organizadas pelos trabalhadores rurais que se passou a vigorar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O reconhecimento da agricultura familiar como uma forma social de trabalho e de produção, organizada social, econômica, produtiva e ambientalmente sob a égide da diversidade territorial e de seus múltiplos mecanismos de perpetuação é traduzi-la como

uma estratégia de desenvolvimento regional [(CONTERATO,GAZOLLA E SCHNEIDER 2007); (CONTERATO, SCHNEIDER E WAQUIL, 2010)].

Seguindo os ensinamentos de Furtado, o desenvolvimento local é a variável que sofre a interferência dos investimentos advindos de políticas públicas econômicas e sociais. O conceito nada mais é do que o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, que não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas/sociais e na sua implementação. Trata-se, portanto, de um processo de desenvolvimento econômico/social que se baseia na autonomia dos agentes locais que, muitas vezes, caminham em oposição ao pensamento dominante.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região teve o inicio de sua historia marcada por acontecimentos datados da segunda metade do século XIX, quando foram descobertos diamantes as margens do Rio Canoas que margeia a cidade de Claraval. A partir daí se formou um pequeno povoado as margens do rio.A agricultura familiar tem importante destaque no município, não somente por questões ligadas a economia, mas principalmente pela relevância e tradição da sociedade local, que valoriza de sobre maneira os costumes e a vida no campo.

Segundo o Censo populacional do IBGE de 2010, o percentual médio da população rural brasileira é de 16% de pessoas que ainda vivem no campo, no município de Clavaral o percentual é bem maior, 44,30%. Demonstrando claramente que é uma sociedade que tem suas bases no modo de vida agrícola.

De acordo com os dados fornecidos pela Fundação João Pinheiro, tendo por base o ano de 2014, no município há um total de, aproximadamente, 620 (seiscentos e vinte)estabelecimentos rurais, dos quais, aproximadamente 500 (quinhentos)estão enquadradas como pequenas propriedades agropecuárias. Essa composição de grande parte das propriedades serem de pequeno porte deve-se principalmente a divisão das grandes fazendas em pequenos sítios pela herança familiar. Anteriormente havia no município uma cultura de famílias com muitos filhos, e com o passar do tempo as grandes propriedades sofreram um processo de divisão familiar.

Conforme a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até 4 (quatro) módulos fiscais, que na região sudeste significa propriedades com até 60 (sessenta) hectares, mão de obra predominantemente familiar, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento agropecuário e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. A agricultura familiar municipal tem raízes profundas no tecido social local, caracterizando-se principalmente nos valores de:

Através dos números da Fundação João Pinheiro, o tamanho médio das propriedades rurais familiares no município de Claraval é de 20 (vinte) hectares, com o emprego de 4 (quatro) pessoas em média por unidade familiar. Nas épocas de safra do café essa demanda por mão de obra sofre um aumento significativo, com a ressalva de que atualmente há um emprego maciço de maquinário na colheita do café.

Na maioria das propriedades rurais, a família produz gêneros alimentícios, como horti-fruto-granjeiros, para o próprio consumo, com uma pequena sobra para servir vizinhos ou parentes e participar ocasionalmente de feiras livres de produtores rurais, e cultivam lavouras cafeeiras.

A principal cultura agrícola das propriedades rurais familiares do município é o Café Arábica[6]. Respondendo por 90% (noventa por cento) do PIB agropecuário municipal. O setor agropecuário representava em torno de 37% do PIB municipal em 2012, números bastante expressivos, demonstrando a força do campo na vida econômica local.

O Café é tradicional na regiãodevido, principalmente, a alta qualidade de bebida do grão. Em 2013 a Cocapec (Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas), com sede na cidade de Franca/SP, inaugurou no município de Claraval/MG um novo armazém, com uma ampla área de**4.500 m², que contempla** loja e armazenagens de insumos e de café. O moderno e imponente prédio da cooperativa emprega 30 (trinta) pessoas diretamente em sua operação diária. A construção e instalação da operação na cidade só foi possível pela economia da cidade mineira estarvoltada, primordialmente, para a agricultura e ter o café como seu principal ativo. A instalação do armazém da Cocapec na cidade contribuiu para o fortalecimento e crescimento do município, e introduz a consciência do espírito cooperativista na agricultura familiar local.

As contratações de operações do Pronaf, principalmente na modalidade Pronaf "Mais Alimentos"[7], que tem o café como cultura agrícola predominante, representa 80% do valor total liberado pela linha de credito através do Banco do Brasil para os produtores rurais familiares. As operações e os contratos de financiamento bancário têm como principais agencias operadoras as de Ibiraci/MG, Franca/Centro e Franca/Av. Orlando Dompiere.

Segundo dados disponíveis através do escritório da Emater local, em 2012 eram atendidos em torno de 400 produtores rurais pelas linhas do Pronaf, nas modalidades de Investimento e Custeio. Representando 80% de produtores que podem contratar a linha e que de fato contratam. Índice bastante elevado, caracterizando que a "cultura" do financiamento bancário através do Programa encontra-se bastante disseminado entre os

[6]O cafeeiro é uma planta perene de clima tropical. Pertence a família das Rubiáceas e ao gênero Coffea que reúne diversas espécies. A Coffea arábica e Coffea canephora (robusta) são as de maior interesse econômico, constituindo respectivamente, 70% e 30% da produção mundial.O Brasil é o maior produtor e exportador de café e o segundo maior consumidor após os EUA. A Bahia está entre os principais estados produtores de café no Brasil, ocupando a quinta posição com 1,2 milhão de sacas. Destas, 80% são de café arábica e o restante do robusta cv. Conilon. Praticamente, toda a produção de café Conilon no Estado resulta das lavouras que se expandiram nos últimos quinze anos no sudeste da Bahia, estimando-se que existam mais de 30 milhões de cafeeiros plantados na atualidade. Os fatores de ordem climática e edafológica dessa região, propiciam a expansão do café Conilon como uma das alternativas de diversificação agrícola de grande relevância social e econômica. Fonte: http://www.ceplac.gov.br/radar/cafe

[7]Programa Mais Alimentos - Produção Primária. O "Mais Alimentos Produção Primária" é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Fonte: portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/

produtores locais. Contribuindo de sobre maneira para o desenvolvimento da Agricultura Familiar local.

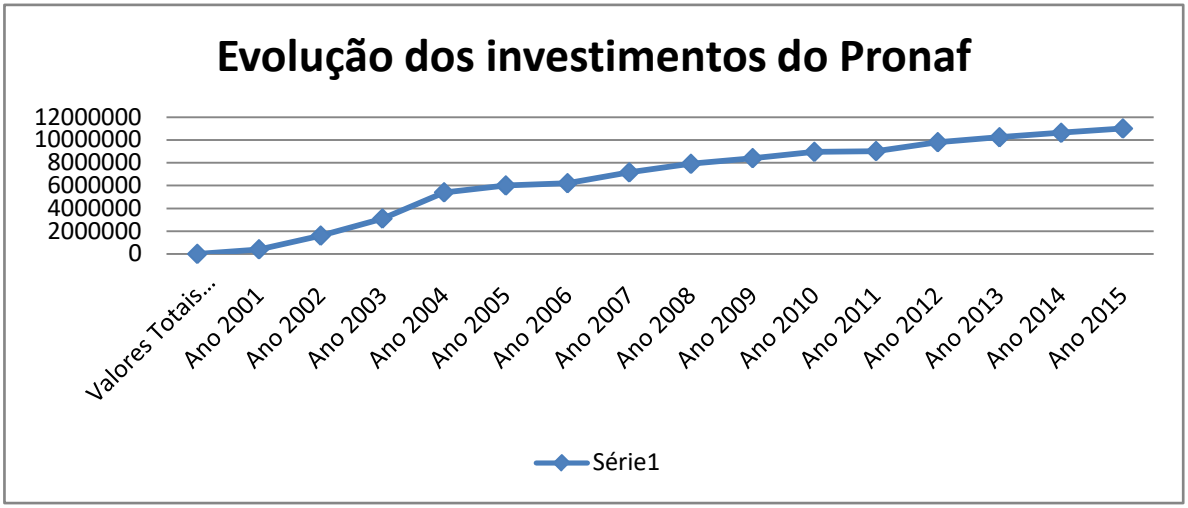
Os números e percentuais tendem a aumentar, principalmente pelo fato de que no plano de safra 2016/2017, as linhas de Investimento do Pronaf Mais Alimentos, estão direcionando recursos para o financiamento da formação de novas lavouras de café, com prazos e taxas de juros muito atrativas, no patamar de 2% a.a., as operações são contratadas com prazo, máximo de 10 (dez) anos, com 3 (anos) de carência para o cafeicultor começar a pagar. O valor das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atingiram R$ 22,7 bilhões na Safra 2016-2017, o que representa um crescimento de 3,4% em comparação com a safra anterior.

Outro fator que temos que chamar a atenção é para o baixíssimo índice de inadimplência, é notório pela legislação que dá suporte a essa Política Pública, que se utiliza de recursos provenientes do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que o município que tenha índice de 2% de inadimplência fica impedido de contratar novas operações. No caso estudado, as primeiras operações liberadas remontam ao ano de 2001, e esse índice, desde então, jamais ultrapassou 0,60% do valor aplicado no município.

A cultura de contratação bancaria de operações financeiras do Pronaf, foi absorvida pelo tecido social e principalmente pelo pequeno produtor rural e sua família. Segundo dados da Emater local, atualmente os valores de contratação se estabilizaram e entraram num ciclo de renovação das operações. Todo o processo de emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e elaboração do projeto, de investimento ou custeio, é efetivada eletronicamente, via portal do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e portal do Pronaf no site do Banco do Brasil.

Verificamos que as operações mais contratadas são as linhas de Investimento e Custeio, com índices muito próximos, em torno de 50% para cada forma de contratação. 98% dos valores aplicados pelo Pronaf no municipio têm respaldo em contratos firmados sob a égide do Pronaf "Mais Alimentos", e o restante, 2%, tem como base o Pronaf Agro ecologia.

Os números do Pronaf no município são expressivos, conforme destacado no quadro abaixo:



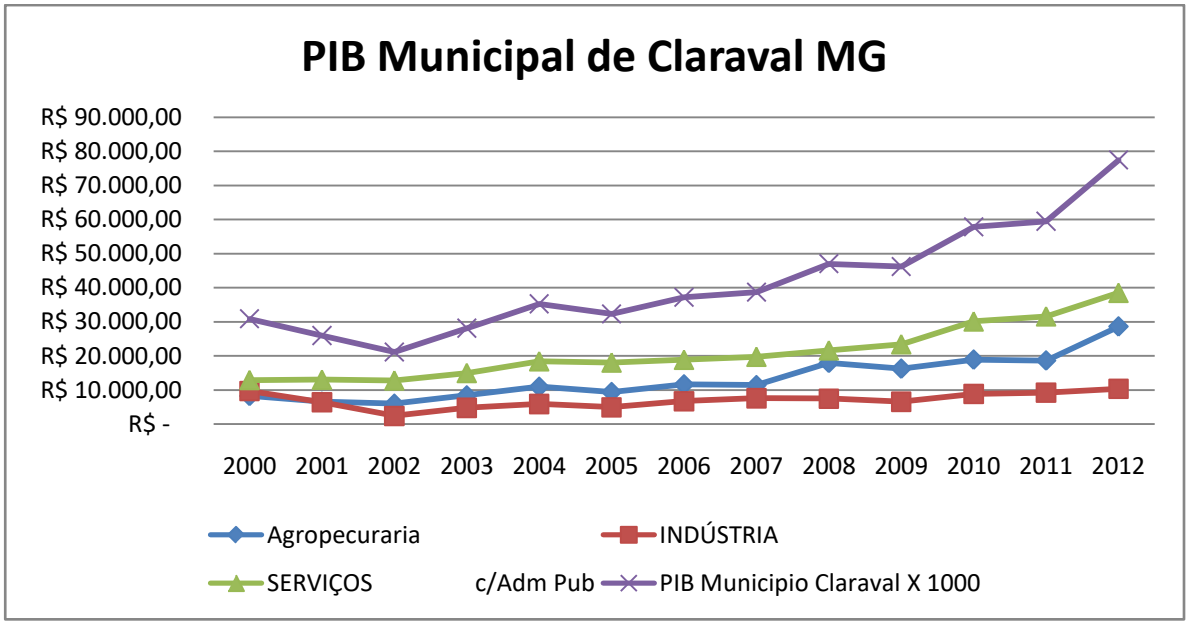
Atentos a modernização da agricultura e da cafeicultura, os pequenos e micro produtores rurais do município, procuram sempre estar atentas aos novos recursos produtivos, alinhando as formas de produzir ha novas técnicas

agrícolas, buscando utilizar os conhecimentos e novas maquinas disponíveis, que são financiadas através do Pronaf.

Atualmente, o município conta com, aproximadamente, 30 (trinta) propriedades rurais que tem o certificado internacional emitido pela "Utz Kapeh" no Brasil[8], que garante preços mais elevados e garantia de exportação do café para os mercados mais exigentes, principalmente o norte-americano e o alemão.

Percebe-se um indicativo da relação entre a melhoria da agricultura familiar com a penetração da política publica social implantada pelo Pronaf, através da liberação de recursos financeiros, e a evolução do PIB municipal.

Tendo em vista, principalmente, que há poucas indústrias ou outras fontes de emprego e renda instaladas no município, os recursos do Pronaf são um importante fator na força motriz do desenvolvimento econômico que o município vem experimentando, desde 2001.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É público e notório a ascendência da Agricultura Familiar nos meios econômicos e sociais do Brasil e do Mundo, milhões de famílias têm seu sustento e sua forma de sociabilidade ligada a esse tipo de estrutura. Garante um importante componente ligado a economia, possuindo números expressivos de contribuição no PIB nacional. O investimento na agricultura familiar é uma tendência, para o ano agrícola 2017/2018, especificamente, serão R$ 30 bilhões em crédito, com um aumento significativo em relação ao biênio 2016/2017, e os juros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) permanecem baixos, variando entre 2,5% e 5,5% ao ano.

[8]A Utz Kapeh compreende práticas agrícolas adequadas para a produção de café e para o bem estar dos trabalhadores, incluindo o acesso à saúde e educação. Ressalta mais a produção responsável do que a agricultura sustentável.Fonte: https://www.cafepoint.com.br/radares-tecnicos/certificacao-e-qualidade. Na língua maia Quiché, da Guatemala, Utz Kapeh significa 'café bom'.

A agricultura familiar gera emprego e renda na lavoura, no comercio e também nas agroindústrias de transformação, movimentando todo ciclo econômico ligado a essa atividade.

Os resultados obtidos em nossa pesquisa indicam uma intima ligação, entre a curva ascendente do aumento dos recursos contratados no Programa da Agricultura Familiar e a evolução do PIB municipal.

Apesar dos resultados positivos obtidos, muito há que ser feito ainda, principalmente quando entendemos que o desenvolvimento local tem várias vertentes que precisam ser contempladas, como por exemplo: Econômico, Social, Ambiental, Educacional entre outros.

O Pronaf sozinho não consegue abarcar todas essas realidades se faz necessário, uma conjugação interligação de políticas publicas nas diversas esferas governamentais, e principalmente é necessária uma mudança no comportamento social, com maior participação e inclusão de todos os membros da coletividade.

A região necessita se lançar a novos desafios, principalmente tendo por base os valores ligados a coletividade, a chegada da cooperativa Cocapec ao município em 2013, lançou novos olhares e novas perspectivas sobre a região, indicando aos produtores rurais locais, que para continuar avançando será necessário o estabelecimento de metas mais ousadas ligadas a união dos produtores sobre propósitos em comum.

A contribuição social advinda do Pronaf vai além de conquistas econômicas e sociais medidas por indicadores oficiais, essa política social contribui para permanência do agricultor e de seu família no campo, no local de suas raízes e eleva a autoestima desse segmento da população, fazendo com que eles se sintam valorizados e motivados a dar seu melhor. Agregando assim valores essenciais ao desenvolvimento regional.

Tivemos ainda como motivador desta pesquisa o incentivo a trabalhos e pesquisas futuras, pois temos o dever como pesquisadores e cidadãos de avaliar continuamente as ações governamentais no campo das políticas públicas, pois conforme influente livro de JOBERT e MULLER (1987) as políticas publicas são o Estado em ação.

Um dos fatores mais importantes a destacar no presente trabalho de pesquisa, foi perceber que quando os interesses da sociedade local coincidem com a disposição do governo central, via disponibilização de recursos através de uma política publica social, há grandes chances de se iniciar um processo de desenvolvimento regional. No município estudado, vimos uma sociedade rural, baseada na agricultura familiar, que foi contemplada e teve grande receptividade pelo programa do Pronaf. Iniciando um processo que indica reflexos que podem levar ao desenvolvimento regional. Conforme leciona FURTADO, não há que se copiar modelos de desenvolvimento externo, há que se perceber que nossa sociedade e nosso povo, tem uma forma impar de viver, se relacionar, e por isso temos que constituir modelos de desenvolvimento que reflitam essa realidade e nos permitam evoluir como nação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Org.) A questão agrária hoje. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal, 1994. p.94-104.

BUARQUE, C. A desordem do Progresso: O fim da era dos economistas e a construção do futuro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FREYRE, G. Casa grande e senzala. 46. ed. São Paulo: Editorial Global, 2003

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil, ed. Fundo de Cultura, RJ, 1959; Companhia Editora Nacional, SP, 1965.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, ed. Fundo de Cultura, RJ, 1961. Traduzido em espanhol, inglês, francês, farsi.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IPEA. Segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: IPEA, 2010. (Cadernos Comunidade Solidária, v.2).

JONES, Hans. O principio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica: Tradução do original alemão Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio. 2006

LAMARCHE, H. A agricultura familiar. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MARTINS, S. P.; MOREIRA, C. B. S. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. In: Centro de estudos multidisciplinares; núcleo de estudos agrários. Fome zero: políticas públicas e cidadania. Brasília: Editora da UnB, ago. 2004. p.125-35. (Cadernos, ano 6, n. 14).

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Lei de agricultura familiar recebe sanção presidencial. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 2 jul. 2007.

MYRDAL, G. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Trad. N. Palhardo. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972

PEREIRA, Luiz Bresser. Economia Brasileira – Uma introdução critica. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PIKETTY, T. O Capital no Século XXI. São Paulo: Intrínseca, 2014.

PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ZIMMERMANN, C. As políticas públicas e a exigibilidade do direito humano à alimentação. In: PIOVEZAN, F.; CONTI, I. L. (Org.) Direito humano à alimentação adequada. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007 a. p.123-40.

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ABORDAGEM DA SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL

EVOLUTION OF PUBLIC POLICIES IN THE APPROACH TO CONGENITAL SYPHILIS IN BRAZIL

JUNQUEIRA, Andrea Cristina de Souza
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
(Mndª em Desenvolvimento Regional, Médica especialista em Pediatria,
Docente do curso de Medicina UNIFRAN e Uni-FACEF)
andreacristinadesouzajunqueira@gmail.com

SANTOS, Cibele Gomes dos
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
(Mndª em Desenvolvimento Regional, Biomédica e Enfermeira,
Oficial de Laboratórios de Saúde Uni-FACEF)
cibele.gsantos@gmail.com

FIGUEIREDO, Maria Paula Simões Lima
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
(Mndª em Desenvolvimento Regional, Médica especialista em Medicina do Trabalho e Gestão Integrada de Qualidade, Saúde, Segurança, Ambiente e Responsabilidade Social,
Médica residente em Ginecologia e Obstetrícia)
mariapaulasimoes@hotmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
(Doutora em Promoção da Saúde,Mestre em Medicina e Saúde,
Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional Uni-FACEF
Preceptora PIESF/Faculdade de Medicina/UNIFRAN
Preceptora IESC/Faculdade de Medicina/Uni-FACEF)
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível, causada pela bactéria gram negativa *Treponema pallidum*. É um problema endêmico mundial e de difícil controle, principalmente em países em desenvolvimento. Pode ser transmitida da gestante para seu concepto, com evolução para infecção congênita, abortamento e perdas fetais. A Organização Mundial de saúde (OMS) vem trabalhando de maneira persistente para incentivar o controle desta patologia e assim ajudar a atingir um dos objetivos de ouro da Organização das Nações Unidas, que ajudaria a promover o desenvolvimento global. O objetivo deste estudo é explorar a evolução das políticas públicas no Brasil para enfrentar a sífilis congênita. Foi realizada uma revisão bibliográfica no Google Acadêmico, Scielo, PubMed e biblioteca digital do Ministério da Saúde, usando como indexadores de busca as palavras: Sífilis, Sífilis congênita, politicas públicas e desenvolvimento. A sífilis é considerada endêmica no Brasil desde o século XIX, mas políticas públicas específicas intensificaram-se somente a partir da década de 1980, com o início da notificação

compulsória da sífilis congênita em 1986. Apesar dos esforços e tempo decorrido, a sífilis adquirida e a sífilis congênita ainda são um grave problema de saúde pública no Brasil. Está clara a necessidade de maior aprofundamento nas causas da ocorrência dessas doenças, a partir de uma abordagem sistêmica que permita compreender os determinantes sociais de saúde por trás da epidemia, a fim de propiciar políticas públicas e ações pertinentes e eficazes, para que os objetivos propostos pela OMS sejam atingidos.

Palavras-chave: Sífilis, Sífilis congênita e Politicas Públicas.

Abstract

Syphilis is a sexually transmitted infection caused by gram-negative bacteria *Treponema pallidum*. It is an endemic problem worldwide and it has a difficult control, especially in developing countries. It can be transmitted from the pregnant woman to her concept, with evolution to congenital infection, abortion and fetal losses. The World Health Organization (WHO) has been working persistently to encourage control of this pathology and thus help achieve one of the United Nations' golden goals that would help promote global development. The objective of this study is to explore the evolution of public policies in Brazil to deal with congenital syphilis. A bibliographic review was done in Google Scholar, Scielo, PubMed and digital library of the Ministry of Health, using as search engines the words: Syphilis, congenital syphilis, public policies and development. Syphilis has been considered endemic in Brazil since the 19th century, but specific public policies have been intensified only at the 1980s, with the onset of compulsory notification of congenital syphilis in 1986. Despite efforts and time elapsed, acquired syphilis and congenital syphilis are still a serious public health problem in Brazil. There is a clear need for a greater understanding of the causes of the occurrence of these diseases, based on a systemic approach that allows understanding the social determinants of health behind the epidemic, in order to provide public policies and relevant and effective actions, so that the proposed objectives achieved by WHO.

Keywords: Syphilis, Congenital Syphilis, and Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível, causada pelo *Treponema pallidum*, que é uma espiroqueta, bactéria gram negativa; é um problema endêmico mundial de difícil controle, principalmente em países em desenvolvimento. Pode ser transmitida da gestante para seu concepto, com evolução para infecção congênita, abortamento e perdas fetais (SILVA e BONAFÉ, 2013; AVELLEIRA e BOTTINO, 2006). A Organização Mundial de saúde – OMSvem trabalhando de maneira persistente para incentivar o controle desta patologia e assim ajudar a atingir um dos objetivos de ouro da Organização das Nações Unidas, que ajudaria a promover o desenvolvimento global (OMS, 2012). Apesar de todo investimento em políticas públicas no Brasil, continua aumentando o número de casos desta patologia e existe ainda uma subnotificação em todo território nacional, deixando clara a necessidade de melhorar a abordagem desta infecção. Este estudo tem por objetivo explorar a evolução das políticas públicas para enfrentar a Sífilis congênita no Brasil.

2. MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica no Google Acadêmico, Scielo, PubMed e biblioteca digital do Ministério da Saúde, usando como palavras-chave Sífilis, Sífilis congênita, politicas públicas e desenvolvimento.

Esta revisão corresponde aos primeiros estudos de busca na literatura para o desenvolvimento do estudo da autora principal no Mestrado em Desenvolvimento Social, e assemelha-se ao método de revisão narrativa, que é caracterizado por uma busca pelo estado da arte do tema em questão, sem entretanto apresentar os critérios explícitos, sistemáticos e exaustivos da revisão sistemática da literatura. Na revisão ora empreendida a seleção de estudos foi sujeita à subjetividade das autoras e ainda não corresponde a todo o trabalho de revisão, que seguirá nos meses subseqüentes para elaboração da pesquisa e trabalho dissertativo (UNESP, 2015).

3. RESULTADOS

A sífilis é uma infecção sexualmente transmissível (IST), causada pelo *Treponema pallidum*, de fácil diagnóstico, que pode acometer diversos órgãos e sistemas, como pele, fígado, coração e sistema nervoso central. Além disso, ela pode ser transmitida verticalmente, isto é, pode ser transmitida de mãe para filho. É grave e pode causar má-formação fetal, aborto ou morte do bebê.

Historicamente, é conhecida desde o século XV, vários alegam que as Américas seriam o berço desta patologia, e esta se disseminou rapidamente pelo mundo, tornando-se uma doença endêmica no século XIX (AVELLEIRA e BOTTINO, 2006). O velho mundo acreditava que o clima neste continente era propício para esta enfermidade e, devido à alta incidência de casos no Brasil, de maneira especial no Rio de Janeiro, nosso país, enquanto colônia, já era marginalizado e todos eram tidos como sifilíticos. No Rio de Janeiro, acreditava-se que um quinto de sua população seria portadora desta patologia. Muitos anos depois, foi observado que havia muita confusão no diagnóstico desta com outras doenças como esquistossomose, impetigo e outras.

Com o grande desenvolvimento da medicina, farmacologia e métodos laboratoriais no século XX, além da implantação da penicilina na década de 40, acreditava-se que seria simples resolver e erradicar este mal, já que tem seu agente bem conhecido, evolução clínica e complicações bem definidas, métodos diagnósticos e terapêuticos de simples aplicação, aparentemente um problema de fácil resolução. Porém, após 1960, com a disseminação dos métodos anticoncepcionais e a revolução do comportamento sexual da população a incidência da infecção pela sífilis, assim com de outras doenças sexualmente transmissíveis, voltou a crescer, aumentando desta maneira também os casos de infecção neonatal e todas as suas complicações (SILVA e BONAFÉ, 2013).

Araújo et al (2012) cita que quando a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Milênio, as doenças transmissíveis representavam uma fatia significativa destes objetivos. Apesar dos esforços do Estado e da ONU desde então, os casos de IST's e AIDS continuam aumentando, com alta incidência de complicações para a população e, de maneira especial, para os portadores de infecções congênitas. Em 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estimava que 12 milhões de pessoas, entre elas dois milhões de gestantes, estariam infectadas pelo *Treponema pallidum* e ainda se observa um aumento do número de casos desta e da sífilis congênita, provando que há uma grande necessidade de se aprofundar mais nos métodos de prevenção e controle desta doença.

No Brasil foram desenvolvidas várias políticas públicas buscando o controle desta doença. As Primeiras leis sociais datam do final do século XIX, e tinham caráter pontual e isolado. As primeiras políticas públicas de proteção social só viriam surgir a partir do processo de industrialização. Apenas depois de 1940 foram tomadas medidas de reestruturação e ampliação dos órgãos de saúde dos estados, neste caso as ações passavam então a ser coordenadas e centralizadas pelo governo federal, porém ainda de maneira falha e pouco efetiva.

Um levantamento realizado pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo frisa que antes da criação do SUS, o Estado brasileiro era omisso com relação a saúde da população. Com o desenvolvimento do país e a concentração populacional nas grandes cidades, a saúde então despontava como uma questão social. A organização dos serviços de saúde no Brasil antes da criação do SUS vivia em mundos separados: de um lado as ações coletivas, voltadas para o ambiente e a prevenção de endemias; e do outro, as ações curativas e individuais das pessoas inseridas na mercado formal de trabalho.

A partir de 1988 foi promulgada a Constituição Federal, onde a saúde passa a ser direito de todos e dever do estado – criou-se o SUS, que tem trabalhado como rede, estabelecendo políticas públicas que visam à assistência integral do indivíduo. Desde então forem feitas diversas Campanhas e publicadas diretrizes para tratamento de várias patologias, inclusive a Sífilis e outras IST's. Porém, apesar de todo investimento nesta área, ainda continua aumentando o número de casos desta e dos casos de acometimento dos recém-nascidos, com ônus grande para a sociedade e indivíduos acometidos.

Mauro Leal Passo, chefe do setor de IST da Universidade Federal Fluminense e editor do Jornal Brasileiro de DST, em entrevista à Malu Damázio, aponta que "a deficiência de campanhas de prevenção e orientação está intrinsicamente relacionada aos costumes morais da sociedade, incluindo a sexualidade e postura dos órgãos governamentais". Está ainda relacionada diretamente à religiosidade e ao preconceito às populações de risco, como profissionais do sexo, homossexuais e poligâmicos (REDE BRASIL ATUAL, 2014).

Em 2006, com o objetivo de fortalecer a gestão compartilhada entre as diversas esferas de governo, o CNS aprovou o Pacto pela Saúde. Por esse instrumento, estados e municípios se comprometem a desenvolver as ações necessárias para o cumprimento de metas adequadas à realidade local, de modo que suas prioridades pudessem agregar-se à agenda nacional. Um dos seus eixos (Pacto pela Vida) aponta para a redução da mortalidade materna e infantil como uma das prioridades básicas, indicando a redução das taxas de transmissão vertical do HIV e da sífilis como estratégias para sua execução. Embora a sífilis seja uma doença conhecida há séculos e que tenha agente etiológico bem definido, tratamento eficaz e de baixo custo, estabelecido desde 1943, é grande a proporção de gestantes infectadas que não são sujeitas às ações terapêuticas recomendadas pelo Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento em relação ao controle e prevenção da transmissão vertical (Magalhães et al, 2013).

O perfil epidemiológico das usuárias portadoras de sífilis levantado no estudo realizado por Dantaset al (2017) evidenciou que 67% cursavam apenas ensino fundamental, 33% eram solteiras, 42% realizaram menos do que seis consultas de pré-natal, 58% realizaram tratamento de sífilis e apenas 25% dos parceiros aderiram ao tratamento.

Desde 1986 o país notifica casos de sífilis congênita e produz boletins epidemiológicos anuais, por recomendação da OMS, que tem por objetivo mapear a doença, identificar as principais áreas de ocorrência, populações atingidas e número de mortes em todo território nacional (MIZEVSKI et al, 2017; MAGALHÃES et al, 2013).Estimativas da OMS revelaram uma taxa de transmissão vertical de sífilis de 25%

no Brasil em 2004, acometendo aproximadamente 49 mil gestantes e 12 mil nascidos vivos. Com a realização do diagnóstico da sífilis e tratamento adequado da gestante e de seu parceiro, durante o pré-natal, é possível reduzir a incidência de sífilis congênita para até 0,5 casos por mil nascidos vivos (MIZEVSKI et al, 2017).Com este objetivo, o Ministério da Saúde tem investido em humanização (HUMANIZASUS), Rede Cegonha e UNAIDS, com o objetivo de melhorar a qualidade do pré-natal; capacitação dos profissionais para abordagem adequada dos casos; disponibilização de testes rápidos para facilitar o diagnóstico da doença; e fornecimento da medicação para tratamento adequado (BRASIL, 2015; BRASIL, 2010).

A resposta local à epidemia de sífilis deve estar conectada à necessidade de ações direcionadas aos profissionais de saúde, que devem atuar em resposta conjunta às necessidade de saúde de cada sujeito, conforme as suas especificidades e, no amplo universo das diferentes redes de atenção à saúde, deve voltar-se para a saúde integral, mobilizando toda a rede disponível no SUS, de forma a responder, da porta de entrada aos níveis especializados,a cada uma das necessidades apresentadas pelos sujeitos, o que inclui as diferentes áreas de atuação em saúde pública, bem como todas as Unidades que compõem o Sistema Único de Saúde municipal (BRASIL, 2017). Importante também é destacar a necessidade de ampliar o olhar para populações de imigrantes, idosos, homossexuais, indígenas, adolescentes e população em situação de rua, com medidas socioeducativas para prevenção e tratamento adequado das IST's/AIDS, quando cabível (PINTO et al, 2014).

Faz parte a testagem e tratamento adequado das IST na Rede Básica de Saúde, potencializando assim a efetivação dos protocolos junto à rede de saúde e maternidades, implementando o pré-natal do homem para que de fato haja redução da transmissão vertical do HIV/Sífilis, assim como testes rápidos para diagnóstico das IST/AIDS em todas as maternidades.

Dados do Ministério da Saúde revelam deficiências do sistema de saúde em garantir a avaliação oportuna das parcerias sexuais, enfatizando que o não reconhecimento da presença de IST's como emergência médica conduz a uma falta de credibilidade e descontinuidade de ações, ressaltando o problema representado pela ausência de rastreamento em mulheres assintomáticas e a procura de outros serviços (farmácias, automedicação), por parte dos homens portadores de IST (SILVA et al, 2009).

O tratamento adequado da sífilis com penicilina é capaz de prevenir 97% dos casos de transmissão vertical, sendo os melhores resultados obtidos quando o tratamento é efetuado por volta da 24a a 28a semana gestacional. Além da transmissão vertical elevada, 33,9% dos recém-nascidos com diagnóstico de sífilis congênita apresentaram desfechos negativos, valor 2,5 vezes superior ao observado em mulheres sem infecção pela sífilis.

Mulheres com transmissão vertical da infecção apresentaram início mais tardio da assistência pré-natal, menor proporção de número adequado de consultas, menor realização de uma ou duas sorologias para sífilis e menor registro de sorologias reagentes no cartão de pré-natal. A comparação das características das mulheres conforme diagnóstico de sífilis na gestação e de sífilis congênita mostra que as mulheres com infecção pela sífilis são mais vulneráveis socialmente, apresentam mais fatores de risco para prematuridade e maior prevalência de confecção pelo HIV (DOMINGUES e LEAL, 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde, são indicadores da assistência pré-natal adequada: a) no mínimo seis consultas de pré-natal; b) o início do pré-natal realizado no primeiro trimestre da gestação; c) realização de sorologia para sífilis no primeiro e terceiro trimestres, e teste rápido no momento do parto; d)realização de todas as sorologias

recomendadas para investigação de toxoplasmose, HIV, hepatites B e C;e) esquema vacinal na gestação completo; f) prescrição de Sulfato Ferroso e Polivitamínicos; g) orientação rigorosa sobre uso de medicamentos e controle de pressão arterial e glicemia; h) terapêutica adequada para patologias prévias; i) preenchimento adequado do cartão de pré-natal; j)apresentação do cartão de pré-natal na maternidade, no momento do nascimento da criança, a fim de facilitar o atendimento adequado no peri-parto.

A região Sudeste possui a maior taxa de notificação de sífilis congênita, e o Estado do Rio de Janeiro tem as maiores taxas de incidência por nascidos vivos (9,8/1.000), segundo dados do Ministério da Saúde. O custo da prevenção da infecção congênita, incluindo teste e tratamento, é menor que US$ 1,50 por pessoa, e o risco de transmissão vertical na gravidez varia de 70 a 100%, nos casos de sífilis recente, e 30 a 40%, na sífilis tardia. Um estudo da Secretaria de Saúde de São Paulo (2008) já apresentava uma discussão sobre o diagnóstico e o tratamento precoce da sífilis na gravidez, que, quando realizado adequadamente, pode prevenir resultados gestacionais desfavoráveis para o binômio mãe-filho. Um melhor entendimento da doença permite buscar formas de melhorar as políticas públicas, colaborando com a diminuição da prevalência da sífilis e suas complicações no Brasil.

Silva et al (2009) observou, em seu trabalho realizado no Rio de Janeiro, que a sífilis congênita é uma condição passível de controle através de estratégias efetivas no âmbito da atenção primária à saúde. No entanto, como as crianças podem ser assintomáticas, este diagnóstico pode ser negligenciado. Nesse sentido, a avaliação do recém-nascido deverá ser fundamentada em uma criteriosa abordagem epidemiológica, clínica e laboratorial para fomentar o diagnóstico.

A sífilis congênita pode ser, na maioria dos casos, assintomática precocemente, lembrando que se trata de causa frequente de abortamento e perdas fetais. Quando as manifestações desta doença ocorrem nos primeiros dois nos de vida podem ser observados hepatomegalias, lesões cutâneas, osteocondrite, púrpura, pneumonite, anemia, síndrome nefrótica, convulsão e meningite, e nos casos de manifestações tardias, deformidades ósseas e dentárias, além de atraso no desenvolvimento neuro-motor. Alguns pacientes adquirem sequelas graves, resultando em grande prejuízo tanto para o indivíduo acometidocomo para a comunidade.

O último manual para controle da sífilis congênita e outras IST's foi lançado em 2017, e vários informes sobre as IST's são lançados de maneira rotineira pelo Ministério da Saúde, na tentativa de melhorar a abordagem diagnóstica e diminuir os casos de crianças acometidas pela doença. Além dos manuais, são também estruturadas campanhas para divulgar as modificações no tratamento e diagnóstico desta, inclusive com a inclusão de testes rápidos e abordagem dos parceiros das gestantes reagentes para esta afecção. Outro cuidado é de controlar os casos suspeitos através de notificação compulsória e de fornecer as medicações necessárias para tratamento eficaz dos indivíduos acometidos. Porém, apesar de todos os esforços, ainda estamos longe de alcançar as metas propostas pela OMS, e são necessários esforços incansáveis para adequar a abordagem das gestantes e seus conceptos, e assim conseguirmos vencer esse desafio.

4. CONCLUSÃO

Apesar da Sífilis Congênita ser uma patologia bem conhecida, com origem e desenvolvimento fisiopatológico exaustivamente estudados, terapêutica eficaz e dados epidemiológicos de relativa fidedignidade disponíveis, ainda é uma doença grave que impacta a vida de muitas pessoas e o desenvolvimento humano, social e econômico. Fica

clara a necessidade de um maior envolvimento dos profissionais de saúde, com medidas socioeducativas que permitam impactar os casos de sífilis materna. Para fazer isso de maneira mais eficaz, apresenta-se como importante uma abordagem sistêmica da questão, compreendendo os determinantes sociais de saúde por trás da epidemia, a fim de propiciar políticas públicas e ações pertinentes e eficazes, para que os objetivos propostos pela OMS sejam atingidos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cinthia Lociks de et al. Incidência da Sífilis Congênita no Brasil e sua Relação com a Estratégia Saúde da Família. Rev. Saúde Pública, v. 46, n. 3, jun. São Paulo, 2012, p.479-486. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000300010&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 08/10/2017.

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. Educação Médica Continuada, Rio de Janeiro, n. p.111-126, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2. ed. 5. reimpressão – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Cinco Passos para a Implementação das Linhas de Cuidado para Pessoas Vivendo com HIV/AIDS. Brasília, 2017.

DANTAS, Lívia Azevedoet al**.** Perfil epidemiológico de sífilis adquirida diagnosticada y notificada en hospital universitario materno infantil.Revista Eletrónica Trimestral de Enfemería, nº 46, abril, 2017.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira. LEAL, Maria do Carmo. Incidência de Sífilis Congênita e Fatores Associados à Transmissão Vertical Da Sífilis: Dados do Estudo Nascer No Brasil. Cad. Saúde Pública, v 32, nº 6, jun. Rio de Janeiro, 2016.

MAGALHÃES, Daniela Mendes dos Santos; KAWAGUCHI, Inês Aparecida Laudares; DIAS, Adriano; CALDERON, Iracema de Mattos Paranhos. Sífilis materna e congênita: ainda um desafio. Cad. Saúde Pública, v. 29 nº 6, jun. Rio de Janeiro 2013, pág. 109-1120.

MIZEVSKI, Vanessa Daniele et al. Disponibilidade do teste rápido para sífilis e anti-HIV nas unidades de atenção básica do Brasil. Saúde em Redes, v. 3, nº 1, 2017 pág. 40-49.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Primeiro relatório da OMS sobre doenças tropicais negligenciadas: Avanços para superar o impacto global de doenças tropicais negligenciadas.Organização Mundial da Saúde, 2012.

PINTO, Valdir Monteiro et al. Prevalência de Sífilis e Fatores Associados a População em Situação de rua de São Paulo, Brasil, com Utilização de Teste Rápido. Rev. Brasileira de Epidemiologia, abr/jun., 2014, pág. 341-354.

REDE BRASIL ATUAL, Jornal Online. Seção Saúde e Ciência. Reportagem de Malú Dalmázio. Em dez anos, política de combate às DST perde eficácia e movimentos querem diálogo. Reportagem de 13/09/2014, DF, Brasilia. Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/saude/2014/09/brasil-politica-de-combate-as-dst-perdem-eficacia-movimentos-querem-dialogo-7395.html. Acessada em: 10/10/2017.

SÃO PAULO, Prefeitura do Estado de São Paulo. Secretaria de Saúde. Políticas Públicas de Saúde em Relação as DST/HIV/AIDS. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Pasta%20PDF%20Portal%20R/Politicas%20Publicas%20de%20Saude%20em%20relacao%20as%20DSTHIVAIDS.pdf. Acessado em: 07/10/2017.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Sífilis Congênita e Sífilis na Gestação. Serviço de Vigilância Epidemiológica; Coordenação do Programa Estadual DST/Aids-SP; Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD, Secretaria de Estado da Saúde– SES-SP. Rev. Saúde Pública, v. 42, nº 4, São Paulo, 2008, pág. 768-772.

SILVA, Ana Carolina Zschornak da; BONAFÉ, Simone Martins. Sífilis: Uma Abordagem Geral. Anais Eletrônico: VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar. UNICESUMAR – Centro Universitário Cesumar. Editora CESUMAR, Maringá, 2013.

SILVA, Leila Rangel et al. O Impacto da Campanha de Combate à Sífilis Congênita Sobre Diagnóstico e Tratamento de Sífilis em Mulheres Admitidas em uma Maternidade Municipal do Rio De Janeiro. Rev. de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online, v. 1, nº 2, set/dez. Rio de Janeiro, 2009, pág. 279-287.

UNESP, Campus Botucatu. Tipos de revisão de literatura. 2015. Disponível em <http://http://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. acesso em 14 Out. 2017.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO ESCOLAR: EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO SIGNIFICATIVA EM DETRIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO SUPERFICIAL.

PUBLIC POLICIES AND ENTREPRENEURSHIP IN SCHOOL MANAGEMENT: IN SEARCH OF A MEANINGFUL EDUCATION TO THE DETRIMENT OF A SUPERFICIAL EDUCATION.

PASSOS, Joelcy Rita
UNIFACEF-Centro Universitário Municipal De Franca
Mestrando no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
joelcyritadospassos@yahoo.com.br

SMITH, Marinês Santana Justo
UNIFACEF-Centro Universitário Municipal De Franca
Professora Doutora no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional
marinessmith@unifacef.br

Resumo

A demanda pela transparência pública, pelo conhecimento das ações do governo e pela elaboração de políticas públicas eficientes são constantemente assuntos apontados como relevantes. As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, para os diversos seguimentos social, cultural, étnico ou econômico. A educação faz parte das estruturas elementares das Políticas Públicas, todavia a burocracia também é regularmente apontada como variável de morosidade e insucesso na implantação de políticas públicas que favoreçam a erradicação do analfabetismo ou melhora na qualidade da aprendizagem no ambiente educacional no ensino fundamental, objeto de interesse no presente estudo. O objetivo desse artigo é apresentar uma discussão teórica sobre os aspectos da morosidade na implantação de políticas públicas, na educação básica, que favoreçam uma educação significativa em detrimento de uma educação superficial. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos para descrever os conceitos e atuais políticas públicas na área da educação básica, especificar morosidade no campo de aplicação de políticas públicas no ensino básico e discutir à luz do empreendedorismo a questão da educação significativa em detrimento de uma educação superficial. Foi possível, tecer a relação de políticas públicas e empreendedorismo para evitar que a morosidade na aplicação de políticas públicas possa causar como resultado alunos terminando o ensino fundamental sem alfabetização plena e, portanto, sem condições pedagógicas para dar continuidade aos seus estudos.

Palavras-chave: Educação, Políticas Públicas e Burocracia, Empreendedorismo na educação.

Abstract

The demand for public transparency, the discussion of what the government is doing and the elaboration of efficient public policies are constantly issues that are highlighted as relevant. Public policies can be defined as a set of programs, actions and activities developed by the State directly or indirectly, with the participation of public or private entities, which aim to ensure a certain right of citizenship, for the various social, cultural, ethnic or economic segments . Education is part of the elementary structures of Public Policies, however bureaucracy is also regularly pointed as a variable of slowness and failure in the implementation of public policies that favor the eradication of illiteracy or improvement in the quality of learning in the educational environment in primary education, object of interest in the present study. The objective of this article is to present a theoretical discussion about the aspects of slowness in the implementation of public policies, in basic education, that favor a meaningful education to the detriment of a superficial education. To do so, a bibliographic research will be carried out in books and scientific articles to initially describe the concepts and current public policies in the area of basic education, specify on the slowness in the field of application of public policies in basic education and discuss in the light of entrepreneurship which is a meaningful education at the expense of a superficial education. And then weave the relationship of public policies and entrepreneurship to avoid that slowness in the application of public policies can result in students finishing primary school without being literate and without pedagogical conditions to continue their studies.

Keywords: Education, Public Policy and Bureaucracy, Entrepreneurship in education.

1 INTRODUÇÃO

A importância da educação empreendedora para o desenvolvimento de uma nação é de reconhecimento mundial. A atividade empreendedora no âmbito educacional é compreendida como a ação que cria e inova, sendo assim, é a motivação para superar os obstáculos. Entretanto, pensando em educação, o maior obstáculo é a efetivação de uma escola de qualidade onde os alunos aprendem de maneira significativa e assim, consiga o preparo necessário para dar continuidade aos seus estudos, esse é o grande desafio.

O objetivo desse artigo é apresentar uma discussão teórica sobre os aspectos da morosidade na implantação de políticas públicas, na educação básica, que favoreçam uma educação significativa em detrimento de uma educação superficial.

Faz um recorte na educação básica que inclui o ensino fundamental com alunos na faixa etária prevista de 6 a 14 anos.

O objetivo desse artigo é apresentar uma discussão teórica sobre os aspectos da morosidade na implantação de políticas públicas a partir de um cenário vulnerável que é a educação brasileira, particularmente nas escolas públicas.

Nas últimas décadas, registram-se avanços em termos de acesso à escola, sobretudo no caso do ensino fundamental. Tal processo carece, contudo, de melhoria no tocante a uma aprendizagem mais efetiva. É possível constatar que estamos em um período de grande evolução na produção de conhecimento, com inúmeras transformações políticas e econômicas devido ao surgimento de diversas inovações tecnológicas que possibilitaram a universalização da informação, permitindo saber, quase que instantaneamente, o que se passa em qualquer ponto da superfície do planeta.

Em contrapartida, constatamos uma lacuna em políticas públicas educacionais, sobretudo na ausência de um processo dinâmico e na morosidade burocrática. Esses

fatores atrapalham o movimento de um ambiente escolar comprometendo assim, a eficiência e a qualidade do ensino.

A discussão teórica proposta ganhará repercussão a partir do momento que propomos novas ações sobre políticas públicas e seus vínculos com os processos de luta pela democratização do acesso a um dos direitos elementares das políticas públicas: à educação.

Nessa perspectiva, a implantação de políticas públicas que favoreçam a erradicação do analfabetismo e propõe uma educação significativa em detrimento de uma educação superficial que tem como conseqüência alunos terminando o ensino fundamental semi-analfabetos ou analfabetos funcionais sem condições pedagógicas e habilidades necessárias para dar continuidade aos seus estudos.

A conscientização dos cidadãos brasileiros pela transparência pública, pelo interesse no que está acontecendo nos meios políticos do nosso país e como o governo está fazendo a elaboração de suas políticas públicas de maneira responsável e eficiente são assuntos apontados como relevantes e de grande interesse para grande parte da população, seja no âmbito educacional, empresarial e econômico do país.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Definir Políticas Públicas apenas como um conjunto de ações do governo que visam assegurar os direitos básicos do cidadão torna-se superficial diante dos autores trazidos para discutir sobre esse tema de tamanha relevância. Assim é necessária a análise do conceito de políticas públicas a partir do olhar de alguns autores.

Na visão de Souza (2015) pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Políticas públicas podem ser entendidas como o “Estado em ação” afirma Gobert, Muller (2007), ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

O Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais, constata Gobert, Muller (2007).

Assim, é importante ressaltar à necessidade de se construir políticas públicas na educação que possibilitem o empoderamento dos grupos sociais desfavorecidos e discriminados que, como afirma Vivaldo (2009), somente assim, diminuirá o distanciamento entre as classes sociais.

A construção de políticas públicas de educação, na atualidade, não pode mais se pautar apenas pelos projetos puramente discursivos. É necessário que se avance para a materialização de estratégias capazes de resgatar, concretamente, princípios pedagógicos e educativos que garantam o direito de ensinar e de aprender com qualidade e de modo socialmente qualificado. E, ainda, fundado na democracia e nos princípios

básicos dos direitos sociais, coletivos, individuais e inclusivos, como preconiza a educação em direitos humanos propagada na atualidade. Vivaldo (2009).

Outro aspecto sobre a elaboração e a aprovação de políticas públicas refere-se ao fato de que, geralmente, quem elabora e define políticas públicas educacionais para o ensino básico não está vinculado/a diretamente ao cotidiano das unidades escolares e tem pouco conhecimento sobre as questões relativas aos aspectos micro do sistema público educacional, associa Vivaldo (2009). Dessa forma, é comum que as políticas educacionais para o referido nível de ensino e as ações delas decorrentes sejam elaboradas sem a participação dos profissionais da educação básica, cujo trabalho é impactado diretamente por essas políticas.

Em outras palavras, refletir sobre a importância de se pensar e, ao mesmo tempo, concretizar políticas públicas educacionais que objetivem despertar no sujeito o desejo de lutar por uma sociedade justa e democrática, na qual a igualdade de oportunidades, a valorização das diferenças humanas e a fraternidade sejam praticadas cotidianamente, afirma Cury (2002).

Além disso, que seja uma luta imbuída de princípios e valores formativos do ser humano, construída na relação social com o/a outro/a e que expresse, livremente, sentimentos e interesses advindos da reflexão individual e coletiva, conforme relata Cury (2002).

Assim, para Vivaldo (2009) é importante ressaltar a necessidade de se construir políticas públicas de educação que possibilitem o acesso a todos especialmente para aqueles que historicamente têm tido menos poder na sociedade e se encontram reprimidos, submetidos, excluídos ou silenciados na vida cotidiana e nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Nessa perspectiva, Cury (2002) diz que não é demais afirmar que é necessário democratizar as políticas públicas de educação nos estados e municípios brasileiros, permitindo aos/às cidadãos/ãs serem ouvidos/as, terem participação efetiva e presença no processo de construção e nos momentos de tomada de decisão dessas políticas.

3 EMPREENDEDORISMO PARA UMA EDUCAÇÃO SIGNIFICATIVA EM DETRIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO SUPERFICIAL.

O empreendedorismo se estabelece como um fenômeno cultural e, portanto, está fortemente relacionado e embasado no processo educacional. O empreendedorismo mergulha fundo no estudo do comportamento, das atitudes empreendedoras, das condições ambientais e depois formula métodos de ensino para a sua socialização. Os pilares do ensino do empreendedorismo são a formação de atitudes e o desenvolvimento de técnicas de planejamento, na perspectiva de Dolabela (2003).Para o autor, todos nós nascemos empreendedores, e que se o deixam de sê-lo mais tarde, isto se deve à exposição a valores anti-empreendedores na educação, nas relações sociais, no figurino cultural conservador a que o indivíduo é submetido.

Para Dolabela (2003), lidar com crianças, por conseguinte, é lidar com autênticos empreendedores ainda não contaminados por esses valores.

A educação empreendedora deve incluir, necessariamente, o aumento da capacidade de gerar capital social e capital humano. Do contrário, continua-se a negar a participação de grandes camadas da população no processo de gerar renda e de usufruir as riquezas, afirma Dolabela (2003).

De acordo com Dolabela (2003), é possível afirmar que a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora.

Diante desta realidade, surge à necessidade se estudar e dar maior destaque ao ensino do empreendedorismo na Educação Básica, voltado para o desenvolvimento econômico e social sustentável, conclui Dolabela (2003).

O empreendedorismo é relacionado por Schein (1985) à criatividade e à propensão de criar algo novo, envolvendo a motivação para superar obstáculos, propensão por aceitar riscos e desejo de elevação pessoal em qualquer objetivo a ser alcançado.

A essência do empreendedorismo está na liberdade. Não se trata da possibilidade que o empreendedor tem de agir conforme queira, mas sim a potencialidade de agir de forma independente buscando seus objetivos. Desconsiderando condições ou limitações, o empreendedor se realiza a partir de sua autodeterminação, e constitui a si próprio e o mundo que vive Boava, Macedo (2006).

De acordo com Andrade e Torkomian (2001), em alguns países o propósito de se ensinar empreendedorismo é de estimular nos estudantes o desejo de desenvolver suas atitudes empreendedoras, talentos e habilidades, que poderão ter aplicações em uma ampla variedade de negócios e oportunidades na comunidade, nas organizações e para a realização de seus próprios objetivos. Quanto à educação, os autores aduzem que é por meio dela que a sociedade forma o indivíduo integrando-o e conduzindo-o em seus valores e objetivos.

O conhecimento prévio do aluno é a chave para a aprendizagem significativa constata Moreira (1999).De acordo com o autor, há duas condições para que a aprendizagem significativa ocorra: o conteúdo a ser ensinado deve ser potencialmente revelador e o estudante precisa estar disposto a relacionar o material de maneira consistente e não arbitrária.

Outras situações de ensino, assim como a interação com as demais crianças, relata Moreira (1999), devem contribuir para que novas relações aconteçam, para que cada um avance e construa seu conhecimento.

A aprendizagem significativa somente é possível quando um novo conhecimento se relaciona de forma substantiva e não arbitrária a outro já existente. Para que essa relação ocorra, é preciso que exista uma predisposição para aprender. Ao mesmo tempo, é necessária uma situação de ensino potencialmente significativa, planejada pelo professor, que leve em conta o contexto no qual o estudante está inserido e o uso social do objeto a ser estudado, conclui Moreira (1999).

Desconsiderando condições ou limitações, o empreendedor se realiza a partir de sua autodeterminação, e constitui a si próprio e o mundo que vive Boava, Macedo (2006).

De acordo com Andrade e Torkomian (2001), em alguns países o propósito de se ensinar empreendedorismo é de estimular nos estudantes o desejo de desenvolver suas atitudes empreendedoras, talentos e habilidades, que poderão ter aplicações em uma ampla variedade de negócios e oportunidades na comunidade, nas organizações e para a realização de seus próprios objetivos.

4 RELAÇÃO DE POLITICAS PÚBLICAS COM O EMPREENDEDORISMO NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Estabelecer que o sucesso do processo e do projeto pedagógico é fruto de uma reflexão mais coletiva do que tradicionalmente se admitia, e que sua adequação aos

interesses e necessidades dos diferentes grupos de alunos definirá a qualidade de ensino. È fato. Todavia, pode-se deduzir, nesta concepção, que a qualidade só é evidenciada na implementação desta inter-relação de fatores.

Por outro lado, a definição das políticas educacionais dos diferentes sistemas de ensino – federal; estadual municipal – também tem como pressuposto uma ação mais solidária entre as esferas públicas, uma vez que o sistema federativo implica colaboração e distribuição, a mais equitativa possível, de responsabilidades e tarefas entre elas, afirma Teixeira (1963).

Segundo Teixeira (1963), vivemos hoje, na educação e em outros setores sociais, uma aparente contradição inesperada: superados a ditadura militar e o sistema autoritário de governo, os que o sucederam vêm mostrando o quanto suas marcas são persistentes e, algumas, indeléveis. Não se apaga o passado “com uma borracha”, nem se superam comportamentos autoritários que foram sendo estabelecidos ao longo dos anos – na ponta de lanças – pelo combate a idéias, valores e crenças.

O autor propõe o esquecimento da influência desse passado próximo no cotidiano atual e que nos surpreendemos, por isso mesmo, cada vez que um dirigente político ou gestor público do país nos lembra sua “autoridade”, utilizando-se de medidas de intimidação e constrangimento; em particular, e cada vez mais frequentes, menosprezando as manifestações e opiniões dos setores organizados do país, quando estas defendem idéias contrárias às do governante de plantão.

Muitas vezes, diz Mintzberg (2010), a simples divergência é insuportável e as respostas, semelhantes às dos sistemas autoritários de então. Esta concepção gera, como prática, uma competência amorfa, em que a aparente neutralidade científica e pedagógica, que deveria fundamentar os planejamentos escolares, acaba sendo usada como argumento para cobrar das escolas e dos professores das redes públicas de ensino a escolha de conteúdos similares, em nome do dever da oferta – como direito de todos os cidadãos brasileiros –, de uma formação básica e comum a todos os alunos.

As proposições trazidas por Mintzberg (2010) contribuem significativamente para compreendermos a escola como um espaço plural, dotado de significativa relevância social e política, mas, sobretudo, como um ambiente formado por indivíduos que trabalham, produzem, pensam, divergem, mas que necessitam de posicionamentos coerentes, pautados em técnicas consubstanciais as quais visam não só maior eficiência e eficácia na gestão de seus processos diários, como também conseguem identificar e imprimir sentido naquilo que fazem, fortalecendo, assim, não só as suas práticas, mas o seu compromisso com o cotidiano da escola.

Dolabela (2008), uma das referências sobre empreendedorismo no Brasil, principalmente no que se refere educação para o empreendedorismo, conceitua o empreendedor, agente do empreendedorismo, como um ser social, produto do meio em que vive,ou seja, época e lugar.

Ele ressalta que se aprende a ser empreendedor por meio da convivência com outros empreendedores e que os empresários de sucesso são influenciados por empreendedores do seu círculo de relações, assim, pessoas tomadas como modelo, família, amigos ou por líderes ou figuras importantes diz Dolabela (2008).

Defende ainda o autor que o empreendedor está em qualquer área e não somente na pessoa que abre uma empresa.

Podem ser empreendedores o pesquisador, o funcionário público, o empregado de empresa privada, os políticos, os governantes, o artista, o escritor, o poeta, os voluntários, desde que tenham motivação para empreender,argumenta Dolabela (2008). A questão é explorar novas idéias e colocá-las em ação, independente do setor de atuação.

Dessa forma, Dolabela (2008) frisa que, embora o termo empreendedorismo tenha a sua origem em um contexto empresarial e, por isso, ganhou essa conotação voltada à criação de negócios, em qualquer área, pode-se e deve-se praticar o empreendedorismo e nem se deve ligar o empreendedor somente ao campo dos negócios e a criação de empresas, pois o empreendedor é muito mais que isso, é um ser social, produto do meio em que vive. O autor destaca que, o empreendedorismo ainda não é uma ciência, embora o tema esteja entre as áreas que tem merecido um grande volume de pesquisas e publicações nos últimos anos.

A proposta da educação para o empreendedorismo na educação básica tem provocado também polêmicas sob a alegação de que educação básica, na proposta da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, tem por finalidade desenvolver a formação comum no indivíduo, formação esta indispensável para o exercício da cidadania.

Também é objetivo da Educação Básica fornecer meios para que os estudantes progridam em estudos posteriores, como assegura o art. 22 da referida lei: a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegura-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, ressalta Ferreira (1981).

Para Giovanni (2009), nas políticas públicas está estabelecida uma série de atores: os atores são todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política, ou seja, que tem capacidade de influenciar o resultado da política pública. São atores que conseguem sensibilizar a opinião problemas de relevância coletiva.

Luck (2000) traz a tona que o papel fundamental de um do ator no processo de políticas públicas educacional é o diretor de escola. O diretor que apresenta um espírito empreendedor e dinâmico, caminha na contramão da morosidade, própria de um sistema burocrático, o qual as escolas públicas estão submersas. Com esse perfil, o ator principal fará toda diferença. Entretanto, os atores têm o papel importante de sensibilizar a sociedade e a opinião pública sobre os problemas de relevância coletiva.

Um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência. Tudo isso na construção do ambiente educacional e promoção da formação de seus alunos. Com isso, presta atenção a cada evento, circunstância e ato, como parte de um conjunto de eventos, circunstâncias e atos, considerando-os globalmente, de modo interativo e dinâmico(LUCK, 2000).

Consequentemente, o perfil do gestor escolar empreendedor deve estar voltado para o atendimento destes anseios que, cada vez mais, permeiam as discussões nas esferas superiores à escola. É algo mais consistente que formar pessoas para serem líderes de equipes. Luck (2000) ressalta a importância da questão, quando diz que são demandadas mudanças urgentes na escola, com o objetivo de garantir formação competente aos seus alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que, durante as últimas décadas, a qualidade educacional oscilou em meio a múltiplas influências discutidas no referencial teórico.

A qualidade educacional define-se pelo objetivo de formar um cidadão capaz de participar eficazmente das atividades produtivas da nação, assim como para sua própria auto-realização e estima para seu bom convívio na sociedade. Para tanto, o saber que a escola democrática proporcionará, terá de ser um saber das coisas e não um saber sobre as coisas, com que se contenta a escola tradicional. A legislação brasileira garante direitos sociais para todo cidadão. Para que esses direitos sejam efetivamente assegurados são necessárias políticas públicas consistentes. Há uma grande dificuldade, entretanto, de implementação dessas políticas em seus respectivos ambientes. Isso se deve em grande parte pela falta de interlocução entre os entes federados e, também, pela escassez de ações efetivas. A ampliação do acesso à escola fundamental que se deu nas últimas décadas se constitui em um indicador de que a qualidade educacional está melhorando, pelo fato de que beneficia a população historicamente excluída. A ampliação da escola fundamental, por outro lado, estimula a procura por níveis subsequentes de ensino e produz novos desafios para o sistema, entre eles, a superação do aprendizado insuficiente e dos altos índices de reprovação e de abandono escolar.

As políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, para os diversos seguimentos social, cultural, étnico ou econômico. A educação faz parte das estruturas elementares das Políticas Públicas, todavia a burocracia também é regularmente apontada como variável de morosidade e insucesso na implantação de políticas públicas que favoreçam a erradicação do analfabetismo ou melhora na qualidade da aprendizagem no ambiente educacional no ensino fundamental, objeto de interesse no presente estudo.

Assim, o diretor de escola que apresenta um espírito empreendedor e dinâmico, tem melhores chances de vencer a morosidade, própria de um sistema burocrático o qual as escolas públicas são submetidas. São os diretores de escola que têm o papel importante de sensibilizar a sociedade e a opinião pública sobre os problemas de relevância coletiva.

Enfim, a solução é investir na educação das pessoas, torná-las empreendedoras, por meio de uma educação empreendedora. A educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque enraizar valores e costumes diz respeito à cultura que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Renato Fonseca de; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. Fatores de influência na estruturação de programas de educação empreendedora em instituições de ensino superior. In: II ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. Anais do II EGEPE. Londrina, 2001, p. 299-311

BOAVA, Diego Luiz Teixeira; MACEDO, Fernanda Maria Felício. Estudo sobre a essência do empreendedorismo. In: XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO. Anais do 30º. Encontro Anual da ANPAD. Salvador, 2006.

DOLABELA, Fernando Celso. Empreendedorismo: uma forma de ser. Brasília: AED, 2003a.

DOLABELA, F. Oficina Empreendedora. Rio de Janeiro: Sextante, 2008a.

GIOVANNI, Geraldo Di, AS ESTRUTURAS ELEMENTARES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, Caderno de pesquisa N° 82, 2009,

GOBERT, MULLER In, VAZ., L.G.D.; **Políticas públicas.** Revista nova Atenas de educação e tecnologia. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007, p. 47.

FERREIRA, F.W. Planejamento: sim e não. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

LUCK, H. Perspectiva da Gestão escolar e implicações quanto à Formação de seus Gestores. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11- 34, junho 2000.

MOREIRA, Marco Antônio. Teorias de aprendizagem São Paulo: EPU, 1999.

VIVALDO, E. V. Educação em Direitos Humanos: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf, acesso: 01/10/2015.

TEIXEIRA, A. Mestres de amanhã. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio deJaneiro,
v. 40, n. 92, p.10-19, out./dez. 1963.

O ENSINO SUPERIOR PARA O INGRESSO NO MERCADO PROFISSIONAL: ESTUDO EM ANDAMENTO NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP

THE HIGHER EDUCATION FOR ENTERING THE PROFESSIONAL MARKET: STUDY IN PROGRESS IN THE CITY OF RIBEIRÃO PRETO/SP

CALSANI, Juliana Rissi da Silveira
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Professora e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca - SP
jcalsani@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Paulo de Tarso
Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF
Professor, Doutor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário de Franca - SP
paulotarso@facef.br

Resumo

Há tempos a educação tem como uma de suas premissas o processo educacional para a formação e inserção do cidadão no mercado de trabalho. As diversas legislações e políticas públicas educacionais vão se transformando para ajustar-se ao cenário mutável do mercado de trabalho. Sabemos que a formação educacional é essencial para vida toda e sua consequência é o trabalho. A instituição do ensino superior vem apresentando uma alta taxa de alunos concluintes em diversos cursos. Tanto a educação como o mercado de trabalho vem buscando uma forma de cada vez mais capacitar o estudante em suas variadas formações, esses protagonistas sofrem com as influências exteriores como a situação econômica, política e social do país. A localidade de Ribeirão Preto/SP possui várias instituições de ensino superior e um nicho de trabalho atuante tanto na cidade como em seu entorno. O estudo em andamento pretende analisar a entrada do egresso no mercado de trabalho com a respectiva formação obtida na instituição de ensino, podendo contribuir com apontamento das legislações pertinentes ao ensino superior e o levantamento de dados frente a formação acadêmica e atuação do egresso no trabalho.

Palavras-Chave: Educação, Mercado de trabalho, Ribeirão Preto/SP

Abstract

For some time education has as one of its premises the educational process for the formation and insertion of the citizen in the labor market. The various educational public policies and policies are changing to fit the changing landscape of the labor market. We know that educational training is essential for life and its consequence is work. The

institution of higher education has been presenting a high rate of graduates in several courses. Both education and the labor market have been seeking a way to increasingly enable the student in their various formations, in these social protagonists suffer from influences of facts such as the economic, political and social situation of the country. The city of Ribeirão Preto / SP has several higher education institutions and a strong work niche both in the city and in its surroundings. The current study intends to analyze the entry of egress in the labor market with the respective training obtained in the educational institution, and can contribute with a survey of legislation relevant to higher education and data collection in relation to academic training and egress work.

Keywords: Education, Labor market, Ribeirão Preto / SP.

1 INTRODUÇÃO

Por vezes o mercado de trabalho buscou na educação a contribuição para a formação de profissionais para um novo estilo de trabalho, no qual a sociedade se encontrava e com isso além das normatizações constitucionais, as políticas educacionais foram se formando e moldando para dar embasamento e possibilidades para a obtenção do conhecimento, formação, desenvolvimento pessoal e profissional.

Segundo Jacks Delors:

> As estruturas de emprego evoluem à medida que as sociedades progridem e a máquina substitui o homem: diminui o número de trabalhadores enquanto aumentam as tarefas de supervisão, de enquadramento e de organização e crescem, deste modo, as necessidades de capacidades intelectuais em todos os níveis. (2012, p.143)

As mudanças de mercado são constantes e a formação do profissional efetivo deve acompanhar tais transformações sendo fundamental para o trabalhador buscar uma qualificação que o dê alicerce para o ingresso e sustentabilidade no emprego.

A Constituição Federal em vigência abrange a educação de uma forma bem mais específica do que as anteriores. Em 1988 foi disposto um capítulo destinado à Educação, da Cultura e do Desporto no qual dispõe de forma clara e precisa a relevância da qualificação para o trabalho.

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nessa vertente encontram-se estudos a respeito do assunto, os quais serão citados e trará base teórica para este artigo, conforme levantado anteriormente, o mercado de trabalho sofre mudanças frenéticas e não pretendemos esgotar o assunto.

Sendo assim, o problema de pesquisa é analisar quais as dificuldades do egresso em iniciar a carreira profissional com a sua formação acadêmica específica no mercado de trabalho na cidade de Ribeirão Preto, interior paulista. O objetivo geral da pesquisa é levantar as diversas legislações bem como as políticas públicas educacionais para o ensino superior para formação do estudante e o mercado de trabalho. Quanto aos objetivos específicos propõe-se relatar as leis existentes para o ensino superior, apontar a formação para o trabalho e demonstrar as dificuldades dos egressos ingressarem no mercado de trabalho específico da área de formação.

Abordaremos as legislações educacionais que apontam a formação para o trabalho utilizando também os trabalhos referentes a questões em tempos anteriores com a intenção de discutir o tema de forma a torná-lo atual.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na elaboração este artigo foi possível trazer elementos sobre a relação entre a formação do egresso e o mercado de trabalho com referenciais teóricos em livros de vários autores, estudos realizados com este viés para trazer luz ao conhecimento dos estudos.

A pesquisa elaborada pautou-se em levantamentos bibliográfico e documental. Dessa forma; a base constitucional, a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional para a formação acadêmica e o mercado de trabalho.

Para Marconi e Lakatos (2003) esse tipo de pesquisa apresenta uma abordagem da bibliografia publicada, com o intuito de colocar os pesquisadores em contato com o que já foi estudado.

3 A BASE CONSTITUCIONAL, A LEI DE DIRETRIZES E BASES E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR

A Carta Maior rege o Estado Democrático de Direito, a educação vem elencada no rol dos direitos sociais, buscando avaliar a atribuição de direitos subjetivos ao cidadão, assim deve ser dirigida a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem discriminação, declara a Constituição Federal de 1988:

"Art. 6 - São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

A disposição referente à ordem educacional vem disposta nos artigos 205 a 214, sendo que ao mesmo tempo temos no texto constitucional a matéria educação postada em outros artigos conexos, como por exemplo, podemos ver os art. 7, XXV; art. 23, V; art. 30, VI; art. 150, VI; art. 214,I; art. 225, §1º; art. 227, § 3º, III.

A diferença primordial da educação na nossa atual Constituição está intimamente ligada ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, bem como com os seus objetivos, especificamente: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalidade, redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem comum.

Ainda na Carta Magna descreve sobre o ensino superior quanto as autonomias das universidades em seu artigo 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Prosseguindo com as normas educacionais para formação do trabalho temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96 - que trata com detalhes a respectiva matéria em seus artigos 43 a 57. Vejamos alguns artigos, descrevendo em particular o 43 que dispõe sobre a finalidade da educação superior.

> Art. 43 – A educação superior tem por finalidade:
>
> I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
> III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
> VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

E o artigo 46 que define as questões de autorização, reconhecimento, credenciamento e avaliação das instituições de ensino superior, públicas e privadas.

Temos:

> Art. 46 - A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.
> § 1º - Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento.
> § 2º - No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Na concepção de Afrânio Mendes Catani e João Ferreira de Oliveira descrito no livro Organização do Ensino no Brasil, constata-se:

> [...] Lei n. 9.394/96, constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. Na verdade, o governo Fernando Henrique Cardoso, a partir do seu primeiro mandato (1995-1998), deu início a uma ampla reforma que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente da educação superior. Neste sentido, promoveu a elaboração e a aprovação de um arcabouço legal capaz de alterar as diretrizes e bases que davam sustentação ao modelo que vinha de 1968. [...] introduzindo mudanças concretas no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de produção do trabalho acadêmico, o que produz transformações significativas no campo universitário e na identidade das Instituições de Ensino Superior (IES). (CATANI; OLIVEIRA, 2002, p. 77).

Mesmo com o discurso exposto acima que deixa claro que a Lei n. 9.394/96 foi um início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil, entretanto, o

preceito comparativo no final da primeira década do século XXI ainda necessita de atingir a democratização almejada pela lei citada.

No Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014,no art.1º, V diz: "formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade".

Nosso aparato legal para a educação superior é de suma importância para que tenhamos a base para o desenvolvimento da pessoa.

4 A FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E O MERCADO DE TRABALHO

Dados da Revista Ensino Superior (2017) nos mostram que entre 2014 e 2015, o número de concluintes em cursos de graduação cresceu em torno de 9% em todo o Brasil.

A alta deve-se pelas instituições de ensino particulares, que registraram um aumento de 13%. Na rede pública, houve queda de 0,7%. Com esse resultado, a participação dos concluintes egressos da rede privada ficou em 76%, contra 24% da rede pública.

Ano	**Números de concluintes em cursos presenciais na Rede Privada**	**Números de concluintes em cursos presenciais na Rede Pública**
2009	646.989	188.261
2010	657.187	178.619
2011	676.383	194.699
2012	679.271	202.464
2013	627.361	206.353
2014	614.831	225.897
2015	694.384	224.351

Fonte: Dados do Censo – Revista Ensino Superior

O Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constitui-se importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, além de ser elemento importante para elaboração de estudos e pesquisas sobre o setor.

Na mesma pesquisa anteriormente citada foi apontado que nos cursos superiores presenciais, o maior número de concluintes em 2015 na rede privada foram de direito, administração, pedagogia, ciências contábeis e enfermagem.

Temos através dos dados da tabela a constatação do aumento de estudantes que concluíram o ensino superior de 2009 a 2015. Em uma próxima etapa da pesquisa, pretende-se buscar os índices do censo do ensino superior quanto aos concluintes após as mudanças das políticas educacionais, principalmente quanto ao FIES,em julho de 2015,nas quais ocorreu alteração das regras e fixou a taxa de juros em 6,5% ao ano para todos os cursos. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -

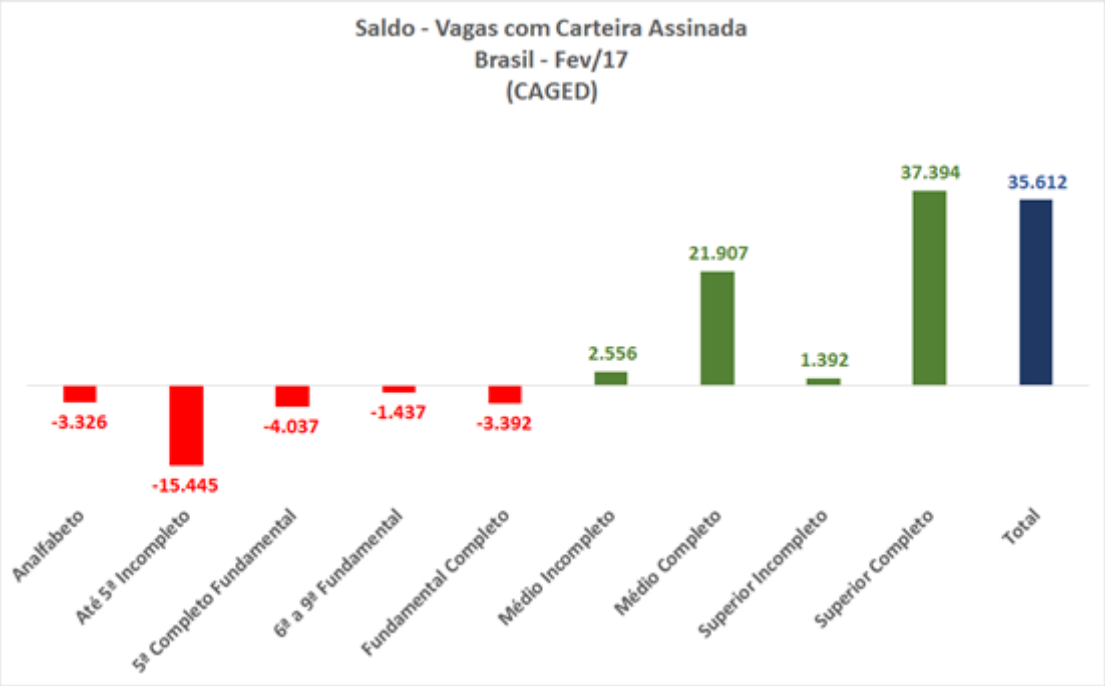
FNDE, essa alteração teve dois objetivos que foi de contribuir para a sustentabilidade do programa e de realizar um realinhamento da taxa de juros.

O mercado de trabalho está cada vez mais exigente, com o uso das novas tecnologias o conhecimento é um dos requisitos para a sustentabilidade no emprego e a competitividade do mercado demanda maior preparo e aprimoramentos dos colaboradores.

> Numa época não muito remota, o planejamento da educação representava um exercício considerado necessário para manter ou aumentar o crescimento econômico. Para favorecê-lo, os planificadores tentavam identificar as necessidades futuras em mão-de-obra qualificada, indicando em seguida para o sistema educativo as áreas de formação a serem desenvolvidas. (PAUL, 1989)

Segundo o levantamento da Assessoria Econômica do Semesp – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, baseada no levantamento dos micros dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho) de 20 de março de 2017, 35.612 novas vagas de trabalho com carteira assinada em fevereiro só foram conquistadas em função do aumento de vagas para profissionais com ensino superior.

Em uma pesquisa do Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior – SEMESP divulgado em seu portal constatou que quanto menor o nível de ensino dos candidatos, maior o saldo do desemprego.



Fonte: SEMESP - http://www.semesp.org.br em 20 de março de 2017.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o levantamento da bibliografia, a proposta da continuação dessa da pesquisa é entender nos dias de hoje na localidade de Ribeirão Preto/SP se mesmo com o fomento para o cidadão alcançar e concluir o ensino superior na busca de uma melhor competência, conhecimentos, habilidades e técnicas, ainda uma parcela significativa não consegue ingressar no trabalho da sua área de formação.

O país possui projetos que proporcionam o acesso de alunos e professores à educação superior e ajudam a melhorar a qualidade de ensino das instituições federais, como Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes).

Por meio de fatos externos, como a crise econômica, política e social, responsáveis pelo fracasso da conclusão desse nível de ensino, na qualidade educacional oferecida pelas instituições de ensino superior e também no aparecimento de outros obstáculos. Dessa forma, esse cenário prejudicará a participação do egresso no mercado de trabalho, que refletirá na qualidade do desenvolvimento econômico de uma localidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, a intenção desse artigo foi estabelecer breves reflexões a cerca do cenário educacional superior e sua relação com o egresso, no qual ainda carece de uma efetiva política pública para que ocorra sua inserção no mercado de trabalho.

Doravante, com uma base levantada sobre o estudo da normatização para o ensino superior, as políticas públicas educacionais, a formação do egresso e o mercado de trabalho, avançaremos com o estudo com o intuito de analisar as dificuldades, o tempo, a qualidade educacional que afeta o egresso e o desenvolvimento necessário para uma região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1998). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.
BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da educação Nacional).

BRASIL. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências (PNE). Brasília, DF: 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 09/10/2017.

DELORS,Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Editora Cortez, 7ª edição, 2012.

ENSINO SUPERIOR. Mais de 75% dos concluintes saem da rede privada. Disponível em: http://www.revistaensinosuperior.com.br/mais-de-75-dos-concluintes-saem-da-rede-privada/. Acesso em 10/10/2017

INEP. MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv /content/id/854595. Acesso em: 10/10/2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2 003.

OLIVEIRA, Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs). Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

PAUL, Jean-Jacques. Algumas reflexões sobre as relações entre o ensino superior e o mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt8908.pdf>. Acesso em 08/10/2017.

SEMESP. A importância da educação superior para o mercado de trabalho. Disponível em: www.semesp.org.br/site/noticias/ensino-superior-mercado-de-trabalho. Acesso em 08/10/2017.

SEMESP. Educação superior é a maior responsável pelo aumento de emprego no país. Disponível em: http://www.semesp.org.br/site/imprensa/educacao-superior-e-maior-responsavel-pelo-aumento-de-empregos-no-pais/. Acesso em 11/10/2017.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROMOTORA DA PARTICIPAÇÃO ATIVA DE ALUNOS DE ENSINO MÉDIO EM PROJETO DE ENRIQUECIMENTO E RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM FRANCA-SP

ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A PROMOTER OF THE ACTIVE PARTICIPATION OF MIDDLE SCHOOL STUDENTS IN THE PROJECT OF ENRICHMENT AND ECOLOGICAL RESTORATION IN FRANCA-SP

BORELLI, Pamela Cristina
Pós-UNIFACEF
Especialista em Gestão Ambiental
pamelaborelli@hotmail.com

BERTELLI, Célio
Pós-UNIFACEF
Pós Doutorando Uni-FACEF
bertelliunifacef@hotmail.com

FADEL, Bárbara
Pós-Unifacef
Doutorado em História Social
bafadel@facef.br

Resumo

Percebendo a degradação provocada no planeta, existe a necessidade de racionalizar entre a crença de que a cultura tecnológica será capaz de acabar com a crise ambiental sem mudar nosso padrão de consumo. A educação ambiental vem orientar os novos desafios gerados pela degradação do meio ambiente, compreendendo e respeitando os diferentes atores envolvidos nesse processo. O presente artigo tem abordagem qualitativa de natureza básica, com objetivo explicativo-descritivo, o discurso apresentado se baseia em Lima (2005) Lima (2009) e Dias (1991). Quanto ao procedimento: bibliográfica, documental, participante em campo e visa mostrar o processo de promoção e sensibilização sobre o conhecimento relacionado à educação ambiental, reflorestamento e sustentabilidade, dirigido aos alunos do 3º ano do Ensino Médio em uma Escola Estadual de Franca-SP. Ficou evidente nesse processo de educação ambiental que os jovens quando bem orientados podem aderir seus esforços em prol de objetivos apropriados para a conservação da natureza.

Palavras-chave: educação ambiental, restauração ecológica, Masanobu Fukuoka.

Abstract

Realizing the degradation provoked on the planet, there is a need to rationalize between a belief that technological culture will be able to end an environmental crisis without changing our consumption pattern. The environmental education will guide the new challenges generated by environmental degradation, Understanding and respecting the different actors involved in the process. This article has a qualitative proposal of a basic nature, with explanatory-descriptive purpose, the speech presented is based in Lima (2005) Lima (2009) and Dias (1991). Regarding the procedure: bibliographical, documentary, participant in the field and aims to show the process of promotion and awareness on knowledge related to environmental education, reforestation and sustainability, addressed to the students of the 3rd year of High School in a State School of Franca-SP. It was evident in the process of environmental. education, when it is well-oriented, can join its initiatives towards appropriate objectives for a conservation of nature.

Keywords: environmental education, forest enrichment, Masanobu Fukuoka

1 INTRODUÇÃO

A qualidade de vida humana está relacionada com o nível de preservação da natureza, desse modo, o que se consegue observar é que, com o avanço destrutivo do humano sobre o ambiente, os recursos do meio natural estão sendo deteriorados, e assim por consequência a nossa sobrevivência pode estar ameaçada.

Os estudos voltados para a educação ambiental começaram recentemente, no Brasil foi por volta da década de 70, embora a pressão se deu mais por órgãos internacionais, já que o País vivia um regime autoritário que impedia que o assunto entrasse em pauta efetivamente.

A teórica que cerca a educação ambiental ainda está sendo formada, principalmente devido a grande variedade de discursos e referências. Mas é certo que o papel da educação ambiental é identificar os padrões de comportamento dos atores envolvidos com a dinâmica ambiental, e proporcionar meios conscientes de mudanças em que propicie a preservação e a melhoria da qualidade de vida. Por isso, se fazem necessários estudos que coloquem em prática ações que possam promover o conhecimento e a participação ativa de jovens.

Para tanto, com abordagem qualitativa de natureza básica, com objetivo explicativo-descritivo e quanto ao procedimento bibliográfica-documental, participante em campo, o estudo procurou mostrar o processo de promoção e sensibilização sobre o conhecimento relacionado à educação ambiental, reflorestamento e sustentabilidade, dirigido aos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Suely Machado da Silva da cidade de Franca-SP, convidando-os a participação do processo de enriquecimento florestal de uma área de preservação próxima a Unidade de Ensino. O discurso apresentado se baseou em Lima (2005) Lima (2009) e Dias (1991).

2 HISTÓRICO

Foi junto com a queda abrupta da qualidade de vida ocorrida pela degradação ambiental que o mundo conheceria o livro da jornalista Rachel Carson, que se tornou um clássico para movimentos ligados ao meio ambiente, mostrando com um diálogo simples

as consequências dos danos ambientais, e que provocaria uma enorme inquietação internacional sobre o tema, e que chegou seis anos depois até a ONU, onde a delegação Suécia chamou a atenção da comunidade internacional sobre a crise ambiental, sendo esse o primeiro olhar global para o tema (DIAS, 1991).

Sem uma definição clara dos governos para as causas ambientais, a sociedade civil tomou partido, e em 1965, educadores reunidos na Conferência de Keele, na Grã-Bretanha, acordaram que as questões ambientais deveriam ser consideradas e fazerem parte da educação. E em 1969, foi fundada a Sociedade de Educação Ambiental no país, e se dedicavam ao assunto artistas, políticos e a imprensa européia. No ano seguinte, um clássico da literatura sobre educação ambiental seria publicado "*Um Lugar para Viver*" da sociedade Audubon. Porém, as discussões sobre meio ambiente acabaram concentrando-se no campo de estudo da ecologia, e essa prática seria exportada dos países ricos para os países pobres (DIAS, 1991).

O Clube de Roma, fundado em 1968, publicou um relatório "Os limites do crescimento econômico", que apresentava modelos globais de projeções sobre como seria nosso futuro se não fosse modificado os modelos de desenvolvimento econômico. Nesse relatório, condenava-se a busca incessante do crescimento econômico a qualquer custo em detrimento do meio ambiente, e que a humanidade poderia por conta disso entrar em colapso. Os políticos da época rejeitaram o relatório (DIAS, 1991).

Os resultados das análises desse relatório foram levados a Conferencia de Estocolmo, e dessa reunião surgiu a "Declaração sobre o ambiente humano", que orientava os governos e estabeleceu o Plano de Ação Mundial recomendando que fosse desenvolvido programa internacional de educação ambiental, orientando o cidadão comum para a compreensão dos mecanismos que sustentasse a vida na Terra. Em resposta a Conferência de Estocolmo a UNESCO, promoveu em Belgrado, uma reunião com representante de vários países para formular os princípios e as orientações para um programa internacional de educação ambiental, com a idéia de que deveria integrar as diferenças regionais, voltadas para os interesses nacionais, mas de forma contínua e interdisciplinar, então surgiu "Carta de Belgrado". Nesse documento preconizava a idéia que os recursos naturais do mundo fossem utilizados de forma que beneficiassem a todos, proporcionando aumento na qualidade de vida de forma global (DIAS, 1991).

Como um prolongamento da Conferência de Estocolmo, realizou-se em 1977, em Tbilisi na Georgia (ex-URSS), a primeira Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental, que nos legou premissas básicas, testadas e corroboradas até os dias atuais. Dessa maneira a educação ambiental teria como finalidade promover a integração dos interesses sociais, políticos e ecológicos, permitindo a todas as pessoas compreender os valores, atitudes, para proteger e preservar o meio ambiente, induzindo novas formas de condutas na sociedade. (DIAS, 1991)

Já no Brasil, foi a partir da década de setenta que se começou a estabelecer na educação, cursos de pós-graduação em Ecologia onde foi observado a necessidade de incluir a Educação Ambiental em seus currículos. Desde então foi crescente o número de projetos, pesquisas e propostas teóricas a cerca do campo de estudo e pesquisa da educação ambiental. Aprofundando no contexto histórico da educação ambiental no Brasil, na década de setenta e oitenta, quando foi o início dos estudos da área ambiental no mundo, formados pelo conjunto de vários atores e setores sociais internacionais como: ONU e UNESCO; e nacionais como: sistemas governamentais de meio ambiente federais, estaduais e municipais, ONGs, ambientalistas, instituições científicas, e tinham uma influência homogênea (LIMA, 2009).

A princípio no Brasil, o começo da preocupação ambiental se deu por pressões de organismos internacionais a respeito da revisão de sua constituição para instituir órgãos e

políticas ambientais. Lembrando que na época o Brasil vivia um regime autoritário, instituído pelo Golpe Militar de 1964, e sob esse regime não se permitiu que prosperasse o debate e a crítica ambiental, justamente por influência de um governo de perfil desenvolvimentista, tecnocrático e autoritário, que estabelecia os limites dos avanços ao tema ambiental, que acabou garantindo a educação ambiental na época também esse perfil, embora não em sua total expressão. (LIMA, 2009)

Dessa forma, demorou no Brasil a publicação de leis voltadas especificamente a Educação Ambiental, em Abril de 1999 foi sancionada a lei nº 9.795 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PLANALTO, 2017); em novembro de 2007 a lei nº 12.780 que Institui a Política Estadual de Educação Ambiental do Governo de São Paulo (DOE, 2007), e no Município de Franca a lei complementar nº 09 de novembro de 1996 que Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Franca, SP, onde no capítulo dezenove trata sobre a educação ambiental (PREFEITURA DE FRANCA, 2017).

Lima (2005) interpreta a problemática a cerca da influência do ciclo autoritário e tecnocrático considerando que o discurso conservacionista conquistou a hegemonia da educação ambiental no seu princípio e foi vitoriosa por que entre outras razões, conseguiu abordar as questões ambientais de forma natural, numa perspectiva de neutralidade ideológica, que não priorizava contextos políticos, econômicos e éticos, não exigindo assim mudanças bruscas na sociedade, então, o conservacionismo pôde ser assimilado pacificamente. Outro fato importante da época sobre o processo do desenvolvimento da educação ambiental no Brasil, é que foi a partir do fato dos órgãos de meio ambiente, tomaram para si a iniciativa que começou estudos sobre educação ambiental, e não de órgãos educacionais, o que não deixa de ser ruim, e se não fosse dessa forma, talvez não tivesse iniciado o processo do desenvolvimento ambiental naquele momento.

Outro fato relevante da época, é que sobre regime autoritário, houve a migração de quadros de esquerda política para a militância ambiental, já que os movimentos ecológicos não eram identificados como movimentos políticos, permitindo assim uma forma de atuação dessas militâncias, onde até então, era vedada a participação na política de forma democrática, isso acabou levando o pensamento ambiental a um patamar crítico e social. E durante o fechamento do ciclo autoritário na segunda metade dos anos oitenta e a redemocratização, começou-se o início a uma grande variedade de movimentos sociais inclusive ambientais, criando um ambiente favorável ao diálogo (LIMA, 2005).

Porém para as idéias desenvolvimentistas, principalmente atreladas entre nossas elites, e sobre a orientação política e econômica do pós-guerra, influenciou na forma como a questão ambiental era tratada, já que o pensamento conservacionista representava um obstáculo ao desenvolvimento e a industrialização, que eram visto como uma solução para os problemas sociais do país, em um momento que o Brasil era visto, principalmente entre o final dos anos sessenta e início dos setenta, como o “Milagre Brasileiro”, devido ao crescimento industrial acelerado. Nesse cenário, a ideologia ambiental era vista como um empecilho. Lembrando que na Conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil liderou a resistência dos países periféricos defendendo a idéia do “crescimento a qualquer custo”. Esse fato permitiu a abertura do Brasil a países europeus para instalarem suas indústrias em território brasileiro, dessa maneira a ideologia desenvolvimentista colocava uma compreensão equivocada do meio ambiente, onde a questão ambiental era antagônica as questões sociais. Essa compreensão superficial, que ainda permeia no Brasil, dificultou a aproximação entre entidades sociais e ambientais, e só por volta da metade dos anos oitenta veio se estabelecer o sócio-ambientalismo, diminuindo assim a ênfase das militâncias ambientalistas e a falta de

habilidade em convergir o ambiental e social. (FERREIRA, 1999, VIOLA, 1992, citados por LIMA, 2009). Ainda naquele momento da história, com o amadurecimento dos debates ambiental e político, entendeu-se que as duas áreas não eram prioridades antagônicas, mas complementares, e que o resultado do modelo desenvolvimentista contribuía para a degradação que atingia a sociedade, penalizando a qualidade de vida, principalmente dos mais pobres. Em 1987, difundindo a proposta de desenvolvimento sustentável, foi possível renovar o diálogo sobre preservação e desenvolvimento, conciliando proteção ambiental e crescimento econômico, sobre a nova consciência que compreendia o modelo econômico como responsável pelos problemas ambientais (LIMA, 2005).

No campo teórico a educação ambiental ainda se encontra em construção e de forma diversificada com discursos e referências variadas, concedendo diversas maneiras de interpretar e praticar as ações educativas, em que a educação ambiental, em vários documentos internacionais e nacionais, tem o papel importante de identificar a preocupação da problemática ambiental e a sua degradação, e como os atores sociais a reconhecem e a interpretam como um instrumento que proporciona a melhoria na qualidade de vida com ações que ocasionam mudanças nos padrões nas relações entre o homem e o meio socioambiental (LIMA, 2009). Corroborando o assunto Borelli et. al (2016) diz que trabalhos de promoção a preservação ambiental é de extrema importância para levar os jovens a atuarem na própria realidade concretizando mudanças de comportamento que podem ser significantes ao meio ambiente, pois pode permitir que haja reflexão sobre o destino que estes planejam para si e para as próximas gerações.

Para construir o conhecimento, é necessário que seja oferecido aos jovens meios de promover suas habilidades, e principalmente competências para eles próprios possam edificar os seus conceitos e opiniões. Desse modo, quem apresenta o conteúdo age como articulador da aprendizagem, revelando formas de pensar e agir, e deixando ao próprio educando o discernimento de criar o próprio caminho, pois afinal aprender é para a vida (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO, 2011).

A educação ambiental pode ser mostrada a partir de diferentes abordagens dependendo dos grupos sociais e interesses histórico, social e político. Deve-se compreender e respeitar a diferença de idéias e a complexidade da visão humana sobre o ambiente e o mundo, mas sem que se chegue a um pluralismo simplista (LOUREIRO, 2004 citado por TEIXEIRA et al. 2007). No livro de Reigota (1994) "*Meio Ambiente e Representação Social*", ele discute que não existe consenso ainda sobre o conceito de meio ambiente, e novamente segundo Tozoni-Reis (2007) existem grandes grupos que diferenciam as práticas educativas ambientais cada uma com sua abordagem a respeito da educação ambiental, seriam elas:

> *A educação ambiental como promotora das mudanças de comportamentos ambientalmente inadequados – de fundo disciplinatório e moralista;*
> *A educação ambiental para a sensibilização ambiental – de fundo ingênuo e imobilista;*
> *A educação ambiental centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza – de caráter ativista e imediatista;*
> *A educação ambiental centrada na transmissão de conhecimentos técnico-científicos sobre os processos ambientais que teriam como consequência uma*

> *relação mais adequada com o ambiente – de caráter racionalista e instrumental;*
> *E a educação ambiental como um processo político de apropriação crítica e reflexiva de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos que tem como objetivo a construção de uma sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social – a educação ambiental transformadora e emancipatória.*

Entendendo as diferentes abordagens deve-se ter um aprofunda reflexão sobre os fundamentos teóricos da educação ambiental para se problematizar as tendências e práticas educativas que proporcione a compreensão das contradições a cerca do tema e que aponte mudanças na problemática ambiental. Acordado isso devemos refletir sobre diferentes referenciais teóricos da educação ambiental, salientando a necessidade de sanar as dificuldades ainda encontradas em se realizar trabalhos e pesquisas em educação ambiental, (TEIXEIRA et al. 2007) levando em consideração trabalhos que têm objetivo de contribuir com o debate sobre educação ambiental e o entendimento sobre o meio ambiente e sua preservação, contemplando a diversidade da concepção socioambiental.

Buscar entender e unir a melhor forma de dar significado aos sentidos em circulação nos discursos e a experiência comunicativa dos sujeitos (CARVALHO, 2005, citado por TEIXEIRA et al. 2007) é o caminho a resolução como aprender e refletir sobre o contexto e realidade socioambiental dos atores do tema.

Trabalhar com o foco em conduzir dentro das competências gera possibilidades de variar os conteúdos oferecidos e promover diferentes iniciativas de diferentes fontes de ensino. A escola já não é a única detentora do conhecimento, principalmente com o advento de novas tecnologias (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO, 2011), como por exemplos as Universidades que promovem junto aos seus discentes meios de propagação dos conhecimentos acadêmicos e científicos para a sociedade.

3 METODOLOGIA

Tomando como base trabalhos realizados pela OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) denominada PROBRIG (Protetores da Bacia do Rio Grande, Ibiraci - MG), publicado em artigo de Borelli et. al. (2016), na qual demonstrou resultados satisfatório com alunos de escolas públicas na cidade de Ibiraci-MG, houve a iniciativa de trazer o projeto de reflorestamento, que utiliza o método de bolas de sementes criada pelo japonês Masanobu Fukuoka, até uma Escola Estadual de Franca-SP.

O presente artigo tem abordagem qualitativa de natureza básica, com objetivo explicativo-descritivo. Quanto ao procedimento: bibliográfica, documental, participante em campo (GIL, 2002). O estudo visa mostrar o processo de promoção e sensibilização sobre o conhecimento relacionado à educação ambiental, reflorestamento e sustentabilidade, dirigido aos alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Suely Machado da Silva da cidade de Franca-SP, convidando-os a participação do processo de enriquecimento florestal de uma área de preservação próxima a Unidade de Ensino.

Essa atividade foi oferecida como atividade complementar ao currículo do Estado de São Paulo na qual visa o reforço do ensino-aprendizagem na qual coloca sentido na expressão *"ensinar para a vida"*, onde o foco é a melhor qualidade do ensino, acender o conhecimento adquirido em sala de aula (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2011). Assim como o intuito foi buscar maior interação da comunidade acadêmica com a sociedade,

levando os conhecimentos sobre plantas medicinais do cerrado e a importância da preservação dos recursos hídricos na proteção das nascentes de rios. A atividade teve parceria do Programa de Pós-graduação, Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Regional da Uni-FACEF, e a Macboot.

Durante o processo foi apresentado através de palestra a importância da preservação da biodiversidade, assim como foi mostrado alguns indivíduos florestais e animais da nossa região, para aproximar os alunos da natureza que os circundam. Foram discutidas frases e idéias dos principais pesquisadores dentro da área de preservação e educação ambiental, e a posteriori foi promovida uma dinâmica em grupo sobre respeito e ajuda mútua.

Por fim foram revisados alguns conceitos de ecologia como sucessão ecológica e dinâmica entre os seres vivos, ciclos biogeoquímicos e problemas com o desequilíbrio ecológico. E para encerrar os alunos foram convidados a participarem da confecção de bolas de sementes com o princípio criado por Masanabu Fukuoka sobre o pensamento de como o homem estava utilizando a força da natureza na contra mão, ele desenvolveu métodos de cultivo de alimentos que utilizam a simbiose entre plantas e animais na natureza. Ele proporcionou um novo método de cultivo que não agride a natureza, e esse processo foi adaptado para o reflorestamento de áreas degradadas e o enriquecimento florestal.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A apresentação do estudo ecológico foi satisfatória, levando em consideração que os alunos do 3º do ensino Médio já possuem uma boa bagagem de conhecimento relacionado ao meio ambiente e as dinâmicas ecológicas. As informações relacionadas a discussão dos pesquisadores e a situação atual do ecossistema e a preservação foi bastante produtiva, os alunos se mostraram interessados e abertos ao diálogo, assim como se mostraram bastante solícitos quanto a dinâmica em grupo e a produção das bolas de sementes e a dispersão da mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente nesse processo de educação ambiental que os jovens quando bem orientados podem aderir seus esforços em prol de objetivos apropriados para a conservação da natureza. É necessário a devida capacitação e estímulo levando em consideração a realidade que os circundam e atividades que façam sentido e proporcione real entendimento do trabalho despedido. Nesse caso, a educação ambiental conseguiu atingir seu objetivo, contribuindo para a construção de indivíduos capazes de racionalizar sobre suas próprias atitudes e unir diversas ideologias sobre um foco produtivo em comum.

REFERÊNCIAS

BORELLI, P. C.; BERTELLI, C.; FADEL, B., Práticas Pedagógicas da PROBRIG, Ibiraci-MG, para a Recuperação de Matas Ciliares através do Método de Bolinhas de Semente *“Seed Balls”*. XVII Encontro de Pesquisadores, Perspectivas do Desenvolvimento. Franca-SP, 2016.

DIAS, G. F Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento, Em Aberto, Brasília, v. 10, n. 49, jan./mar. 1991.

DOE, sábado, 1º de dezembro de 2007, seção I, páginas 1 e 3.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa, 4º Ed., São Paulo, Ed. Atlas, 2002.

IPCC, Climate Change 2014, Synthesis Report, Disponível em: <http://unfccc.int/national_reports/annex_i_natcom/compilation_and_synthesis_reports/items/2736.php>. Acesso em: 15 de set. 2015.

IPCC, Disponível em: <http://newsroom.unfccc.int/action-to-adapt/>. Acesso em: 25 de ago. 2015.

LIMA, G. F. C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.

PLANALTO, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm, acesso em 18/07/17.

PREFEITURA DE FRANCA, http://www.franca.sp.gov.br/portal/search.html?searchword=educa%C3%A7%C3%A3o+ambiental, acesso em 18/07/17.

REIGOTA, M. Meio Ambiente e Representação Social, 2010, 98 p., 8º edição, Ed. Cortez.

SÃO PAULO (ESTADO) SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. Currículo do Estado de São Paulo: Ciências da Natureza e suas tecnologias. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Luis Carlos de Menezes. – 1. ed. atual. – São Paulo: SE, 2011.152 p.

TEIXEIRA, L. A. et. al. Referenciais teóricos da pesquisa em educação ambiental em trabalhos acadêmicos. EPEA - Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental e o ENPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. 2007

TOZONI-REIS, M. F. de C. Algumas publicações e pesquisas sobre educação ambiental, Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 77, p. 135-140, jan./abr. 2009, Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.Acesso em: 15 de ago. 2015.

DESENVOLVIMENTOS HUMANO E SOCIAL: INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE COMO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS IMPRESCINDÍVEIS

HUMAN AND SOCIAL DEVELOPMENTS: INTERDISCIPLINARITY AND TRANSDISCIPLINARITY AS INDISPENSABLE EDUCATIONAL PRACTICES

FRANÇA, Flávia Haddad
Professora, Mestra
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
flaviahdd@gmail.com e-mail

OLIVEIRA, Sheila F. P. e
Professora, Doutora, Pró-reitora Acadêmica
Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
sheilafacef@gmail.com

Resumo

O ciclo da vida é sistêmico e dinâmico. Sistêmico porque apresenta uma sequência lógica evolutiva; dinâmico, porque interage com instituições, como família, escola, grupos sociais, profissionais, religiosos e ambientais que apresentam características próprias. Essa trajetória, em busca do desenvolvimento humano, inicia-se no útero materno e perpassa por vários estágios de crescimento e adaptações que, muitas vezes, geram desequilíbrios e rupturas, mas que impulsionam a novas conquistas na promoção pessoal. Do berço ao acesso à escola, os educadores são os pais. Seu grau de cultura e conhecimento e suas condições sociais e econômicas determinam a qualidade da orientação à criança. É missão da escola formar cidadãos críticos, éticos e autônomos. Portanto, ela deve oferecer propostas pedagógicas que estimulem uma visão global de mundo. Este artigo objetiva refletir sobre a trajetória evolutiva do indivíduo, que é norteada por saltos e rupturas, continuidades e descontinuidades, e a parceria família-escola se torna fundamental no processo. Vale destacar a relevância de propostas pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares que abrirão os horizontes para que educadores e educandos construam, com liberdade, o conhecimento, e, assim, ajam como indivíduos autônomos e atinjam os desenvolvimentos humano e social. Este artigo está fundamentado em trabalhos científicos de autores como França (2017), Sifuentes et al (2007), Dessen e Polonia (2007), Coimbra (2000), Garrutti eSantos(2004), entre outros. Trata-se de pesquisa bibliográfica, que faz a coletânea de teorias e estudos, por meio de reflexões que se articulam com a temática e possibilitam vislumbrar efeitos nos âmbitos do desenvolvimento, de forma geral.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Família, Escola.

Abstract

The life cycle is systemic and dynamic. Systemic because it presents an evolutionary logical sequence; dynamic, because it interacts with institutions such as family, school, social, professional, religious and environmental groups that have their own characteristics. This trajectory, in search of human development, begins in the maternal womb and goes through various stages of growth and adaptation, which often generate imbalances and ruptures, but which impel new conquests in personal promotion. From the cradle to the access to the school, the educators are the parents. Their degree of culture and knowledge and their social and economic conditions determine the quality of orientation to the child. It is the school's mission to form critical, ethical, and autonomous citizens. Therefore, it must offer pedagogical proposals that stimulate a global vision of the world. This article aims to reflect on the evolutionary trajectory of the individual, which is guided by jumps and ruptures, continuities and discontinuities, and family-school partnership becomes fundamental in the process. It is worth highlighting the relevance of interdisciplinary and transdisciplinary pedagogical proposals that will open the horizons for educators and learners to construct, with freedom, knowledge, and thus act as autonomous individuals and achieve human and social developments. This article is based on scientific works by authors such as França (2017), Sifuentes et al (2007), Dessen and Polonia (2007), Coimbra (2000), Garrutti and Santos (2004), among others. It is a bibliographical research, which compiles theories and studies, through reflections that are articulated with the theme and make it possible to glimpse effects in the development spheres in general.

Keywords: Human Development, Family, School.

1 INTRODUÇÃO

A gestação é o início do processo de formação e evolução do ser humano. As primeiras manifestações de vida ocorrem no útero materno, numa sintonia constante entre as mensagens genéticas, concretizadas no momento da concepção, e o cordão umbilical, que é o elo de comunicação entre a mãe e o novo indivíduo que se forma. Em geral, são nove meses destinados à formação e ao desenvolvimento desse organismo que já carrega, consigo, características individuais obtidas a partir do código genético de seus pais. Essas características serão lapidadas, primeiramente, no convívio familiar.

À medida que esse indivíduo interage com um novo ambiente, instintivamente busca o equilíbrio entre suas pré-disposições genéticas e o contexto sociocultural que ora se apresenta. Inicia-se aí o processo de desenvolvimento humano. É um processo lento, que perpassa por estágios de continuidade e descontinuidade, produzindo reações diversas nesse indivíduo, diante de novas manifestações de condutas coletivas, que provocam alterações no percurso.

Pretende-se, neste artigo, refletir sobre essa trajetória de busca pelo desenvolvimento humano, busca esta que não é linear, mas se apresenta em estágios muitas vezes acometidos por desequilíbrios, saltos e rupturas, onde família e escola são chamadas a mediar o processo.

À escola cabe a responsabilidade pela formação de cidadãos críticos, éticos e responsáveis pelo equilíbrio do planeta; deve, portanto, propor um projeto pedagógico em que o ensino-aprendizagem aconteça de forma harmoniosa, entre educando e educadores, não fazendo prevalecer a hierarquia do professor como dono do saber e nem

a alienação dos alunos. A Interdisciplinaridade e a Transdisciplinaridade são apresentadas como práticas pedagógicas indispensáveis à formação desses indivíduos.

Somente as discussões, os debates e olhares mais abrangentes, em perspectivas interdisciplinares, nas escolas, possibilitarão aos indivíduos despertarem para um contexto mais sustentável que vise aos desenvolvimentos humano e social. Agindo assim, a escola certamente cumprirá a sua primordial função, que é a de propiciar, aos estudantes, a oportunidade de serem agentes autônomos e responsáveis pelos seus fazeres na vida social.

A pesquisa bibliográfica em busca de suporte científico para o presente artigo encontrou teorias, estudos e reflexões que se articulam com a temática. Os autores demonstram, a partir de observações e experiências, que as práticas interdisciplinares e transdisciplinares apresentam-se como alternativas eficientes no processo ensino-aprendizagem e possibilitam vislumbrar efeitos nos âmbitos do desenvolvimento, de forma geral.

2 ALGUMAS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

Para Sen[9] (2000, p. 35), "o *desenvolvimento* consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agentes". O autor critica o papel do desenvolvimento relacionado unicamente à renda, à industrialização, ao avanço tecnológico ou ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Ressalta, ainda, que "a expansão das liberdades (política e social) é o fim último do desenvolvimento, e a democracia é o caminho" (2000, p. 35).

Afirma Zambam[10] (2012, p. 66) que "a condição de agente é uma dimensão essencial e decisiva para a realização pessoal, o fortalecimento das potencialidades humanas e o desenvolvimento da sociedade".

Nesse sentido, o desenvolvimento tem o foco no indivíduo, o qual promove transformações na sociedade:

> A expansão das liberdades é um critério fundamental para que a pessoa desenvolva a sua condição de agente, pois engloba as diversas relações e perspectivas que integram a existência humana. Na condição de agente, a pessoa não apenas amplia as suas capacidades ou contribui com o processo de desenvolvimento social, mas também age de maneira autônoma. A autonomia é fundamental para a identidade individual de uma pessoa, para a definição do seu papel e sua importância no conjunto da sociedade, inclusive para influenciar no processo de mudança, de organização e de desenvolvimento social (ZAMBAM, 2012, p. 67).

Lewis[11] (2016, online) considera que o crescimento econômico pode modificar a sociedade, mas, segundo o economista, há a necessidade de uma mudança no

[9] SEN, Amartya (3/11/1933). Escritor e economista indiano. Foi laureado com o Prémio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1998, por suas contribuições à teoria da decisão social. **Fonte:**<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Resumo-Da-Biografia-De-Amartya-Sen/585330.html>

[10] ZAMBAM, Neuro José. Doutor em Filosofia. Professor da Faculdade Meridional (IMED) de Passo Fundo. Membro do Grupo de Trabalho, Ética e Cidadania da Associação Nacional de Pesquisadores em Filosofia (ANPOF). Pesquisador e Coordenador do Grupo de Pesquisa "Multiculturalismo, Minorias e Espaço Público". **Fonte:** <http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/viewFile/P.0034-7191.2013v106p215/217>

comportamento social, para que o crescimento ocorra. Portanto, algo mais profundo está implícito em sua análise, o próprio desenvolvimento e o que ele seria. Uma mudança real de atitude no trabalho, na criação dos filhos, nos projetos inovadores e em outras tantas atividades humanas, poderá expandir horizontes e promover um desenvolvimento verdadeiro.

As mudanças tecnológicas e de divisão do trabalho, que ocorrem com o aumento da produtividade, conforme relata Pereira[12] (2008), são acompanhadas por mudanças nos planos das instituições, da cultura e das próprias estruturas básicas da sociedade. Para o economista, o *desenvolvimento econômico* deve ser acompanhado de uma distribuição de renda mais justa e menos desigual; de mais liberdade política e uma participação realmente efetiva na proteção do meio ambiente. O autor aponta para o fato de que as quatro formas de desenvolvimento: econômico, social, político e ambiental tendem a se correlacionar por sua interligação estrutural, e, também, porque correspondem a objetivos políticos; porém, adverte que elas se apresentam mais desordenadas do que sincronizadas.

> O desenvolvimento econômico implica melhoria dos padrões médios de vida da população, seja porque o aumento da renda acaba beneficiando também os mais pobres, seja porque, nas democracias, essa é uma forma de legitimação do sistema político, mas daí não se pode deduzir que o desenvolvimento vise em termos práticos à constituição de uma sociedade mais igualitária. [...] Os muito pobres e destituídos poderão, por longo tempo, em nada se beneficiar do desenvolvimento; mesmo os trabalhadores semiqualificados poderão também ser excluídos dos frutos do desenvolvimento enquanto houver oferta abundante de mão-de-obra rebaixando os salários. O desenvolvimento econômico poderá, portanto, ser extraordinariamente injusto. Por isso, do ponto de vista ético, o desenvolvimento não pode ser entendido como único objetivo político (PEREIRA, 2006, p. 210).

O crescimento econômico não é condição suficiente para uma melhora na qualidade de vida e fortalecimento das liberdades dos indivíduos, assegura Sen (2000). Lembra que políticas sociais aplicadas em países como Coréia do Sul, Taiwan, Srilanka, China e Querala, no sul da Índia, elevaram a expectativa de vida desses povos, sem que a economia tivesse crescido.

Em Furtado[13] (apud PEREIRA, 2008, p. 4), lê-se que "o crescimento econômico vem se fundando na preservação de privilégio das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza por seu projeto social adjacente". *Desenvolvimento* envolve direito à cidadania, ou seja, ordem e segurança, autonomia nacional, garantia dos direitos civis, liberdade na escolha de seus governantes, direito ao trabalho, justiça social e proteção ao meio ambiente.

Em setembro de 2000, aconteceu, em Nova York, a *Cúpula do Milênio*, evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que contou com a participação de Chefes de Estado e Governantes de 191 países, com a finalidade de debater sobre os

---

[11] LEWS, Arthur (1934-1991). Economista britânico. Foi laureado com o Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel de 1979, tornando-se o primeiro negro a ganhar um Prêmio Nobel em uma categoria diferente da paz. **Fonte:** https://pt.wikipedia.org/wiki/William_Arthur_Lewis.

[12] PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (30/06/1934). Brasileiro, economista, cientista político, administrador de empresas, advogado. Foi ministro da Fazenda do Brasil, de 29 de abril de 1987 a 21 de dezembro do mesmo ano, durante o governo José Sarney. **Fonte:** https://pt.wikipedia.org/wiki/Bresser_Pereira

[13] **FURTADO, Celso Monteiro** (1920- 2004). Brasileiro, economista e pensador. Foi Ministro do Planejamento no governo João Goulart e Ministro da Cultura no Governo José Sarney. Foi superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada no governo de Juscelino Kubitschek. **Fonte:** <https://www.ebiografia.com/celso_furtado/>

problemas que afetariam o mundo no novo século. Nesse encontro, foi assinada a *Declaração do Milênio,* quando foram estabelecidos os *Objetivos de Desenvolvimento do Século XXI*. Os Estados se comprometeram a colocar em prática ações para que esses objetivos fossem alcançados até o ano 2015. Foram assim constituídos:

1) Erradicar a Pobreza
2) Universalizar o Ensino Básico
3) Melhorar a saúde das gestantes
4) Combater a mortalidade infantil
5) Buscar a igualdade entre os sexos
6) Combater as doenças evitáveis e transmissíveis
7) Respeitar o Meio Ambiente
8) Direito ao Trabalho

Ou seja, é primordial o olhar direcionado às questões humanas e sociais. Somente com esforço conjunto dos membros da sociedade, será possível encontrar um caminho para a diminuição das desigualdades e a valorização das liberdades individuais, na promoção da prática econômica e política, e da universalização das trocas, que caracteriza o atual modelo de desenvolvimento – a globalização.

3 CONCEPÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO HUMANO, UM OLHAR VOLTADO PARA A INDIVIDUALIDADE NO CONTEXTO SOCIAL

Sifuentes et al (2007, p. 379) referem o desenvolvimento humano como um processo de construção contínua que se estende ao longo da vida dos indivíduos, fruto de uma organização complexa e hierarquizada que envolve desde os componentes intraorgânicos até as relações sociais.

Para essas autoras, “o desenvolvimento individual decorre das relações que cada um estabelece com os contextos ambientais, e a partir de suas pré-disposições genéticas”. A conduta humana torna-se a mediadora da interligação entre as atividades intra e extra organismo.

Apontam que, ao nascer, o indivíduo inicia uma trajetória probabilística; ele cresce, na busca de coerência entre suas pré-disposições genéticas e os padrões socioculturais estabelecidos. É ele o agente principal de seu próprio desenvolvimento, capaz de apresentar comportamentos inéditos ao seu padrão e criar novos padrões na relação com os outros e consigo mesmo. Trata-se de um processo não linear, subdividido em estágios; e muitas vezes a transição é caótica, pela complexidade deles, alguns imprevisíveis ou incontroláveis. É um ciclo dinâmico, que envolve caos e estabilidade, em um processo contínuo que só se finda com a morte.

Sobre a compreensão do desenvolvimento na perspectiva do curso de vida, segundo Sifuentes et al (2007, p. 381), é preciso considerarem-se os componentes que atuam na construção de trajetórias e as forças que determinam as relações entre eles. Citam, entre esses componentes, as células, o organismo e o ambiente. E, entre as forças que atuam na interação entre esses componentes, destacam-se a coação, a experiência, as trajetórias de desenvolvimento e a relação continuidade-descontinuidade nas transições comportamentais. Elementos que transitam entre a complementaridade e a contraposição, gerando relações de forças multidirecionais, que guiam o indivíduo ao longo do seu desenvolvimento.

> As relações que tais forças estabelecem estão intrinsecamente ligadas a todo o processo de desenvolvimento, determinando a trajetória de vida do indivíduo, por meio de padrões de continuidades e mudanças. Por isso, o estudo do desenvolvimento requer que consideremos sua estrutura, temporalidade e

> processos de mudança que acontecem mediante as relações entre as forças de coação (GOTLIEB, 2003 apud SIFUENTES ET AL, 2007, p. 381).

A trajetória, segundo Sifuentes et al (2007), "diz respeito à sequência de eventos que acontecem no decorrer do desenvolvimento, bem como à forma como as experiências se organizam, desde o nascimento até a morte". Apontam que ela é direcionada de acordo com as interações que o indivíduo estabelece nos contextos socioculturais onde realiza as atividades (HINDE, 1992 apud SIFUENTES ET AL, 2007, p. 382), e se define a partir da relação complementar entre continuidade e descontinuidade.

Para Keller (1991 apud SIFUENTES ET AL, 2007, p. 382), "as continuidades e as descontinuidades evidenciam que os processos do desenvolvimento implicam efeitos duradouros e repentinos, que podem gerar saltos qualitativos". E, ainda, na compreensão das autoras, "tais saltos se referem à descontinuidade quando produzem uma mudança súbita no desenvolvimento, gerando um novo padrão que é reconhecido como qualitativamente superior ao anterior".

Gariépy, 1996; Keller, 1991 (apud SIFUENTES ET AL, 2007) atestam que a noção de descontinuidade associa-se à de plasticidade, "que enfatiza a capacidade do indivíduo em gerar mudanças no curso de seu desenvolvimento, a partir das forças de coação". Mudanças que, segundo os autores, são frutos dos efeitos cumulativos das interações entre o indivíduo, seus processos intraorgânicos e o contexto.

Ainda em Sifuentes et al (2007), depreende-se que, à medida que as mudanças acontecem e, com elas as descontinuidades, o organismo se reorganiza para promover um novo padrão de estabilidade. Quando se atinge esse padrão, ocorre nova descontinuidade, que pode ser inesperada ou parte do processo de transição. Estágio-transição, estabilidade-mudança são relações que caracterizam o desenvolvimento humano. Ou seja, o indivíduo se desenvolve de forma gradual e contínua, passando por rupturas de padrões e saltos qualitativos que o conduzem a novo estágio de desenvolvimento (descontinuidade).

Concluem que as diferenças culturais evidenciam a plasticidade e a complexidade do desenvolvimento humano. Que, nas interações com o outro, o ser humano se recria constantemente. E, assim, nesse movimento individual ou em grupo, fomenta diferentes valores, sentimentos e possibilidades de desenvolvimento. E, abrem a questão sobre as diferenças entre as pessoas e as culturas, sendo que todos pertencem à mesma matriz genética humana. Propõem a plasticidade como resposta alternativa, que, a cada instante, cria novas possibilidades para vir a ser.

4 FAMÍLIA E ESCOLA

Dessen e Polonia (2007), em artigo sobre a importância da família e da escola no desenvolvimento humano, apontam que a família, como primeira mediadora entre o homem e a cultura, "constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social". Matriz da aprendizagem humana, com práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. Demonstram as autoras que os acontecimentos e as experiências familiares propiciam a formação de repertórios comportamentais, com significados universais (cuidados com a infância) e particulares (percepção da escola para uma determinada família).

> Essas vivências integram a experiência coletiva e individual que organiza, interfere e a torna uma unidade dinâmica, estruturando as formas de subjetivação e

> interação social. E é por meio das interações familiares que se concretizam as transformações nas sociedades que, por sua vez, influenciarão as relações familiares futuras, caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes ambientes que compõem os sistemas sociais, dentre eles a escola, constituem fator preponderante para o desenvolvimento da pessoa (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22).

São duas instituições fundamentais no processo evolutivo da pessoa, que podem estimular ou inibir seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

Para Kreppner (1992 apud DESSEN e POLONIA, 2007), “o que ocorre na família e na sociedade é sintetizado, elaborado e modificado provocando a evolução e atualização dela e de sua história na sociedade”. Conforme discorrem as autoras, a família também é a responsável pela transmissão de valores culturais de uma geração para outra, o que possibilita o compartilhamento de regras, valores, sonhos, perspectivas e padrões de relacionamentos.

4.1 A escola e sua função social

Segundo Dessen e Polonia (2007), a escola, como um microssistema da sociedade, não apenas reflete as transformações atuais como também tem que lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado. Citam como uma de suas tarefas mais importantes, a preparação dos alunos, dos professores e dos pais, para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais.

> A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de idéias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras (OLIVEIRA, 2000 apud DESSEN E POLONIA, 2007, p. 26).

A família e a escola, ainda conforme Dessen e Polonia (2007, p. 29), constituem os dois principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas. Apontam para a importância de políticas que assegurem a aproximação entre os dois contextos, respeitando suas peculiaridades e similaridades, especialmente nos quesitos desenvolvimento e aprendizagem, não só em relação ao aluno, mas também a todas as pessoas envolvidas.

Segundo Coimbra (2000), sintetizar as formas de ser e fazer, tanto no campo acadêmico quanto no campo do saber em geral, requer uma revisão ou mudança de paradigmas do conhecimento e dos estilos de civilização. Para o autor, “situa-se aí a importância indiscutível da interdisciplinaridade que, longe de restringir-se a simples metodologia de ensino e aprendizagem, é também uma das molas propulsoras na reformulação do saber, do ser e do fazer” (COIMBRA, 2000, p. 53).

5 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE

Alves (2008, p. 100 apud FRANÇA, 2017, p. 46) situa “a interdisciplinaridade como uma ‘nova’ atitude frente ao conhecimento, na busca do sentido do saber, procurando superar a insatisfação que a fragmentação cria”.

Conforme reflete Jacobi (2005, p. 246), o momento atual é o de consolidar práticas pedagógicas que estimulem a interdisciplinaridade, na sua diversidade.

Se ela combina várias áreas de conhecimento, pressupõe-se o desenvolvimento de metodologias interativas, com enfoque abrangente, para uma nova articulação das conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas.

Porém, para o autor, não é suficiente reunir diferentes disciplinas para o exercício interdisciplinar; ele propõe que haja trocas sistemáticas e o confronto de saberes disciplinares que incluam não apenas uma problemática entre as diversas ciências naturais e sociais. É necessária uma ação orgânica das diversas disciplinas, que supere a visão multidisciplinar.

O interdisciplinar, segundo Coimbra (2000), "consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado". Para o autor, é essencial, na interdisciplinaridade, "que a ciência e o cientista continuem a ser o que são, porém intercambiando hipóteses, elaborações e conclusões". O essencial é a produção de ações comuns, mantendo-se o que é próprio a cada participante.

> [...] a prática da interdisciplinaridade estabelece o papel de processo contínuo e interminável na formação do conhecimento, permitindo o diálogo entre conhecimentos dispersos, entendendo-os de uma forma mais abrangente. (FAZENDA, 1992, p. 45 apud GARRUTTI E SANTOS, 2004, p. 190).

Quanto à transdisciplinaridade, Moraes (2010, apud FRANÇA, 2017, p. 47) conceitua que se trata de "um princípio que requer que o pensamento vá além dos aspectos cognitivos baseados no desenvolvimento de competências e habilidades, para que o processo possa verdadeiramente ecoar na subjetividade humana".

> Transdisciplinaridade, como princípio epistemológico, implica atitude de abertura para com a vida e todos os seus processos, atitude que ajuda a superar as barreiras disciplinares na tentativa de compreender melhor o que está além dos limites e das fronteiras estabelecidas (MORAES, 2010, p. 1).

Coimbra (2000) refere que o transdisciplinar representa um passo além da interdisciplinaridade no tratamento teórico de um tema ou objeto. Para o autor, "seria como um salto de qualidade, uma auto superação científica, técnica e humanística capaz de incorporar à própria formação, em grau elevado, quantitativa e qualitativamente, conhecimentos e saber diferenciados". Porém, alerta que deve ser um processo ordenado, que resulte numa síntese harmoniosa, abrangente e multifacetada.

> A escola possui a função de integrar o educando à sociedade, auxiliando-o na construção da identidade pessoal, em detrimento de ser mecanismo de alienação. O relacionamento flexível com a comunidade favorece a compreensão de fatores sociais e culturais que se expressam na escola. Nesse sentido, a escola deve abordar, fundamentalmente, questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se confrontam cotidianamente. As problemáticas sociais como: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e sexualidade, são conteúdos essenciais nas diversas disciplinas, independentes da área da disciplina. Considerando o acima exposto, a interdisciplinaridade tem se transformado em uma idéia central para a resolução de diversos problemas, tendo em vista que o ensino interdisciplinar "nasce de uma 'Nova Pedagogia', cuja tônica primeira seria a superação do monólogo e a instauração de uma nova dialógica" (FAZENDA, 1992, p. 52 apud GARRUTTI E SANTOS, 2004, p. 191).

O educador, enquanto componente do processo ensino-aprendizagem, conforme discorrem Garrutti e Santos (2004), deve buscar soluções para os problemas com os

quais se depara e se propor a concretizá-las. Para as autoras, a busca de novos caminhos inicia-se do compromisso assumido com a inovação, relevando-se que, constantemente, se busque a totalidade nas ações pedagógicas.

Paulo Freire (1996 apud GARRUTTI E SANTOS, 2004, p. 192), teoriza que "é dever da escola não só respeitar os saberes do educando, mas, fazer com que direcionem o processo de ensino-aprendizagem". O educador deve trabalhar com a própria realidade dos educandos, desenvolvendo um projeto que englobe a participação dos alunos de forma ativa.

Citam, ainda (p. 194), Fazenda e suas reflexões sobre o processo interdisciplinar, em que não se ensina, nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se... "Todo o indivíduo engajado nesse processo será não o aprendiz, mas, na medida em que familiarizar-se com as técnicas e quesitos básicos o criador de novas estruturas, novos conteúdos, novos métodos, será o motor de transformação." (FAZENDA, 1992, p. 56)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inovações tecnológicas e a globalização, iniciadas na segunda metade do século passado, desencadearam alterações significativas nas relações inter e intrapessoais, no século XXI. As famílias não apresentam mais o comportamento que se praticava até então, fincado em tradições hierárquicas, patriarcais, em que o homem, provedor do grupo, responsabilizava-se pela garantia econômico-financeira, por estabelecer as regras de conduta familiar, e não se envolvia com questões domésticas nem com a dinâmica diária dos filhos. Hoje, pais e mães dividem as tarefas, em geral, e os direitos e deveres são equivalentes.

Esse processo evolutivo trouxe vantagens e desvantagens. Agora, as funções são, ou deveriam ser, compartilhadas. O que se vê é que, muitas vezes, essa divisão não é transparente, os afazeres do cotidiano manifestam, nos cônjuges, a expectativa de que se um não fez a sua parte, logo o outro fará. Não é o que acontece, as responsabilidades do trabalho, a busca do *ter* em detrimento do *ser*, numa sociedade capitalista, acaba por deteriorar as relações familiares; os recursos tecnológicos estão inseridos nos diálogos, no lazer, no convívio diário. Cada membro tem o seu espaço individual, as relações sociais, geralmente são compartilhadas nos aplicativos digitais. O contato humano deixou de ser, em sua maioria, de olho no olho. Esse vazio afetivo, ocasionado pela globalização e o consumo exacerbado, transferiu para as escolas a missão de, não só educar, mas também formar cidadãos autônomos e responsáveis. Os resultados desta dinâmica não são satisfatórios, o que se observa é um grande índice de crianças e jovens sem objetivos, solitários, muitas vezes agressivos e sem parâmetro nas relações de consumo.

Este artigo traz uma síntese de pensamentos de vários autores e pesquisadores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento em todas as suas perspectivas, na busca do desenvolvimento humano e sustentável, e acreditam, assim como as autoras deste estudo, que família e escola serão, sempre, os alicerces dessa pirâmide de evolução da vida que se renova no momento em que o ciclo se repete e novos seres se formam.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. 2000. Interdisciplinaridade em ciências ambientais. Parte II Marcos conceituais. Cap. 3 (Considerações sobre a Interdisciplinaridade).Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/us000001.pdf> Acesso em: 08/10/2017.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. 2007. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Universidade de Brasília – DF. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003> Acesso em: 04/10/2017.

FRANÇA, Flávia Haddad. 2017. O ensino da matemática aplicada na construção do conhecimento em tempos atuais: um olhar sobre o mundo sustentável e os desenvolvimentos humano e social. Franca – SP: Uni- FACEF, 2017. 101p.; il.

GARRUTTI, Érica Aparecida; SANTOS, Simone Regina dos. 2004. A interdisciplinaridade como forma de superar a fragmentação do conhecimento. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/92/93> Acesso em: 08/10/2017.

JACOBI, Pedro. 2005. Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://web2.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/iii_01.html>Acesso em: 06/10/2017.

LEFF, Enrique. 2005. Interdisciplinaridade em ciências ambientais. Parte II Marcos conceituais. Cap. 2 (Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental).Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/us000001.pdf> Acesso em: 08/10/2017.

SIFUENTES, Thirza Reis; DESSEN Maria Auxiliadora; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. 2007. Desenvolvimento humano: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. Universidade de Brasília – DF. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000400003> Acesso em: 04/10/2017.

GÊNERO E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO: AS SENHORAS DO MAGISTÉRIO – RECATADAS, RELIGIOSAS, ESPOSAS E MÃES

MOZETTI, Rita Marta

Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

rmozetti@yahoo.com.br

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo

Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF

danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

Jeito de professora, feminização do magistério, o curso de espera marido, a moça recatada futura professora. Mulheres portadoras de cérebros pouco desenvolvidos não deveriam cuidar da educação das crianças. Expressões como estas são trazidas neste trabalho que tem como objetivo conhecer como foi a entrada da mulher nas Escolas Normais de formação de professoras em meados dos séculos XIX e XX. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir das obras organizadas por Mary Del Priore (2017) e Carla Bassanezi Pinsky (2016). As obras trazem diversos colaboradores com artigos voltados para a educação da mulher. Espera-se que o trabalho auxilie futuros profissionais da educação na formação de sua identidade docente e compreenda a luta da mulher ao longo dos anos no magistério. O presente artigo se inicia com um breve histórico sobre a educação da mulher e percorre a história ao longo do tempo e questões sobre como o magistério se tornou uma profissão de mulher, a relação desta mulher com o trabalho e como era vista pela sociedade a normalista, futura professora.

Palavras-chave: Gênero, Magistério, Mulher.

Abstract

Way of teacher, feminization of teaching, the course of waiting husband, the demure girl future teacher. Women with undeveloped brains should not take care of the education of children. Expressions like these are brought in this work that has as objective to know how was the entrance of the woman in the Normal Schools of teacher training in

the middle of the XIX and XX centuries. A bibliographical research was carried out from the works organized by Mary Del Priore (2017) and Carla Bassanezi Pinsky (2016). The works bring several collaborators with articles focused on the education of women. It is hoped that the work will help future education professionals in the formation of their teaching identity and understand the struggle of women over the years in the teaching profession. The present article begins with a brief history about the education of women and goes through history over time and questions about how teaching became a woman's profession, the relation of this woman to work and how society was viewed by the normalist future teacher.

Keywords: Gender, Magisterium, Woman.

1 INTRODUÇÃO

Melhorias na educação e na escolarização em geral ajudaram a abrir as portas da modernidade para homens e mulheres. No século XIX, a educação no Brasil permaneceu bastante limitada àqueles que tinham acesso a seus benefícios por conta do “berço” ou da posição social. De acordo com o primeiro censo nacional de 1872, somente 19,8% da população masculina e 11,5% da população feminina sabia ler e escrever. Mesmo na elite, muito menos mulheres que homens haviam recebido alguma escolaridade, e esta era basicamente projetada para aumentar o valor da moça no mercado matrimonial.

A escolaridade formal para meninas foi sendo aos poucos adicionada à idéia mais antiga de que deveriam receber uma educação para o cumprimento das funções domésticas, embora não se tratasse ainda de uma escolarização idêntica à dos meninos.

Mesmo que as senhoras ricas pudessem cuidar de suas filhas durante sua breve adolescência, a educação dos filhos em termos gerais era supervisionada e controlada pelo pai. A educação para mulheres de classe alta era centrada na preparação para que se tornassem esposa e mãe. Eram vistas como guardiãs do lar e mantenedoras da base moral da sociedade. Alguma educação poderia auxiliá-las a serem melhores mães, e melhores companheiras para seus maridos, mas as mulheres pertenciam ao lar, pois tinham o dever de direcionar o desenvolvimento moral de seus filhos e fornecer bons cidadãos à nação.

Enquanto os homens de classe alta podiam ler a respeito de política ou filosofia, as mulheres, exerciam seu intelecto “mais fraco” na leitura menos exigente da literatura religiosa e moralista.

As professoras deveriam ser pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias confiavam, seus filhos e filhas. A tarefa destes mestres, não eram as mesmas. Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, eram ensinamentos para ambos os sexos; mas algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. O magistério passou então a ser profissão de mulher. Os homens foram abandonando as salas de aula. Esse movimento daria origem a uma feminização do magistério.

O trabalho da mulher deveria ser algo que não a impedia de ser esposa e mãe, pois estas deveriam ser prioridades, e trabalho era algo provisório e de apenas um turno do dia, assim os salários eram bem mais baixos e o outro turno do dia dedicado à família e aos afazeres domésticos.

As Escolas Normais estavam sendo frequentadas por moças que deveriam ser recatadas, religiosas e de bons comportamentos, caso contrário o trabalho era colocado em risco. O magistério primário já era o lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender. Mesmo que as normalistas não fossem professoras, o curso era valorizado, visto como um curso de espera marido.

Observa-se que era importante associar que o magistério fosse representado por uma atividade de amor, de entrega e doação. O processo de feminização do magistério também podia ser compreendido mais como um sacerdócio do que uma profissão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO FEMININA

O discurso sobre a importância da educação na modernização do país era decorrente. As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus literários. No século XX, o Brasil, as cidades e povoados e nas zonas rurais, grande parte da população continuava analfabeta. No ano de 1827, estabelecia-se as “escolas de primeiras letras”, as chamadas “pedagogias”, em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império (LOURO, 2017, p. 444).

Louro (2017) indaga sobre a real importância para a época o saber ler, escrever e realizar as quatro operações. Época em que os coronéis silenciavam mulheres e crianças; onde os arranjos sociais se faziam, na maior parte do tempo por acordos tácitos ou pela palavra empenhada. Haviam escolas para meninos e meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas; escolas mantidas por leigos; professores para classe de meninos e professoras para a classe das meninas.

Para a autora, quando os deputados regulamentaram com a primeira lei de instrução pública o ensino das “pedagogias”, o único nível em que as meninas teriam acesso. Afirmavam que seriam nomeadas mestras dos estabelecimentos “aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar”. A autora ressalta ainda que, embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro, que só seria usufruído pelos professores.

As meninas das camadas populares estavam desde muito cedo, envolvidas em tarefas domésticas, no trabalho da roça, nos cuidados dos irmãos, e essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas. Para Louro (2017), as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professores particulares, ou em escolas religiosas.

As mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, a ênfase deveria cair sobre a formação moral, a constituição do caráter. De acordo com Louro (2017), para muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou

conhecimentos, já que seu destino primordial era ser mãe e esposa, e exigia-se acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisava ser em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro.

> As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas (Primeira lei de instrução pública do Brasil, 1827).

Para Louro (2017), as últimas décadas do século XIX, apontam, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania. As mulheres também precisavam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado das perturbações do mundo exterior.

Louro (2017), ressalta que a mulher tinha que ser mãe, esposa, amiga, companheira do homem, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente e conselheira natural do seu marido, guia de sua prole, dona e reguladora da economia de sua casa e outros deveres.

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, a chave principal de qualquer projeto educativo, a referência para a sociedade brasileira da época, era o catolicismo. O ensino para a mulher estava ligado a função materna. Na virada do século IXI novas disciplinas vieram integrar o currículo dos cursos femininos: a psicologia e a economia doméstica.

2.2 O TRABALHO E A MULHER

A atividade docente, no Brasil, foi iniciada por homens, por religiosos, os jesuítas, no período entre 1549 e 1759. Posteriormente, foram homens que se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas aulas régias, quanto como professores que se estabeleciam por conta própria.

Louro (2017) ressalta que em meados do século IXI, algumas medidas foram tomadas para reverter o abandono da educação. Este abandono era atribuído a falta de mestres e mestras com boa formação. Muitos reivindicavam por escolas de preparação de professores e professoras. Foram criadas as primeiras escolas normais para formação de docentes. Foram abertas para ambos os sexos, mas moças e rapazes deviam estudar em classes separadas, em turnos e escolas diferentes.

Com a criação das escolas normais, o objetivo era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. Mas, os relatórios iam indicando que, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres do que homens. Em 1874, havia um número crescente de alunas.

> O Asilo de Santa Teresa proporciona à escola, todos os anos, um bom número de educandas, e o mesmo poderá fazer o Asilo de Santa Leopoldina. As educandas têm em geral frequentado com aproveitamento o curso normal e algumas, na regência de cadeiras, têm dado provas de excelente vocação para o magistério. Dentro de certo tempo acontecerá que teremos superabundância de professoras habilitadas pela Escola Normal e falta de professores nas mesmas condições (Diretor geral da Província do Rio Grande do Sul, 1874).

Os homens estavam abandonando as salas de aula. Esse movimento daria origem a uma "feminização do magistério". De acordo com Louro (2017) o fato se deu pela presença dos imigrantes e o crescimento dos setores sociais médios, ampliação das atividades de comércio e surgimento das indústrias. O mundo do trabalho se ampliava para os homens.

A identificação da mulher com a atividade docente, que atualmente parece muito natural, era alvo de discussões e disputas. Para alguns entregar à mulher a atividade docente, era inviável pois era considerada despreparada, portadora de cérebros pouco desenvolvidos pelo seu desuso, a educação das crianças parecia uma insensatez. Outros diziam que mulher e clero viviam voltados para o passado e, portanto, não poderiam preparar organismos que se devem mover no presente e no futuro.

Louro (2017), ressalta ainda que outras vozes surgiam na direção contrária e que afirmavam que as mulheres tinham, por natureza, uma inclinação para um trabalho com as crianças, e que elas eram educadoras naturais, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. O magistério representava de certa forma, a extensão da maternidade, cada aluno era visto como um "filho espiritual". Assim, o magistério era uma atividade de amor, de entrega e doação. Somente para aquelas que tinham vocação.

Os homens partiram para profissões mais rendosas e as mulheres se dedicaram ao magistério, pois algumas estavam ansiosas por ampliar seu universo restrito ao lar e à igreja. Assim, passam a atribuir ao magistério características "tipicamente femininas": paciência, minuciosidade, afetividade, trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras.

Em 1921, Lourenço Filho[14] também observava:

> O magistério primário é em todos os países do mundo uma função feminina: no Brasil as últimas cifras publicadas avaliam a cooperação das mulheres em quase 70% do total de funcionários encarregados do ensino. Particularmente em São Paulo, há uma crise de homens no magistério público [...]. Formaram-se em 1881, nove homens e uma mulher, em 1882, o número de senhoras formadas normalistas foi gradativamente crescendo, a ponto de nos últimos dez anos ser quase o triplo.

De acordo com Louro (2017), a crescente frequência das mulheres e decrescente dos homens fazia supor que brevemente as escolas de meninos estariam sem mestres. A solução era permitir que mulheres lhe dessem aulas, mas isso exigira precauções. Diz, então, o mesmo relatório de 1877;

[14]Lourenço Filho *apud M.* C Reis. Tessitura de destino. Mulher e educação- São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993, p. 51.

> As aulas públicas que não estiverem providas com professores normalistas, serão postas em concursos, em março e outubro de cada ano. O cargo de professor efetivo só poderá ser provido por professores normalistas e que tenham completado 20 anos de idade. Estas aulas serão mistas, e só receberão meninos de até dez anos.

Buscava-se assim cercar a sexualidade dos meninos e das professoras. Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do serviço doméstico poderia colocar em risco sua reputação e emprego.

Louro (2017), afirma que, para as mulheres, o trabalho poderia ameaça-las, por isso deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas pelo magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade.

Assim, o trabalho fora de casa era visto como algo transitório, o qual deveria ser abandonado sempre que impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe. Louro (2017), diz que o trabalho seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as moças que ficassem sós; as solteiras e viúvas. O caráter transitório também acabaria contribuindo para que os salários das mulheres permanecessem baixos. Afinal, o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto como um sinal de sua masculinidade.

As professoras e normalistas foram se construindo educadoras, depois profissionais do ensino, para alguns as “tias”, para outros, trabalhadoras da educação (LOURO, 2017, p. 471).

As “professorinhas” e normalistas deveriam ser menos severas e mais sorridentes. A música popular descrevia assim as professoras:

> Vestida de azul e branco
>
> Trazendo um sorriso franco
>
> Num rostinho encantador
>
> Minha linda normalista
>
> Rapidamente conquista
>
> Meu coração sem amor
>
> Mas a normalista linda
>
> Não pode se casar ainda
>
> Só depois que se formar
>
> Eu estou apaixonado
>
> O pai da moça é zangado
>
> E o remédio é esperar.

> (Normalista de Benedito Lacerda e David Nasser, gravada por Nelson Gonçalves, década de 30)

O magistério primário já era o lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender. A música retrata a normalista da época e o que se esperam delas.

2.3 AS ESCOLAS NORMAIS: FORMAÇÃO DE PROFESSORAS

De acordo com Aranha (2006), a primeira escola normal paulista, foi fundada em 1846, mas curiosamente, as mulheres não tiveram acesso a esse curso na primeira fase. Depois de fechada e reestruturada, reabriu em 1875. As mulheres frequentavam a escola normal com interesses diferentes: algumas em busca da profissionalização e a maioria, geralmente de família ricas, para melhorar sua formação enquanto aguardava o casamento.

Matos e Borelli (2016) afirmam que o advento da República no Brasil foi marcado pela influência da doutrina positivista, que apregoava a transformação da sociedade pela educação. Neste contexto, a mulher ganhou certa valorização social por seu papel de mãe e educadora e para que cumprisse bem o seu papel era preciso estar preparada. Essa idéia ampliou as preocupações com a questão da educação formal das meninas e moças.

As autoras ressaltam que para atender à nova demanda educacional do país era preciso formar mais mestres. Assim, foram criadas e se disseminaram as escolas normais de formação de professores. Apesar de mistas, com o tempo, essas escolas passaram a receber um número cada vez maior de moças, que ultrapassavam o de rapazes. Gradativamente, os homens abdicaram das salas de aula nos níveis mais básico do ensino, mas mantendo-se em postos de maior prestigio, como direção e inspeção e em funções técnicas e administrativas.

As Escolas Normais se enchem de moças (Louro, 2017, p. 454). A princípio algumas, depois muitas; os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, os prédios, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A formação docente se feminiza e se tornaram prestigiadas instituições de ensino, e acrescentaram, ao curso de formação de professor primário, cursos de especialização, captando uma clientela socialmente privilegiada.

Um relato de 1873, referente à instituição de uma Escola Normal na capital da província do Espírito Santo, trata de algumas exigências para admissão de estudantes:

> Para ser admitido à matricula é preciso provar que sabe ler, escrever e contar, que tem 16 anos de idade pelo menos, bons costumes e que não sofre de moléstia contagiosa ou repugnante. O ensino é gratuito. O curso é frequentado por homens e mulheres, sendo as respectivas lições dadas alternadamente a umas e outros. As lições das alunas mestras serão dadas no Colégio Nossa Senhora da Penha podendo ser admitidas a ouvi-las as educandas que estiverem prontas para o ensino primário e tiverem vocação para o magistério. O curso para homens funcionará no Ateneu provincial, podendo os seus alunos ouvi-las (Primitivo Moacyr, 1873).

Para Louro (2017), as escolas normais, plantadas inicialmente nas principais cidades do país, buscam desde suas fachadas, frequentemente solenes, indicar a todas as pessoas que por ali passam que são distintas dos demais prédios, que têm um objetivo especial. Seu espaço interno tem amplos significados: seus corredores e salas, a capela ou o crucifixo, as bandeiras das personalidades ilustres estão afirmando saberes, apontando valores e exemplos.

Louro (2017), ressalta que o cotidiano das jovens no interior dessas escolas, é como o cotidiano de qualquer instituição escolar, planejado e controlado. As normalistas deviam estar sempre ocupadas, envolvidas em atividades produtivas. A formação de professoras se fazia também pela ordem, disciplina, ocupação do tempo, permissões e proibições para onde ir ou não ir. As escolas normais se tornavam prestigiadas instituições de ensino.

Ainda que uma série de rituais e símbolos, doutrinas e normas foram mobilizados para a produção dessas mulheres professoras. Em salas com crucifixos, mesmo nas escolas laicas, as mulheres tiveram aulas de português, matemática, geografia nacional, história do Brasil e geral, história sagrada, catecismo, pedagogia e também puericultura, psicologia, economia doméstica, trabalhos manuais, higiene escolar, sociologia entre outras. Aprenderam canto orfeônico, educação física e ginástica; tiveram aulas de moral e civismo e, em alguns momentos, até de teatro (LOURO, 2017, p. 463).

A infância torna-se o alvo preferencial dos novos discursos científicos. As práticas educacionais e as práticas da nascente da psicologia infantil juntaram forças a partir do final do século XIX. Louro (2017) ressalta que passa a considerar o afeto como fundamental e a vê-lo como facilitador da aprendizagem. Válido tanto para a educação escolar quanto para a educação no lar. Portanto, seria interessante a professora ser mãe.

Sendo mãe, nada mais coerente do que incentivar a presença feminina nos cursos de magistério. As disciplinas estariam não apenas contribuindo para a formação da mestra, mas poderiam ser também, um valioso estágio preparatório para o casamento e a maternidade.

A economia doméstica também fazia parte dos cursos de magistério, pois auxiliaria também na administração do lar

Louro (2017) observa ainda que os regulamentos escolares, buscavam, controlar as relações entre estudantes, professores e dirigentes. A autora exemplifica com o regulamento do Instituto de Educação de Porto Alegre, de 1929, que proibia os professores de tratarem de assuntos alheio ao trabalho da disciplina, bem como conversarem com alunos nos intervalos das aulas. Penas disciplinares eram aplicadas a quem demonstrasse falta de respeito. Penalidades que podiam resultar até na expulsão tanto para alunos quanto para professores.

> Uniformes sombrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-as praticamente assexuadas, e combinavam-se com a exigência de uma postura digna e correta. O mesmo valia para as professoras: como modelos das estudantes, as mestras deveriam também se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal. Ensinava-se um modo adequado de se portar e comportar, de falar, de escrever, de argumentar. Aprendiam os gestos e olhares modestos e decentes, as formas apropriadas de caminhar e sentar (Louro, 2017, p. 461).

Assim, ia se criando um jeito de professora. As práticas normativas constituíam-se um conjunto de critérios que iam permitir àquelas jovens se autoexaminarem e julgarem suas próprias condutas. Para Louro (2017), as normalistas carregariam com elas a escola para além de seus muros; a instituição era parte delas. Elas se tornariam capazes de se autogovernar por terem incorporado todas as normas. Uma sólida formação moral, trazida por uma forte conduta religiosa, boa conduta e bons costumes. Para garantir essa boa conduta era exigido um atestado do pároco que provasse sua conduta moral e religiosa. A profissão mantinha, laços com a origem religiosa.

Percebe-se que a responsabilidade de se manter uma conduta acima do comportamento comum teve profundos efeitos sobre as vidas de mestres e mestras, pois tinham que ser modelos para as crianças e jovens, eles se viam obrigados a um estrito controle sobre seus desejos, suas falas, gestos e atitudes e tinham na comunidade um fiscal que supervisionava suas ações.

2.4 MAGISTÉRIO, EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Para Matos e Borelli (2016) entre os anos de 1835 e 1890, o magistério tornou-se basicamente feminino, na medida em que passou a ser visto como um campo de excelência para mulheres, apreciadas como mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças.

De acordo com Matos e Borelli (2016), até os anos de 1930, o magistério era uma das poucas possibilidades profissionais atraentes para as mulheres das elites e dos setores médios da sociedade. Seduzia as jovens por proporcionar um ganho financeiro, mas também por conta do aprimoramento intelectual, acenando as possibilidades de maior status social e de aceitação em funções públicas e ambientes intelectualizados.

Algumas mulheres depois de formadas, exerciam a profissão por toda a vida, enquanto outras abandonariam em função do casamento ou da maternidade.

Para Matos e Borelli (2016), na década de 1950, o aumento crescente do número de crianças na escola, ampliou a necessidade de docente, abrindo a área para outros extratos sociais e popularizando a profissão. Na mesma época, a expansão do ensino secundário também exigiu a contratação de novos quadros e abriu maiores possibilidades para as mulheres nesse nível.

A frequente identificação do exercício do magistério como um sacerdócio ajudou a difundir a idéia de que a boa professora não se preocupava com o pagamento, pois está concentrada na formação dos alunos. Este foi um dos fatores que contribuíram para a queda no nível salarial da profissão ao longo do tempo.

Para Matos e Borelli (2016) a significativa diminuição dos ganhos docentes, no decorrer dos anos 1960 e 1970, gerou a necessidade de se trabalhar em mais de um turno e ao mesmo tempo fez crescer a luta por melhores condições de trabalho e salários, levando a institucionalização dos sindicatos e a uma maior mobilização da categoria.

A expansão do ensino médio e universalização possibilitou a ampliação da escolaridade feminina em diferentes níveis e áreas do conhecimento. Matos e Borelli (2016) ressaltam que entre os anos de 1970 e 1975, o número de mulheres nas universidades aumentou em cinco vezes, enquanto o de homens dobrou.

O avanço da escolaridade entre as mulheres se ampliou nas décadas seguintes e gerou impacto no mundo do trabalho, tornando-as economicamente mais competitivas e

capazes de enfrentar resistências e preconceitos e aumentar sua presença em setores até então impermeáveis ao feminino.

> Apesar de a presença feminina nas universidades ainda se concentrar nas áreas de Educação e Humanas, observa-se a diversificação, com as mulheres presentes em outros campos com a Engenharia, Arquitetura, a Medicina, a Veterinária e o Direito, numa sistemática consolidação de novas trajetórias profissionais. Atualmente, elas atingem cargos elevados e consolidam carreiras. O número de médicas, cresceu significativamente, embora, na profissão as mulheres se mantenham concentradas em especialidades como: Clínica Geral, Pediatria, Ginecologia/Obstetrícia, Oftalmologia, Dermatologia. Anestesia e Homeopatia. No campo do Direito, a participação feminina teve seu momento de arranque nos anos de 1990, com o grande aumento do número de mulheres formadas e, consequentemente, a obtenção de cargos em empresas, na magistratura e no Ministério Público, além da crescente atuação como profissional liberal. (MATOS E BORELLI, 2016, p. 145).

Nos anos de 1970, já se observava que as mulheres eram maioria entre os estudantes matriculados e concluintes do ensino médio. Nos anos de 1990, tal situação foi observada no ensino superior. Na passagem para os anos 2000, foi a Pós-Graduação que ostentou maior proporção de mulheres que de homens no corpo discente.

Porcentagem de mulheres entre professores por ano e nível de ensino

Nível de ensino	1980	1991	2003	2010
Magistério	86,6	85,4	83,5	81,1
Educação Infantil	99,0	96,1	95,9	94,4
Ensino Fundamental I	96,2	93,5	89,6	90,4
Ensino Fundamental II	85,7	85,7	89,0	87,3
Ensino Médio	70,4	73,2	70,3	66,6
Ensino Superior	42,2	45,4	49,2	45,7

Fonte: Censos Demográficos e PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

Atualmente, observa-se uma diminuição no interesse das mulheres em exercer o magistério. Na passagem do século XIX para o século XX, a feminização do magistério pode ter colaborado para que mais meninas fossem encaminhadas às escolas em busca de instrução e a frequências às escolas normais intensificou-se, com grande procura de mulheres querendo se tornar professoras.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos a presente pesquisa enquadrou-se como exploratória, pois visou à compreensão das implicações da educação da mulher no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Além do contexto histórico, buscou-se destacar a evolução do magistério desde a formação das Escolas Normais até a profissionalização do magistério.

Quanto aos procedimentos a pesquisa foi essencialmente bibliográfica. A busca pelas informações, foi realizada com material disponível em livros e artigos científicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Longo foi o processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito das mulheres à educação escolar. Autorizada apenas em 1827 pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras, a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A partir de então, o Curso Normal, foi intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, mas que não foi só desvalorizado por ser apenas um curso profissionalizante, mas passou a ser também, o acesso ao ensino superior. A partir de então, as normalistas poderiam ingressar na faculdade.

> O século XX é considerado o “século das mulheres” em razão da transformação aceleradas que propiciou à experiência feminina. Foi uma época de ampliação de direitos e oportunidades e de mudanças, na qualidade da vida das mulheres (Pinsky e Pedro, 2016. P. 9)

Mas ao longo do tempo defendeu-se uma educação diferenciada para a mulher, porque eram vistas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluía-se economia doméstica nos cursos, porque a mulher deveria ser a rainha do lar. Incentivou-se a formação de professoras porque elas, verdadeiras mães, têm vocação para o sacerdócio como era visto o magistério.

Vários argumentos marcaram a educação das mulheres, dizia-se que, mulher educada, adiava a gravidez, cuidava melhor dos filhos, da casa e do marido. Mulher era para ser esposa e mãe.

O Curso Normal fez com que a mulher fosse conquistando aos poucos um lugar de destaque na sociedade, pois a normalista deveria ser recomendada pelo pároco da cidade, atestando sua capacidade moral para se tornar professora. A reputação das jovens era fator primordial para que pudessem ter direito ao ensino. Ensino que se baseava não somente nos conteúdos que iriam lecionar, mas havia também no currículo aulas de etiqueta, línguas, corte, costura e prendas domésticas. A professora tinha que usar seus conhecimentos na família.

Para ser boa professora era preciso também gostar e cuidar de crianças. Se era boa mãe, seria boa professora. Era considerada uma mãe espiritual de seus alunos.

Assim, a professora era mulher para casar e o Curso Normal era considerado curso espera marido. Deveriam ser mulheres de reputação inatacável, o s pilares de

sustentação do lar, suas casas deveriam ser ambientes saudável, respeitável, pois a elas seriam confiadas as crianças de outras famílias.

Nota-se também que a questão salarial sempre foi conflitante e a história nos traz algumas explicações, por ser mulher, só podia exercer o magistério em um turno do dia, pois no turno seguinte, ela precisava se dedicar ao marido, casa e filhos. Assim, trabalhando em um só turno, o salário podia ser menor, pois era o marido que cuidava financeiramente da casa. Foi a questão salarial também que deu início as primeiras paralisações e greves. A mulher começou a lutar pelos seus direitos. Devido a isto, o magistério se profissionalizou.

5 CONCLUSÃO

É preciso refletir a educação da mulher ao longo dos anos. O primeiro recenseamento da população, o censo de 1872 até o de 1950, nota-se que os índices de analfabetismo entre as mulheres eram vários pontos percentuais maiores que os dos homens (quase nove pontos em 1872). Ao longo do tempo a mulher foi transformando esta realidade. O magistério talvez tenha sido o caminho encontrado para que elas conquistassem o direito ao trabalho e posteriormente à profissionalização.

Mas, para ser professora era necessário não somente conhecer os conteúdos a serem ministrados, mas a professora precisava ser recatada, religiosa, de boa conduta moral. O trabalho da mulher não podia prejudicar sua vida pessoal, pois desde cedo, ela se preparava para se casar, ser boa esposa, cuidar do lar e ser uma mãe exemplar. Uma boa mãe seria uma boa professora e gostar de criança era fator essencial para cursar as Escolas Normais. O magistério talvez tenha sido o primeiro passo para novas e importantes conquistas.

Ao longo do tempo, muitas professoras continuaram os estudos e ingressaram nas faculdades. Pesquisas mostram que o número de mulheres vem reduzindo no quadro do magistério e as profissões como Direito e Medicina vem sendo constituídas por mulheres. As professorinhas, mesmo meigas e recatas foram a busca de seus ideais e ao longo da história a mulher foi provando seu valor, atualmente exerce profissões antes consideradas meramente masculinas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da Educação. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola. 1. ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). História das mulheres no Brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 443-481.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). História das Mulheres no Brasil. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 126-147.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, CYNTHIA GREIVE (org). 500 anos de educação no Brasil. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p 79- 94.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres.In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). História das Mulheres no Brasil. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 333-359.

editora
Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

SÉRIE

Desenvolvimento Regional em Perspectiva

Uni-FACEF

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

www.unifacef.com.br

PÓS Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA

GEDE

GRUPO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO